

LISTA DOS DOCUMENTOS

- * - A CRISE ECONÓMICA PORTUGUESA E UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO,
- ANTE-PROJECTO
- . PARTE I - INTRODUÇÃO
 - . PARTE II - EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA CRISE ECONÓMICA PORTUGUESA
 - . PARTE III - ESTRATÉGIA DO SECTOR SOCIAL BASE
 - . PARTE IV - ALIANÇAS TÁCTICAS E ESTRATÉGICAS
 - . ANEXO I - ENSAIO DE QUANTIFICAÇÃO MACROECONÓMICA E DE REPARTIÇÃO ESPACIAL DO SECTOR SOCIAL BASE
- O ANTE PROJECTO - CONSIDERAÇÕES E ALGO MAIS

Fundação Cuidar o Futuro

* Este documento é o resumo das partes II e III do Ante Projecto

SHARP

Kopiersysteme/Telefax

*estudo socio-económico
feito pelo Inst. Demozê do Góis
p.º o V Governo*

SHARP
THE IDEAS COMPANY

Fundação Cuidar o Futuro

A CRISE ECONÓMICA PORTUGUESA E
UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

I - Evolução e características actuais da crise económica portuguesa.

As principais manifestações da crise económica portuguesa actual são de natureza eminentemente estrutural. Elas resultam do carácter distorcido e dependente da estrutura económica nacional.

Os elementos que constituem esta estrutura foram sendo originados ao longo da evolução da economia portuguesa desde meados do século passado. A sua natureza e características é consequência do modelo de desenvolvimento que tem estado subjacente a tal evolução. Esta pode ser dividida em três fases distintas.

Em cada uma destas fases o modelo de desenvolvimento dependente que lhe tem estado subjacente assumiu formas diferentes. Estas formas são consequência, no essencial, do processo de formação e desenvolvimento da economia mundial aonde a economia portuguesa se encontra integrada.

1º Período - Fase orientada para a exportação

A primeira fase de evolução coincide aproximadamente com a segunda metade do século XIX. Ela constitui um afastamento definitivo de Portugal dos modelos de desenvolvimento de tipo "auto-sustentado" que são características da evolução dos países europeus hoje considerados desenvolvidos.

Esta fase caracteriza-se pela constituição de um sector exportador originado sob o impulso da procura externa europeia, fundamentalmente britânica. Esta procura virada para os produtos agrícolas origina um processo interno de crescimento da população agrícola a qual constituirá o essencial do desenvolvimento produtivo durante esta primeira fase de evolução.

O crescimento agrícola assente na expansão das áreas cultivadas vai por um lado beneficiar os estratos sociais detentores da terra cultivada e aqueles ligados ao comércio, sobretudo externo. Por outro lado origina um processo de desapropriação das massas camponesas do qual resultam um surto migratório em direcção aos principais centros urbanos e ao estrangeiro.

Os acréscimos de rendimento alcançados pelos estratos sociais beneficiados estão na base da adopção de modelos de consumo "importados" dos quais resulta um fluxo de importações responsável pelos défices comerciais então verificados. A origem e tendências citadinas dos estratos beneficiados em conjugação com o exodo rural desencadeado determinaram um crescimento acentuado dos principais centros urbanos.

Este processo de urbanização associado aos fracos níveis de industrialização alcançados explicam o surto emigratório surgido o qual permitiu por via das suas remessas o equilíbrio das contas com o exterior.

Fundação Cuidar o Futuro
A recessão económica mundial dos anos 70-80 do século passado conjugada com a concorrência desencadeada às suas exportações pelas outras economias está na base da quase total asfixia sofrida pela economia portuguesa nos finais do século XIX.

Bloqueada a componente dinâmica do modelo, a procura europeia, e inviabilizada por razões de ordem político-ideológica a sua substituição pela expansão da procura interna, será a possibilidade surgida da substituição dos mercados europeus pelos das colónias africanas que permitirá a Portugal sair do impasse em que se encontrava.

2º Período - A primeira fase de substituição de importações.

Iniciar-se-á assim, a segunda fase de evolução a qual apresenta duas sub-fases distintas. A primeira que irá até aos anos 30 deste século e que será caracterizada economicamente pelo efeito determinante exercido pela evolução económica das colónias portuguesas de África sobre a construção da estrutura sócio-económica da metrópole. A segunda sub-fase desenrolar-se-á essencialmente

desde o início da segunda guerra mundial até à segunda metade dos anos 50. Durante esta sub-fase intensificar-se-á e consolidar-se-á um processo de industrialização assente na substituição de importações de produtos ligados à produção e ao consumo dos bens e serviços essenciais.

Será durante esta segunda fase que se constituirá definitivamente o sector "tradicional" da estrutura económica portuguesa actual.

O processo de industrialização indicado assentou numa acumulação privada de capitais e necessitou para se poder desenvolver de um conjunto de medidas proteccionistas. Estas medidas visavam salvaguardar a indústria nascente dos riscos de uma concorrência demasiado agressiva (externa e interna), assegurar a criação das infra-estruturas necessária e garantir a obtenção por parte das empresas de mão-de-obra e de matérias primas suficientemente baratas.

Tal processo implicou a manutenção de um regime político não democrático teve como consequências principais uma elevada concentração dos rendimentos, uma fraca consistência da estrutura industrial criada, uma marginalização sistemática do sector agrícola e das actividades afins, um agravamento das assimetrias regionais e uma intensificação dos conflitos coloniais.

As contradições implícitas no processo de industrialização adoptado não podiam deixar de conduzir a economia portuguesa a uma situação de impasse. Na realidade ao exigir e ao originar este processo, uma concentração dos rendimentos favorável às classes de receitas mais elevadas, ele próprio cria as condições propícias ao seu esgotamento uma vez que o seu desenvolvimento depende exactamente de uma expansão acentuada da procura assente nas famílias com rendimentos mais baixos.

3º Período - A última fase de substituição de importações.

A expansão da economia mundial a partir do início dos anos 50 veio, no entanto, permitir o relançamento da economia portuguesa.

Iniciar-se-á assim uma nova fase de evolução da economia

nacional a qual se vai desenvolvendo desde o final dos anos 50, mas cuja manifestação mais efectiva se verifica sobretudo no período 1968/73.

A concentração dos rendimentos originada nas fases anteriores e o aparecimento de condições favoráveis para a expansão das exportações vieram permitir o desencadeamento de um processo de industrialização correspondente a uma segunda fase de substituição de importações.

Este processo de industrialização caracteriza-se pelo desenvolvimento de um sector moderno capital intensivo orientado em primeiro lugar para a reprodução interna de modelos de consumo característicos das sociedades mais desenvolvidas e em segundo lugar para a exportação.

Face ao desinteresse, político-social, em se caminhar para o alargamento do mercado interno optou-se pelo desenvolvimento de uma fracção desse mercado correspondente às famílias com classes de receita mais elevada, apoiando-se assim o processo de concentração de rendimentos em curso.

O aumento das exportações desencadeado pela expansão mundial veio possibilitar esta orientação pois ajudou a pagar os bens intermédios e de equipamento que se tornou necessário importar. Só assim, era possível reproduzir internamente modelos de consumo com as características tecnológicas daqueles, difundidos entre os estratos sociais mais privilegiados dos países desenvolvidos.

Optou-se, portanto, por um modelo de acumulação assente numa articulação entre o sector exportador e o sector produtor de bens e serviços "não essenciais".

Um modelo de afectação de recursos deste tipo veio agravar ainda mais a situação de estagnação histórica do sector agrícola português e das actividades afins. Tal sector, se exceptuarmos algumas empresas e produtos, ver-se-á sistemáticamente marginalizado quer do ponto de vista da utilização dos recursos disponíveis quer do ponto de vista da expansão da procura que lhe é dirigida.

Esta estagnação conjugada com o processo de concentração espacial das actividades "modernas" agravou acentuadamente as assimetrias regionais. Este agravamento está na base do intenso surto migratório e emigratório verificado durante os anos 60.

Para um modelo de desenvolvimento assente na articulação apontada, a criação de novos empregos constitui fundamentalmente um custo e não um elemento dinamizador por via da procura. Tal facto deve-se à natureza dos elementos dinâmicos do modelo: a procura externa e a procura interna com origem nos estratos sociais com níveis de rendimento mais elevados.

Assim, criar novos postos de trabalho, numa estrutura económica deste tipo, significa aumentar os custos de produção sem uma contrapartida por parte das receitas por via da correspondente expansão de procura. A criação de novos empregos a um ritmo adequado origina, nestas condições, um efeito negativo sobre a acumulação de capital do sector moderno. Este efeito resulta dos aumentos de preços e ou das importações originadas pela existência de uma oferta interna rígida de bens essenciais (sobretudo agro-alimentares). Esta rigidez de oferta é consequência da marginalização sistemática sofrida pelos sectores produtivos correspondentes no modelo de afectação de recursos adoptado.

Nestas condições as migrações internas conduzem inevitavelmente e apesar do ritmo de crescimento alcançado, ao aparecimento de um desemprego estrutural profundo mascarado segundo diferentes formas de marginalidade social. Foi a emigração portuguesa das últimas décadas, possibilitada pela expansão económica europeia, quem permitiu a absorção do desemprego estrutural implícito ao modelo de acumulação adoptado.

As remessas dos emigrantes constituíram um elemento atenuador das assimetrias de repartição de rendimentos permitindo uma melhoria sensível dos níveis de vida das classes de receita mais baixas. A própria redução de oferta de trabalho que a emigração provocou teve efeitos positivos sobre os níveis de vida das populações pelos aumentos de salários originados.

Mas a função mais importante da emigração nesta fase da

evolução da economia portuguesa situa-se ao nível da balança de pagamentos. As remessas dos emigrantes vão constituir o elemento fundamental na cobertura do deficit crónico da balança comercial portuguesa.

A evolução favorável do mercado mundial permitiu uma atenuação do nosso deficit comercial. Ela possibilitou uma expansão das exportações portuguesas, mesmo quando de tipo tradicional, e um grande volume de importações de alimentos, matérias primas e equipamentos a preços relativamente baixos. Tal evolução não foi, no entanto, suficientemente favorável para impedir um sistemático agravamento das trocas de mercadorias com o exterior.

Foram as "receitas" da emigração e do turismo que permitiram uma evolução positiva da balança de pagamentos portuguesa durante os anos 60 e o início da década de 70.

A emigração desempenha, portanto, um papel decisivo nesta terceira fase da evolução económica portuguesa. Ela contribuirá não só para a absorção do desemprego estrutural que está implícito à lógica do modelo adoptado, como também para a atenuação das assimetrias na repartição pessoal, funcional e espacial dos rendimentos originados como finalmente para a cobertura do deficit externo.

Este facto dá bem conta do carácter distorcido e dependente da estrutura económica portuguesa no período imediatamente anterior ao 25 de Abril de 1974.

Tal situação resulta como vimos das diferentes formas assumidas pelo modelo de acumulação que tem estado subjacente à evolução da economia portuguesa.

É nesta perspectiva que nos parece lícito concluir que tal modelo de desenvolvimento é o principal responsável pelas manifestações actuais da crise económica portuguesa, as quais são, portanto, fundamentalmente de natureza estrutural. A sua não manifestação declarada e virulenta, apesar da sua presença latente, no período 1968/73 ficou a dever-se exclusivamente à acção atenuadora da situação ainda expansionista da economia nacional e às

restrições ainda então impostas pelo regime político vigente.

→ Importa ainda sublinhar que de entre as diferentes distorções de natureza estrutural referidas, exigem especial referência, dadas as características do modelo de acumulação e os condicionamentos geo-históricos de Portugal, a dependência externa, o de semprego e as assimetrias pessoais e espaciais de repartição dos rendimentos.

4º Período - O período posterior ao 25 de Abril.

O que caracteriza essencialmente o período posterior a 25 de Abril de 1974 vai ser o desaparecimento abrupto dos factores atenuantes apontados do que resulta um rápido agravamento da situação económica nacional.

A crise económica mundial latente desde o final dos anos 60 e fortemente agravada após 1973 veio influenciar negativamente a evolução da economia portuguesa através:

Fundação Cuidar o Futuro

- da alta generalizada dos preços mundiais que originaram uma intensa deterioração dos termos de troca entre Portugal e o estrangeiro;
- e da recessão económica verificada nos países de OCDE do qual Portugal depende nas suas compras e vendas ao exterior.

Também as transformações político-sociais desencadeadas pelo 25 de Abril tiveram consequências significativas sobre a evolução da situação económica nacional através, sobretudo:

- do processo de redistribuição que determinou, do qual resultaram aumentos no poder de compra dos grupos beneficiados e na procura de bens e serviços de consumo essenciais;
- dos aumentos de salários e das quedas de produtividade, resultantes das movimentações dos trabalhadores, dos quais são consequência a deterioração económica financeira de muitas empresas e a perda da competitibilidade

nos mercados mundiais;

- do aumento populacional e da perda dos mercados das ex colônias em consequência do processo de descoloni-zação empreendido;
- da queda do investimento privado, das fugas de técnicos e capital e das reduções das receitas do turismo e das remessas dos emigrantes resultantes da instabilidade político-social verificada.

Estas transformações de origem externa e interna são, em nossa opinião, as principais responsáveis pela evolução sofrida pela economia portuguesa no pós 25 de Abril. Esta evolução teve consequências muito significativas no quadro, sobretudo, da dependência externa e da evolução das condições de vida da grande maioria da população portuguesa.

Os principais factores responsáveis pelo agravamento do nosso deficit externo foram fundamentalmente:

- a deterioração dos termos de troca;
- a recessão da economia mundial;
- as fugas de capital;
- a perda dos mercados das ex colônias;
- a perda de competitividade das nossas exportações as quais são devidas: à natureza de produtos exportados, às deficiências estruturais dos sectores exportadores e aos aumentos nos custos de produção.

Importa sublinhar que o efeito que menos significado tem assumido no agravamento do deficit tem sido o da evolução das importações. Na realidade, as importações têm tido uma evolução bastante favorável se a compararmos com a do período 1970/73 e se levarmos em consideração os aumentos demográficos registados. Esta evolução favorável é consequência do menor crescimento da procura global e do decrêscimo no conteúdo importado da procura interna ficando a dever-se a evolução negativa em valor à alta dos preços mundiais e à desvalorização do escudo.

Nestas condições a situação extremamente grave das contas portuguesas com o exterior dificilmente poderá ser ultrapassada no quadro de uma política meramente conjuntural. Na realidade, o agravamento do deficit externo vai resultar de factores impossíveis de anular no quadro da estrutura económica portuguesa actual.

A inevitabilidade da adopção de medidas conjunturais não pode perder de vista quer o seu alcance limitado quer a necessidade de se evitar a inviabilização das transformações estruturais capazes de alterar as regras de jogo actualmente em vigor no quadro da dependência externa.

A evolução das condições de vida dos portugueses no período posterior a Abril de 74 tem vindo a apresentar tendências diversas. Tal facto deve-se a modificações verificadas nos níveis salariais, no custo de vida, nos níveis de emprego e nas regalias sociais.

Durante 1974/75 assistiu-se em Portugal a um intenso processo de redistribuição que assumindo formas mais ou menos radicais (ocupações, nacionalizações, etc) assentou em aumentos dos salários e das regalias sociais, em acções de contenção de preços e em medidas quer de absorção de desemprego quer de garantia de conservação dos empregos existentes. Tal processo foi, em parte, consequência quase inevitável do surto de reivindicações desencadeadas após a queda do antigo regime, mas resultou também em grande medida do clima demagógico e aventureirista que envolveu a escalada para o poder das diferentes forças políticas.

As consequências de uma política de redistribuição deste tipo sobre uma estrutura económica distorcida e dependente, como é a portuguesa, fizeram-se sentir rapidamente.

O substancial aumento do poder de compra originado, dirigiu-se na sua quase totalidade ou para sectores com oferta rígida ou para sectores de elevada componente importada. Em ambos os casos a consequência imediata foi a aceleração do processo inflacionista por via principalmente da alta dos preços mundiais em 1974 e do binómio salário/consumo em 1975.

Os aumentos dos salários e das regalias sociais, a obrigatoriedade da conservação e da admissão de mão-de-obra e a contenção dos preços (como via de controle de uma inflacção cujas causas ou nos eram exógenas ou estavam implícitas ao próprio processo de redistribuição adoptado), tiveram consequências muito negativas sobre a estrutura empresarial portuguesa.

Estas consequências, a que se associaram quebras acentuadas na produtividade do trabalho, manifestaram-se desde logo através das enormes dificuldades económico-financeiras surgidas na maior parte das empresas nacionais. Estas dificuldades só não têm consequências catastróficas sobre o emprego porque se desenvolveram acções que permitiram garantir a sobrevivência de empresas em condições objectivas de falência.

As consequências das dificuldades apontadas sobre o comportamento dos empresários portugueses, do ponto de vista do investimento e mesmo da produção, é que não puderam ser evitadas.

O agravamento sistemático do defice externo com a consequente erosão das reservas em dólares e em ouro e a deterioração da estrutura empresarial portuguesa foram assim consequências significativas da evolução sofrida, neste período de 74/75, pela economia portuguesa.

Se alguma lição há a tirar deste período do ponto de vista da política económica é que não se pode, no contexto de uma economia distorcida dependente alterar tão substancialmente a estrutura da repartição de rendimentos sem que anteriormente se tenham criado condições objectivas de modificação da estrutura produtiva interna.

A partir de 1976 procurou-se alterar o processo de redistribuição radical anteriormente fomentado o que originou uma evolução da produção interna que atingiu já níveis aceitáveis de crescimento durante 1977. Esta evolução foi conseguida através de aumentos de produtividade, redução de salários reais, melhoria na remuneração do capital e redução dos consumos público e privado.

A evolução assim obtida não contribuiu no entanto nem para desacelerar o agravamento do deficit externo e das tensões inflacionistas nem contribuiu, minimamente para a absorção das taxas de desemprego. Deste modo assistiu-se já neste período a uma deterioração efectiva nas condições de vida dos portugueses sem que tal sacrifício tivesse permitido uma recuperação no âmbito dos equilíbrios macro económicos.

Deste facto deve retirar-se uma outra lição importante do ponto de vista de política económica que é a de que um reajustamento da estrutura de repartição dos rendimentos a uma estrutura produtiva distorcida e dependente não assegura por si só a recuperação espontânea do modelo. Isto, pelo menos, enquanto se não alterarem as condições da crise em que se encontra o sistema económico mundial. Mesmo neste caso só a alteração do modelo de desenvolvimento permitirá resolver de uma maneira estável e dura a problemática da dependência externa e a da melhoria das condições de vida em geral e do emprego em particular.

A questão do emprego assume a nosso ver uma importância decisiva no quadro da crise económica portuguesa.

Por um lado porque ele constitui um problema irresolúvel no quadro nacional no âmbito da tendência "histórica" da evolução da estrutura económica portuguesa. Na realidade e como já referimos, o que caracteriza neste âmbito a estrutura económica nacional é a sua incapacidade para criar, mesmo em condições de expansão, postos de trabalho suficientes para absorverem os aumentos de população activa.

Por outro lado porque a problemática do emprego está intimamente associada à das condições ^{de vida} da maioria dos portugueses. Isto é, sem resolver o problema do desemprego não será possível contribuir de uma forma significativa para a melhoria efectiva das condições de vida da maioria da população portuguesa.

Esta questão tem neste momento uma importância decisiva porque da sua resposta depende em grande medida o futuro da democracia em Portugal. Isto é tanto mais certo quanto a saída "histórica" para o desemprego - a emigração - encontra-se fortemente

comprometida pela recessão a que muito provavelmente estarão ainda sujeita nos anos 80 as economias europeias.

Com a entrada em função do II Governo Constitucional dão-se os primeiros passos na definição de uma mais exigente política de estabilização económica. Tal política constitui, no essencial, uma mera antecipação ao conjunto de medidas de carácter deflacionário a que um pouco mais tarde o acordo com o FMI nos condicionou.

O acordo em questão visa no imediato a recuperação dos equilíbrios macro-económicos em geral e do equilíbrio externo em particular através de uma política de deflacção generalizada. Tal política assenta claramente na convicção de que a recuperação da economia portuguesa passa inevitavelmente pelo efeito dinamizador de elementos que lhe são fundamentalmente exteriores.

Nestas condições importa "ajustá-la" à lógica do funcionamento dos modelos de acumulação de tipo dependente. Tal ajustamento passa exactamente pela adopção de medidas capazes de "recuperarem" ao nível das identidades estruturais económicas básicas o "equilíbrio" e a "normalidade" perdidas. Trata-se no essencial de reforçar com mais "coerência" e "eficácia" as orientações seguidas em 1976 e 77 e portanto apostar que a recuperação da economia mundial permitirá que, através da introdução de algumas transformações marginais e racionalizadoras, se mantenha o essencial do modelo de acumulação historicamente adoptado.

As medidas deflacionárias adoptadas são fortemente recessivas do ponto de vista do produto e do emprego e regressivas no que respeita à repartição dos rendimentos. A sua aplicação no actual contexto da crise mundial e da enorme debilidade económico-financeira da maioria das empresas portuguesas, terá inevitavelmente consequências especialmente negativas sobre os sectores económicos e os estratos sociais que à partida se encontram já em situação de maior degradação.

Os custos sociais que daí resultarão serão certamente muito elevados. Poderão mesmo pôr em causa a viabilidade da concre-

tização de uma política deste tipo dentro do quadro democrático sem que se corram grandes riscos de eclosão de focos de agitação social com consequências imprevisíveis sobre a estabilidade político-social do país.

Importa ainda sublinhar que os sacrifícios que as medidas em curso poderão vir a exigir num futuro próximo, são muito dificilmente serão conciliáveis com a mobilização social necessária à implementação de uma estratégia de desenvolvimento que aponte minimamente para a correcção das principais distorções de que enferma a estrutura económica nacional.

II - UMA ESTRATÉGIA ORIENTADA PARA UM SECTOR SOCIAL BASE

Em nossa opinião uma estratégia de desenvolvimento que sirva de base económica a um projecto político mobilizador da grande maioria da população portuguesa deverá ter como objectivos principais:

- Fundação Cuidar o Futuro
- a melhoria gradual mas efectiva e sustentada das condições de vida da maioria dos portugueses;
 - a redução progressiva do grau de dependência externa, de modo a ^{ser} ~~considerá-la~~ dentro dos limites considerados, nacional e internacionalmente, aceitáveis.

Estes objectivos podem ser decompostos nas suas seguintes componentes principais:

- aumento da disponibilidade e da facilidade de acesso da maioria da população aos bens e serviços socialmente úteis;
- combate ao desemprego;
- controle eficaz da inflação;
- diminuição acentuada das assimetrias de repartição pessoal, sectorial e espacial dos rendimentos;
- redução gradual mas sustentada do deficit externo.

Uma estratégia com estes objectivos está essencialmente virada para o médio longo prazo uma vez que a sua concretização implica uma transformação estrutural da economia portuguesa. Ela apresenta, no entanto, implicações decisivas no curto-médio prazo, as quais resultam da inevitabilidade de se prosseguir uma política económica capaz de corrigir no imediato os principais desequilíbrios macro-económicos. Tal política não pode, contudo, apoiar-se numa selectividade no tipo daquela que está implícita às medidas do FMI, assente no funcionamento "expontâneo" de uma estrutura económica distorcida e dependente.

As medidas de curto-médio prazo a implementar deverão antes basear-se numa selectividade que assente:

- na minimização dos efeitos recessivos e regressivos de tais medidas sobre os estratos sociais cuja deterioração de vida mais fazem perigar o futuro da democracia;
- no apoio imediato aos sectores e regiões considerados essenciais à concretização das transformações estruturais de médio-longo prazo.

As áreas de actuação consideradas por nós prioritárias no âmbito da estratégia a implementar, foram escolhidas em função da sua capacidade de contribuir para a obtenção de:

- aumentos significativos na produção de serviços socialmente úteis, entendidos estes como aqueles que contribuem para a satisfação das necessidades básicas da maioria dos portugueses: alimentos, habitat, vestuário, educação e saúde;
- um aproveitamento racional dos recursos disponíveis numa relação harmoniosa com o meio ambiente;
- ritmos de crescimento capazes de assegurar um aumento progressivo e equilibrado do bem estar social e independência nacional.

São as seguintes as áreas prioritárias de actuação assim

Objectivos

através de mudança de "qualidade"

seleccionadas:

- Meios Primários
1. Aceleração do crescimento da produção agro-alimentar;
 2. Aumento da produção industrial directa e indirectamente ligada à oferta de bens socialmente úteis;
 3. Desenvolvimento das estruturas físicas indispensáveis à dinamização de um processo de "reocupação" do interior do país;
 4. Expansão das indústrias exportadoras capazes de alcançarem maiores "vantagens comparadas".

Os diferentes estratos sociais, ramos de actividade económica e regiões privilegiadas no contexto das actuações prioritárias integram no seu conjunto aquilo que designamos por Sector Social Base (SSB).

É nesta perspectiva que falaremos daqui para o futuro numa estratégia de desenvolvimento centrada no SSB.

O arranque e evolução de tal estratégia dependerá essencialmente da sua capacidade de mobilizar e de levar à participação efectiva na sua concretização a maioria da população portuguesa.

1. Aceleração do crescimento da produção agro-alimentar.

A importância estratégica atribuída ao crescimento acelerado da produção agro-alimentar resulta da importância decisiva da sua contribuição para:

- a melhoria efectiva das condições de vida da maior parte dos portugueses;
- a redução do defice externo;
- o crescimento económico global.

No que se refere à melhoria das condições de vida importa

sublinhar o papel decisivo que cabe ao sector agro-alimentar no âmbito do emprego, da melhoria dos níveis de rendimento e da redução do custo de vida.

A importância fundamental assumida pelo crescimento da produção agro-alimentar na resolução do problema do emprego em Portugal, resulta:

- do grande peso relativo dos bens alimentares na estrutura de consumo da grande maioria da população activa portuguesa;
- da rigidez da oferta agregada de origem interna de produtos agro-alimentares;
- da existência de um acentuado desequilíbrio externo em condições de tendência altista dos preços no mercado agrícola mundial.

Os bens alimentares constituem cerca de metade das despesas médias anuais do consumo privado dos portugueses. Mais de 70% das famílias portuguesas apresentam estruturas de consumo individual anual inferiores à média nacional, nas quais os bens alimentares representam 54 a 67% das despesas do consumo total (quadro I). Destes 70% das famílias portuguesas fazem parte 87% do total das famílias dos produtores agrícolas, 93% das famílias dos trabalhadores rurais e 70% das dos trabalhadores não especializados não agrícolas.

A agricultura portuguesa está desde há algumas décadas numa situação de quase total estagnação (Quadro II). Esta estagnação histórica é consequência da sistemática marginalização do sector agrícola no modelo de desenvolvimento adoptado.

Desta orientação resultou uma quase total rigidez da oferta agregada de produtos agrícolas a qual constitui uma das características mais marcantes da estrutura económica actual.

A criação de novos empregos determinará o aumento do poder de compra dos individuos pertencentes às classes de despesa

QUADRO - I

Estruturas de consumo individual (%) correspondentes à despesa média anual nacional e às classes de despesas familiares respectivamente inferiores e superiores a essa mesma média.

Bens e Serviços	classes de despesa familiar inferior à média (1000 esc.)					Média Nacional	classes de desp. famil. sup. à média (1000esc)		
	< 18	18-30	30-50	50-60	60-90		90-120	120-180	> 180
Alimentos e Bebidas	67	66	62	59	54	47	48	40	27
Vestuário e Calçado	7	8	9	9	10	9	10	9	7
Bens e Serviços ligados à Habitação	17	15	15	15	16	18	17	18	24
Transportes	1	1	2	3	4	7	6	10	14
Saúde, Educação e ocupação de tempos livres	3	4	5	5	6	7	7	7	9
Outros	5	6	7	9	10	12	12	16	19
Distribuição percentual das famílias	7	11	19	12	23	X	12	10	6

- TABLE - II

GROWTH IN TOTAL AND AGRICULTURAL GDP
(Billion Esc. at 1963 Constant Prices)

	<u>Total GDP</u>	<u>Agricultural GDP</u>
1953-55	54.0	15.8
1963-65	87.0	17.2
1974-76	168.7	18.3
<u>Rates of Growth</u>		
1953-55/1974-76	4.9%	.7%
1963-65/1974-76	5.6%	.5%

Fundação Cuidar o Futuro

VALUE AND COMPOSITION OF AGRICULTURAL PRODUCTION, 1953-1975
(Esc. Billion at Constant 1963 Prices)

	<u>Total</u>	<u>Crops</u>	<u>Livestock</u>	<u>Forestry</u>
1953-55	15.8	8.6	4.9	2.3
1963-65	17.2	8.8	5.6	2.7
1973-75 /1	18.8	9.3	6.7	2.8
<u>Rates of Growth</u>				
1953-55/1973-75 average	0.9	0.4	1.6	1.2
1963-65/1973-75 "	0.9	0.6	1.8	0.4

/1 1973-75 is used rather than 1974-76, because of the preliminary nature of 1976 data. If the 1974-76 average is used, annual growth in value of crop production would have been slightly negative due to the exceptionally poor crop year in 1976.

mais baixas o que originará acrêscimos, principalmente na procura dos bens e serviços de consumo em geral e dos alimentares em particular (Quadro III).

Estes acrêscimos provocarão necessariamente por pressão da expansão da procura sobre uma oferta agregada rígida aumentos nos preços e/ou nos volumes das importações dos bens de consumo mais procurados.

Dada a estrutura de consumo das classes trabalhadoras portuguesas as subidas de preço assim originadas conduzem quase inevitavelmente a aumentos salariais que determinarão significativos acrêscimos nos custos de produção empresariais.

Por sua vez o agravamento do deficit externo por via do aumento das importações de bens de consumo conduz à redução da capacidade de importação de bens intermédios e de capital. Esta situação torna-se sobretudo crítica para a economia portuguesa após 1974 com o aumento dos preços mundiais e com o agravamento do deficit externo.

Neste contexto económico os efeitos positivos alcançáveis no curto prazo, com uma política expansionista do emprego criarão as condições favoráveis a uma recessão do produto a qual não só compromete irremediavelmente a obtenção de aumentos significativos na procura de trabalho como também a própria conservação dos níveis de emprego existentes.

Nestas condições só a obtenção de acrêscimos significativos na oferta agregada de produtos alimentares, através do crescimento da produção interna, permitirá a criação de uma situação favorável à resolução da gravíssima crise de desemprego com que o país se debate.

Mas a importância estratégica da aceleração do crescimento da produção agrícola no âmbito da problemática do emprego não se limita aos aspectos anteriormente analisados.

O sector agrícola português integra ainda hoje uma fracção importante da população activa portuguesa (cerca de 30%), apesar de ter constituído nas últimas décadas a principal fonte de o

Fundação Cuidar o Futuro

ferta de trabalho cuja absorção se fez em grande parte através da emigração.

Na improbabilidade de se poder vir a contar com tal absorção na próxima década, tornou-se indispensável a criação de condições favoráveis à paralização e mesmo, para muitas regiões, à inversão das tendências migratórias verificadas no período 1960/73.

Na realidade se se verificar um declínio no emprego agrícola ao mesmo ritmo anual do que caracterizou o período 1970/73, 3,9%, o número de empregos não agrícolas a criar para o absorver terá que ser o dobro daquele que seria necessário com o emprego constante na agricultura. Mesmo que o ritmo anual de decréscimo fosse para os próximos cinco anos idêntico àquele que se verificou no período 1973/75, 1,8%, os empregos não agrícolas a criar seria ainda cerca de 40% maiores do que aqueles que seriam exigidos em condições de não alteração dos níveis de emprego agrícola actual.

Como os factores que são responsáveis pelo exodo rural se ligam fundamentalmente com a situação de estagnação em que se encontra a agricultura portuguesa, fácil é compreender a importância decisiva que a aceleração do crescimento da produção agrícola poderá ter neste âmbito.

Por outro lado o crescimento da produção agrícola pode ainda originar efeitos indirectos multiplicadores do emprego:

- nos sectores a montante da produção como resultado de acréscimos na utilização de adubos, sementes melhoradas, produtos fitosanitários, equipamentos agrícolas e infraestruturas básicas;
- nos sectores a jusante em consequência do aumento das disponibilidades e da melhoria relativa nos preços das matérias primas agrícolas as quais constituem cerca de 80% dos consumos intermédios das indústrias agrícolas e alimentares;
- nos restantes sectores da economia em geral e em espe

cial nos sectores associados à produção de bens e serviços socialmente úteis através dos aumentos de procura resultantes dos acréscimos de rendimento, directa e indirectamente originados pela aceleração do crescimento agrícola.

A aceleração do crescimento do produto agrícola não pode deixar de ter, por via dos acréscimos do rendimento dele derivados, um efeito extremamente positivo sobre a melhoria dos níveis de rendimento pessoal e regional, já que:

- mais de 40% da população portuguesa depende directamente da actividade agrícola;
- são as famílias dos produtores e trabalhadores agrícolas aquelas que pertencem maioritariamente às classes de receita mais baixas;
- nas regiões predominantemente agrícolas, que constituem a maioria do território nacional, mais de 70% da população activa é agrícola;
- estas regiões são as que apresentam níveis de rendimento e de produtividade mais baixos.

A este efeito positivo sobre as condições de vida da maioria dos portugueses não pode deixar de se associar àquele que se relaciona com a melhoria relativa do custo de vida. Esta melhoria resultará da desaceleração do processo inflacionista que o aumento da produção agrícola poderá vir a determinar.

Na realidade a principal componente do processo inflacionista português nos últimos anos tem sido, no âmbito dos bens e serviços de consumo, o grupo de produtos de natureza agro-alimentar. Em Abril de 1978 verificava-se que os aumentos de preços relativos a 1976 tinham sido da ordem dos 50% para o total dos bens de consumo, tendo sido de 60% para os alimentos e bebidas. Esta situação tem afectado principalmente, dadas as diferentes estruturas de consumo, as famílias pertencentes às classes de despesa inferiores à média nacional.

Assim é natural que a obtenção de acréscimos significativos na produção agrícola interna contribua, através da redução da inflação, para a atenuação do custo de vida da maioria dos portugueses em geral e em especial daqueles com menores níveis de rendimento.

O sistemático agravamento do déficit externo verificado a pós 1974 conduziu Portugal a uma grave situação do ponto de vista do seu equilíbrio externo.

Uma análise da estrutura das importações portuguesas permite-nos concluir que, dada a sua estrutura económica actual e a natureza das transformações que uma estratégia centrada sobre o SSB parecem aconselhar, só o sector agro-alimentar apresenta, no curto prazo, reais potencialidades no âmbito da substituição de importações.

Por outro lado, no contexto das acções que importa desencadear em ordem ao desenvolvimento das exportações portuguesas os produtos agro-alimentares ocupam uma posição também significativa.

Fundação Cuidar o Futuro

Nesta perspectiva, e uma vez que o déficit agro-alimentar representava em 1977 cerca de 20% do déficit comercial e 40% do déficit da balança básica, o aumento da produção agrícola pode assumir uma importância muito significativa na redução progressiva da nossa dependência externa.

A análise do Quadro IV permite-nos verificar alguns aspectos significativos da nossa dependência actual em produtos agro-alimentares e das perspectivas do seu agravamento na hipótese de continuação da estagnação da agricultura portuguesa. Nele se pode, por outro lado, verificar os resultados que seriam alcançáveis, neste âmbito, se se desse uma dinamização do sector agrícola a ritmos considerados bastante realistas.

A aceleração do crescimento da produção agrícola pode contribuir de uma forma decisiva para a obtenção de ritmos de crescimento económico global capazes de assegurarem uma melhoria gradual mas efectiva e sustentada das condições de vida da maio-

Grau de dependência externa em bens alimentares em 1972/74

e 1980

Produtos Alimentares	Saldo da Balança Comercial em 1972/74 a)	Grau de dependência externa em 1972/74	Grau de dependência externa em 1980	
			Hipótese de estagnação do sector agrícola	Hipótese de dinamização do sector agrícola
Cereais	-1 176,6	43,8	50,4	20,2
Trigo	- 226,1	26,7	41,6	31,9
Arroz	- 23,9	12,1	35,2	15,9
Milho	- 849,0	63,0	63,2	30,4
Outros cereais	- 77,6	26,3	33,5	--
Batata	- 46,3	4,0	14,3	1,6
Açúcar	- 244,0	98,0	100,0	100,0
Leguminosas secas	- 81,7	56,0	61,1	46,9
Produtos hortícolas	+ 501,2	--	--	--
Frutas	- 39,6	1,5	3,7	3,2
Carnes	- 42,4	12,6	32,5	9,7
Carne de bovinos	- 32,7	29,1	45,8	36,2
Carne de suínos e derivados	- 9,7	12,7	31,1	--
Carne de ovinos e caprinos	- 0,2	0,9	4,0	5,6
Pescado	- 33,3	9,3	21,6	13,0
Leite	- 50,1	7,8	21,2	--
Óleos alimentares	- 77,9	81,6	88,1	82,7

a) Em 10^3 toneladas excepto bebidas alcoólicas, vinho e cerveja que estão em 10^6 litros

Fonte: José António Girão - Procura, Produção e Comércio externo de bens alimentares em Portugal

QUADRO V

Elementos relativos às explorações agrícolas do Continente

Classes de Área (ha)	Classes de receita anual dos empresários (1000 esc.) *	Distribuição das explorações agrícolas (%)	Distribuição das Áreas (%)	Distribuição das Explorações Familiares	Distribuição do Pessoal Permanente (Famílias + Assalariados)
- 4	-50	78	15	81	72
4-20	50-120	19	24	17	21
20-50	120-180	2	10	2	3
+50	+180	1	51	0,4	3
Total	--	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente 1968 - INE
 Inquérito às Despesas Familiares 1973/74 - INE

* Estimativa grosseira com base nos elementos do Inquérito às Explorações Agrícolas e na distribuição percentual das famílias por classes de receita familiar e categoria sócio económica do chefe de Família - Quadro II

QUADRO VI

Estrutura e acréscimos incrementais da despesa dos indivíduos pertencentes às famílias dos "patrões e isolados agrícolas" por classe de área * das explorações agrícolas

classe de grupos de produtos Área (ha)	- 1		1 - 4		4 - 20		20 - 50		+ 50	
	Estrutura	Acréscimos								
Alimentos e Bebidas	67,0	0,61	64,0	0,41	54,0	0,27	40,0	0,11	27,0	0,07
Outros bens e serviços socialmente úteis	18,0	0,28	19,0	0,43	36,0	0,54	40,0	0,55	34,0	0,43
Outros bens e serviços	5,0	0,11	7,0	0,16	10,0	0,19	20,0	0,34**	39,0	0,50**
Total	100,0	1,00	100,0	1,0	100,0	1,0	100,0	1,00	100,0	1,00

Fontes: Inquérito às Despesas Familiares 1973/74 - INE

* a relação entre classes de despesa e classes de área assente numa estimativa grosseira estabelecida a partir do Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente e da distribuição percentual das famílias por classes de receita ta familiar e categoria socio-económica do chefe de família.

** incluem-se algumas das despesas com a habitação e o transporte que devido às características apresentadas para as classes de despesa mais elevadas não podem ser consideradas como correspondendo a bens e serviços socialmente úteis.

ria dos portugueses.

Esta contribuição concretizar-se-á directamente através da expansão do produto agrícola bruto e indirectamente através dos efeitos multiplicadores que os acréscimos de produção deve rão suscitar nos restantes sectores económicos.

Estes efeitos far-se-ão sentir fundamentalmente:

- nos sectores produtores de bens de produção agrícolas dependentes da natureza e intensidade das transformações tecnológicas responsáveis pelos acréscimos da produção obtidos;
- nas indústrias agrícolas e alimentares resultando da sua dependência das matérias primas agrícolas e da sua importância na estrutura da procura alimentar final;
- nos sectores económicos associados à produção de bens e serviços de consumo dependendo da natureza e intensidade dos aumentos da procura final, resultantes do valor e da natureza da repartição dos acréscimos de rendimento originados pelo crescimento do produto agrícola.

A aceleração do crescimento da produção agrícola constitui, portanto, uma condição necessária para a concretização dos objectivos visados no âmbito de uma estratégia centrada sobre o Sector Social de Base.

Torna-se, no entanto, necessário garantir que a aceleração da produção agrícola obedeça a determinadas condições sem as quais não serão alcançados os objectivos visados.

Uma primeira condição refere-se à necessidade de assegurar, que os aumentos de produção resultem de acréscimos na produtividade da terra alcançados através de uma melhor utilização das potencialidades dos nossos solos e através de um processo de transformação tecnológico maximizador dos factores terra e trabalho, mi nimizador de capital e neutro do ponto de vista das economias de escala.

Só nestas condições nos parece possível assegurar que os

acrêscimos da produção agrícola possam:

- contribuir para uma melhor utilização dos recursos naturais e humanos disponíveis;
- beneficiar a grande maioria dos activos agrícolas com menores níveis de rendimento.

Uma segunda condição a respeitar, relaciona-se com a necessidade de se assegurar que o crescimento da produção agrícola assente na dinamização das pequenas e médias explorações agrícolas familiares, assim como nas cooperativas de produção.

Só no respeito por esta condição, nos parece possível assegurar que os acréscimos de produção alcançados possam contribuir para:

- a resolução do problema do emprego, através da criação das condições necessárias a uma redução acentuada do êxodo rural;
- a redução das assimetrias de repartição pessoal e regional dos rendimentos através da distribuição dos acréscimos de rendimento pela maioria da população activa agrícola;
- o crescimento económico global, através dos efeitos multiplicadores que os acréscimos de rendimento distribuídos, pela maioria da população activa agrícola, originam nos sectores produtores de bens e serviços socialmente úteis.

O significado do que acabamos de dizer, está bem expresso relativamente aos pequenos e médios agricultores familiares nos elementos contidos nos quadros V e VI.

Uma terceira condição diz respeito à escolha das regiões prioritárias* no âmbito do crescimento da produção agrícola. Tais regiões devem ser aquelas cujas condições socio ecológicas garantem:

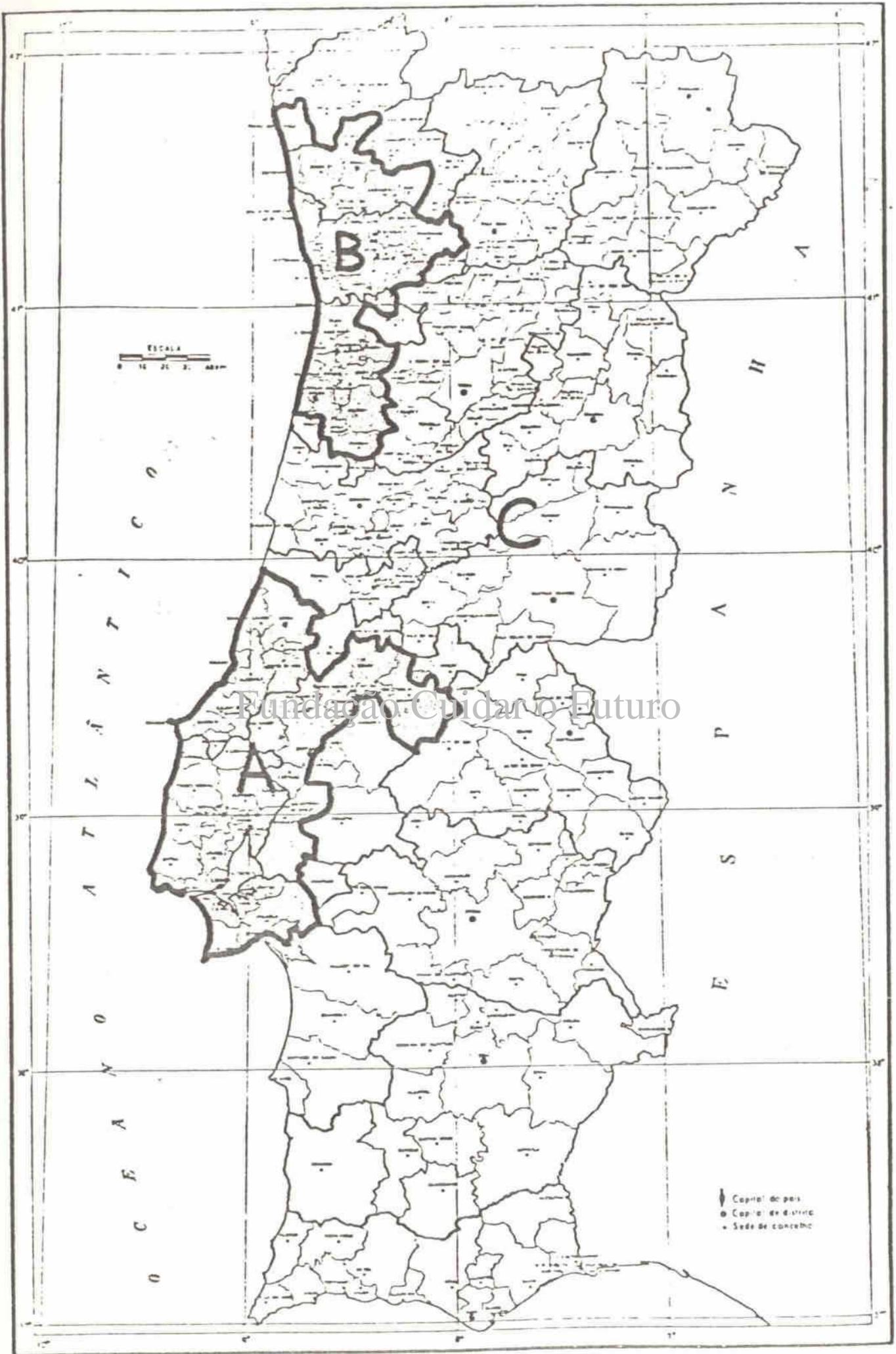
* Estas localizam-se na região C - ver quadro VII e mapa

Regiões	% do número de concelhos	PAB/PIB (%)	Activos Agrícolas Activos Totais (%)	% da População Residente	% do PIB	% do PBI	% do PAB	% da Superfície Cultivada	Solos c/capacidade de Utilização Agrícola (%)	% dos Activos Totais	% dos Activos Industriais	% dos Activos Agrícolas	PIB Activos totais (1000 esc.)	PBI Activos Industriais (1000 escw)	PAB Activos Agrícolas (1000 esc.)	Superfície Cultivada (1000 esc.)	Superfície Cultivada Activos Agrícolas (ha)
A	17	7	13	31	47	46	20	11	15	33	33	14	79	115	41	6.2	7
B	15	10	19	29	27	37	17	7	10	23	49	14	66	62	35	8.5	4
C	68	39	51	40	26	17	63	82	75	44	18	72	33	78	25	2.7	9
Valores Médios para o Continente	16	31											56	83	29	3.5	8

Fundação Cuidar o Futuro

Fonte: "Indicadores Económicos: perspectivas de regiões homogêneas" - (Documento interno)

Nota: Região A - região "predominantemente não agrícola" que integra concelhos dos distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém.
 Região B - região "predominantemente não agrícola" que integra concelhos dos distritos do Porto, Braga e Aveiro.
 Região C - região "predominantemente agrícola" que integra os restantes concelhos do País. (Ver Mapa)



A
T
L
Â
N
T
I
C
O

A
N
H
A
P
A
S
E

Fundação Cuidar o Futuro

Capital do país
Capital de distrito
Sede de concelho

- a obtenção de acréscimos crescentes de produção;
- a redução progressiva das assimetrias espaciais;
- um processo gradual e sustentado da "reocupação" do interior do país.

Uma última condição a respeitar refere-se à necessidade de assegurar que os aumentos da produção agrícola não venham a ser na sua maioria apropriados pelas unidades de transformação e distribuição a montante e a jusante do sector agrícola.

Nestas condições, os aumentos de produção alcançados não terão qualquer contribuição positiva, quer sobre os níveis de rendimento dos activos agrícolas, quer sobre os sectores não agrícolas produtores de bens e serviços de consumo essencial.

Para uma concretização das condições enunciadas importa assegurar:

- a existência de grandes disponibilidades e facilidades de acesso a sementes melhoradas, fertilizantes, correctivos, etc;
- a realização de investimentos maciços no âmbito das infra-estruturas básicas de rega, defesa, enxugo, conservação do solo, electrificação e viação rurais, conservação e comercialização de produtos agrícolas, com prioridade para o aperfeiçoamento das infra-estruturas subutilizadas e para o lançamento de projectos de pequena dimensão;
- o desenvolvimento de novas formas de articulação entre o sector agrícola e os sectores de montante e jusante de forma a privilegiar os aumentos de produtividade em detrimento dos efeitos de dominação;
- a canalização dos recursos disponíveis para a dinamização da investigação agrária, a instalação generalizada dos serviços de extensão e a reestruturação do ensino agrícola;

- o estabelecimento de orientações claras e consentâneas com os objectivos visados no âmbito da reestruturação fundiária, do associativismo agrícola, do crédito e dos preços dos produtos agrícolas.

Trata-se, portanto de um conjunto de acções que implicam uma mobilização maciça dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis em favor do sector agro-alimentar. Tal mobilização não é concretizável no contexto de uma estratégia de índole industrialista. Ela implica, um novo modelo de afectação de recursos, só compatível com uma estratégia orientada para a satisfação das necessidades essenciais da maioria da população.

2. Aumento da produção dos bens socialmente úteis de natureza industrial.

A aceleração do crescimento da produção agrícola, segundo os parâmetros anteriormente analisados, originará necessariamente alterações graduais, mas significativas, na estrutura da procura final de bens de consumo.

Estas alterações, serão consequência dos acréscimos directos de rendimentos originados na maioria da população agrícola, e dos efeitos redistributivos indirectos resultantes das modificações introduzidas no modelo de afectação de recursos.

Alterações deste tipo reflectir-se-ão principalmente, dada a natureza dos estratos sociais mais beneficiados com os acréscimos de rendimentos originados na procura interna de bens e serviços socialmente úteis: alimentação, vestuário e calçado, habitação, transportes, saúde e educação.

É neste contexto que se tornam prioritárias as acções de dinamização das actividades industriais directa e indirectamente responsáveis pela produção de bens socialmente úteis.

Tal prioridade está relacionada, não só com a criação de uma oferta interna capaz de cobrir a expansão da procura assim originada, mas também pelas potencialidades actuais e futuras apre

sentadas por tais actividades no âmbito da criação de emprego, da correcção das assimetrias, da repartição pessoal e regional do rendimento, da redução de dependência externa, da mobilização de recursos financeiros e do crescimento económico global.

No âmbito dos sectores industriais considerados e na óptica das funções estratégicas a desempenhar, assumem especial significado, actual e futuro, as pequenas e médias empresas industriais (PMEI) (ver quadro VIII I).

As potencialidades apresentadas por este tipo de sectores produtivos e de empresas no que respeita à utilização de tecnologias relativamente mais trabalho-intensivas que as da maioria dos restantes sectores e empresas, levam-nos a considerar como prioritária a sua dinamização em ordem à resolução do problema do emprego em Portugal.

A sua natureza trabalho-intensiva e as suas potencialidades efectivas no quadro de uma descentralização industrial permitem-nos considerar que o aumento da produção de bens socialmente úteis de natureza industrial podem conduzir à obtenção de resultados muito positivos no âmbito da correcção das assimetrias pessoais e regionais de repartição dos rendimentos. Tais aumentos constituirão certamente uma das componentes fundamentais no âmbito das acções tendentes à inversão dos fluxos migratórios regionais, isto é, na reocupação do interior do país, ou pelo menos na paralisação do processo de "desertificação" do mesmo.

As potencialidades apresentadas por estes sectores industriais em geral e pela PMEI em particular no âmbito da introdução de tecnologias mais adequadas do ponto de vista da utilização dos recursos internos disponíveis, determina a sua importância estratégica no contexto da redução gradual da dependência externa.

O aumento da produção industrial de bens socialmente úteis pode oferecer, também, condições particularmente favoráveis relativamente a uma mais intensa mobilização dos recursos financeiros necessários à implementação de uma estratégia centrada sobre o SSB.

Por um lado, através da redução das necessidades de capital

QUADRO VIII

Número de empresas

Sector	Número de Empresas	- 10		11 - 50		51 - 100		101 - 500		+ 500	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alimentação, bebidas, tabaco	1 567	498	32	731	46,4	158	10	160	10,2	20	1,4
Texteis, vestuário, sapatos, cor- tumes	3 672	1 158	31,5	1 659	45	390	11	389	10,5	76	2,0
Madeira, cortiça e mobiliário	2 887	1 144	39,6	1 450	50,2	135	6,4	96	3,4	12	0,4
Pasta de papel e artes gráficas	1 068	401	37,5	529	49,6	72	6,8	57	5,3	9	0,8
Produtos químicos e derivados	559	150	26	236	42	68	14	82	14	23	4
Minerais não metálicos	1 127	393	34,8	516	45,8	118	10,4	76	6,7	24	2,3
Metalurgia de base	186	55	29,6	92	49,5	15	8,1	14	7,5	10	5,3
Produtos metálicos, fabricação de maquinas não eléctricas, fab. de material elec. e material transp.	3 694	1 479	40	1 616	43,8	308	8,4	238	6,4	53	1,4
Vários	513	196	38,2	228	44,5	44	8,6	42	8,2	3	0,5
Total	15 273	5 474	35,8	7 057	46,3	1 358	8,9	1 154	7,5	230	1,5

Fundação Cuidar o Futuro

por unidade de produto por via da adopção pelas PMEI de tecnologias "capital-saving", por outro lado, através da mobilização de novas fontes de poupança, a partir dos acréscimos de rendimento agrícola e não agrícola internos e das remessas dos emigrantes. A capacidade das PMEI neste âmbito resulta das suas vantagens comparativas no que se refere à instalação de indústrias em regiões predominantemente agrícolas e com taxas de emigração mais elevadas, o que as tornará atractivas do ponto de vista do tipo de fontes de poupança a mobilizar.

O crescimento da produção industrial nos moldes referidos, contribuirá também, muito positivamente para o crescimento económico global.

A possibilidade de se levar por diante uma estratégia industrial nos moldes referidos, está, no entanto, dependente de diversos condicionalismos. Estes relacionam-se, por um lado, com o sucesso do crescimento sustentado do sector agro-alimentar, por outro lado, com a criação de apoios efectivos no âmbito das infraestruturas básicas, de acesso às matérias primas e tecnologias, do crédito e da organização e gestão empresariais e finalmente do planeamento das interligações das PMEI com as grandes unidades industriais modernas.

3. Desenvolvimento das estruturas físicas indispensáveis à dinamização de um processo de "reocupação" do interior do país.

Ao conjunto das estruturas físicas (construções, infraestruturas e equipamentos) responsáveis pela qualidade de vida das populações, designamos por sector do "habitat".

O desenvolvimento deste sector constitui um elemento fundamental na concretização de uma estratégia centrada sobre as áreas de actuação já apontadas. Tal facto resulta da sua contribuição decisiva para a fixação das populações a viver actualmente no interior do país e para a criação das condições físicas indispensáveis à inversão gradual mas progressiva das tendências migratórias tradicionais, em ordem à "reocupação" do interior do país.

Na realidade, a fixação e "reocupação" em causa, são condições básicas para o sucesso de uma estratégia centrada sobre o sector agro-alimentar e o sector industrial produtor de bens socialmente úteis. A dinamização de tais sectores implica uma disponibilidade e qualidade de recursos humanos incompatíveis com a persistência de um processo de "desertificação" do território.

A criação de condições físicas favoráveis a uma atracção demográfica nas diferentes regiões do país, é um processo que de terminará, pela natureza das acções a implementar no âmbito do sector "habitat"; efeitos secundários muito positivos. Estes dizem respeito, fundamentalmente, à criação de novos empregos e à utilização dos recursos regionais, através da dinamização das empresas de construção civil e das indústrias a montante e a jusante daquelas.

4. Expansão das indústrias exportadoras capazes de alcançarem maiores "vantagens comparadas".

As prioridades sectoriais estabelecidas no âmbito de uma estratégia orientada para o SSB determinam que a procura externa não possa ser considerada como o elemento dinâmico principal. Na realidade, se tal estratégia visa uma transição gradual para o estabelecimento de uma estrutura económica orientada para a satisfação das necessidades básicas e para o aproveitamento racional dos recursos internos, a sua dinâmica de sustentação não pode assentar, fundamentalmente, no sector exportador.

Este facto não invalida, no entanto, a importância estratégica que o desenvolvimento da indústria exportadora pode vir a assumir no âmbito de uma estratégia orientada para o SSB.

Tal importância resulta, em primeiro lugar da indispensabilidade de se vir a obter um fluxo de divisas capaz de assegurar a importação dos bens de consumo e de produção necessários ao processo de transformação visado. Em segundo lugar, dadas as potencialidades que apresenta, quer no reforço de uma estrutura industrial virada para a produção de bens socialmente úteis, quer no desencadeamento de efeitos favoráveis ao aumento do emprego e à correcção de assimetrias espaciais.

A escolha das indústrias exportadoras a apoiar prioritariamente terá que levar em linha de conta, para além das suas potencialidades no âmbito dos aspectos anteriormente referidos, to dos aqueles factores que se relacionam com a obtenção de vantagens comparadas no âmbito das trocas internacionais.

Da aplicação de tais critérios de selecção resultam as seguintes prioridades no conjunto das actividades industriais orientadas para a exportação:

- indústrias assentes na utilização de recursos naturais: alimentares, madeira e cortiça, mobiliário, cerâmicas, vidro, etc;
- indústrias exportadoras tradicionais: textéis, curtumes, vestuário e calçado;
- indústrias utilizadoras de mão de obra abundante e de tecnologias intermédias: metalúrgicas, metalo-mecânicas, etc.

Opta-se assim pelo desenvolvimento de indústrias exportadoras que para além de assegurarem vantagens comparadas, apresentam condições favoráveis, não só a uma maior viabilização das actividades económicas orientadas para a produção de bens socialmente úteis mas também a uma mais efectiva concretização dos objectivos visados no âmbito do emprego e da descentralização industrial.

Fundação Cuidar o Futuro

Parte I - INTRODUÇÃO

I - INTRODUÇÃO

O trabalho que agora se apresenta tem como objectivo a implementação de um projecto político capaz de se adequar e responder às condições objectivas e subjectivas da sociedade portuguesa.

Tarefa assaz complexa como é de ver, dada a situação de crise do nosso país e do próprio mundo ocidental.

Fundação Cuidar o Futuro

A necessidade de um projecto político para Portugal não é, de modo algum, a subjectividade de um grupo de pessoas, mais ou menos teóricas, eruditas ou académicas, que se delicia com a perspectiva de resolver o país. Antes pelo contrário, é de uma inelutável necessidade que se trata. Sem um projecto político viável, claro e mobilizador, não se prevê agradável o futuro da sociedade portuguesa.

As várias vicissitudes que o sistema democrático institucionalizado no 25 de Abril tem vivido, são a prova evidente de que as propostas e as actuações, primeiramente de esquerda e posteriormente de direita, não foram capazes de encaminhar o país para situações que preludiassem um aumento de estabilidade, segurança, justiça e bem-estar.

É devido a ser esta a realidade política-social pós 25 de Abril, que se torna imperativo adoptar medidas mobilizadoras que alterem a tendência, hoje existente, para a descrença, irresponsabilidade e demagogia.

Só se conseguirá alterar o rumo dos acontecimentos, com uma forte vontade política sustentada numa compreensão profunda dos fenómenos mais marcantes do todo nacional. Esta vontade não poderá estar aprioristicamente coarctada por ideologias de qualquer dos Blocos.

Nesta perspectiva, este grupo de trabalho lançou mãos, em Dezembro de 77, às tarefas necessárias para começar a inteligir as diversas realidades nacionais.

Fundação Cuidar o Futuro

A partir dessa data foram pois iniciados trabalhos que se subdividiram em cinco grandes estudos a saber:

- Factores Históricos e Sociológicos
- Factores Demográficos
- Factores Ideológicos
- Factores Culturais
- Factores Económicos

Factores Históricos e Sociológicos

No que se refere aos factores históricos e sociológicos, iniciou-se um trabalho de análise e interpretação da história

para se tentar compreender e avaliar a dinâmica do povo português ao longo do seu itinerário, tão pouco estudado e, a maior parte das vezes, tão deturpado.

Este estudo histórico abriu-nos perspectivas extremamente importantes para ensaiar aquilo a que chamamos a "capacidade cognitiva das classes sociais em Portugal".

Com efeito, podemos hoje, com um mínimo de rigor, afirmar que existem duas classes sociais maioritárias no nosso país:

- pequena burguesia
- campesinato

e ainda algumas subcamadas de maior ou menor significado. Para além da importância destas classes há pois que considerar a existência de estratos de classe cujo significado tem sido substancialmente empolado na actual conjuntura da sociedade, como sejam, por ordem de importância quantitativa:

- média burguesia (industrial, comercial e agrária)
- classe operária
- grande burguesia (industrial e financeira)

As razões históricas e sociais que nos levam a dividir a sociedade portuguesa em duas grandes classes tem a ver com o quadro mental dominante da classe camponesa ao longo de toda a história de Portugal e com a ausência duma burguesia na

cional a partir dos Descobrimentos, ou seja, precisamente a partir da altura em que a burguesia europeia começa a sup^{er}ar a nobreza e a criar as condições económicas e políticas para a sua vitória nos secs. XVIII e XIX.

Em Portugal, no sec. XVIII, torna-se evidente a inexistência de burguesia nacional, uma vez que a industrialização do país não se processou ao ritmo capaz de a tornar dominante em toda a actividade económica.

No sec. XIX, e reportando-nos ao primeiro censo efectuado em Portugal em 1864 (não vale a pena citar números anteriores, já que não têm o menor valor histórico), existiam apenas 36.300 operários e aprendizes, contra 110.320 artesãos, o que quer dizer que o artesanato constituía o triplo do operariado da época. Por outro lado, no que se refere à agricultura, havia 107.520 trabalhadores proprietários, 151.200 trabalhadores rendeiros, 248.800 trabalhadores jornaleiros e 39.200 pastores (de notar a existência de mais pastores que operários...)

Passando ao censo de 1911 (*), com a República, viviam da agricultura 3.197.444 pessoas (cerca de 2/3 da população total de então); no que se refere à indústria, a sua base era praticamente artesanal, visto que num total de 547 mil trabalhadores do sector industrial, apenas 180 mil eram operários

(*) Dados obtidos a partir do "Relatório da análise ao Censo de 1911" pelo Conselheiro Oliveira Simões.

trabalhando em estabelecimentos fabris e os estabelecimentos fabris com mais de 10 operários empregavam à volta de 98.500 trabalhadores (37.669 nos textéis); refira-se por último que as instalações fabris com mais de 50 operários não chegavam a absorver 20% da totalidade dos operários industriais.

Com o advento ao Estado Novo, ainda mais se acentuou a esclerose do sector industrial. Foi seguida uma política de exploração colonial em termos absoletos e de isolamento em relação à Europa e ao Mundo. De acordo com a moda política de então, Portugal, país da periferia, foi mantido deliberadamente atrasado, numa tentativa de evitar a agudização dos conflitos laborais e ideológicos (a vitória de Franco em Espanha consolidou a política Salazarista).

Fundação Cuidar o Futuro

Assim, a estrutura da indústria portuguesa em 1955^(*) indicava a existência de 8.926 empresas industriais empregando 377 mil operários, que, tendo em vista a definição dada pelos autores da fonte citada^(*) correspondem aos 180 mil existentes em 1911; e isto numa população total que no mesmo intervalo de tempo tinha aumentado de cerca de 5 milhões e meio, para mais de 8 milhões de habitantes.

(*) Os números apresentados não são certamente verdadeiros, visto que o Estado Novo falseava os resultados estatísticos. Por outro lado "há uma diferença entre estes valores e outros que têm sido calculados; substancialmente, resulta tal diferença de apenas terem considerado as sociedades industriais, quando as restantes estimativas definem indústria pela população indicada no Censo". (Fonte: Estudo sobre a Indústria Portuguesa, de F.P. de Moura. M.E. do Braz, M.E. Dores, M. F. Gonçalves, J.P. Chaves, J.C. Oliveira, II Congresso da Indústria Portuguesa).

É a partir desta data (1955) que começa a haver um aceleramento na industrialização do país, surgindo os grandes grupos económicos portugueses, a maior parte das vezes ligados quer ao capital estrangeiro, quer à exploração das colónias, e em regime de monopólio (protecção administrativa, financeira e alfandegária estatal). Por outro lado, deve ainda fazer-se referência aos investimentos estrangeiros que também nesta altura começaram a ter um maior incremento no país. A própria guerra colonial foi, de certa maneira, um veículo importante para o surto de desenvolvimento industrial que se processou na década de 60.

Todavia, esse desenvolvimento não era capaz de responder satisfatoriamente ao crescente aumento do mercado de mão-de-obra. É por isso que é também nesta época que se observa o maior êxodo do povo português para o estrangeiro, uma vez que a necessária acumulação de capital acelerada e protegida pelo Estado Novo não proporcionava salários ao trabalhador nem criava suficientes postos de trabalho a ponto de evitar a emigração maciça. Uma industrialização serôdia e acelerada como a nossa teve de dar preferência às indústrias de capital intensivo (apesar duma mão-de-obra barata) que destruiu milhares de actividades tradicionais; a técnica dos Planos de Fomento de então era a de que "a Indústria arrasta o resto", e o resto era a agricultura e as actividades tradicionais, que foram totalmente descuradas e esmagadas em vez de serem arras-

tadas numa "corrente de bem-estar geral".

O surto industrialista então vivido não respondia às graves deficiências estruturais da economia portuguesa. Na verdade, a industrialização processava-se de acordo com as exigências de algumas famílias da grande burguesia ligadas aos interesses dos capitais estrangeiros. Portanto, o desenvolvimento industrial acelerado dos anos 60 ainda mais veio agudizar as grandes assimetrias da estrutura econômica e social.

As referidas grandes famílias, que podiam ter sido o embrião da grande burguesia nacional, não deixaram assim nunca de viver na dependência tecnológica e estratégica da finança internacional e na dependência administrativo-protecionista do Estado Novo, não constituindo por isso um grupo suficientemente vasto nem autónomo, para poder ser considerado mais do que um estrato de classe, pese a sua importância política e econômica, e a contribuição decisiva que deu para a manutenção das assimetrias econômicas e estruturais, já mencionadas.

Não tendo feito mais do que constituir grandes monopólios, num país que se mantinha atrasado e economicamente pulverizado, o seu poder foi praticamente destruído com as Nacionalizações e a perda das colónias.

No que se refere à média burguesia, a sua importância situa-se mais no campo ideológico do que no domínio econômico. Este estrato de classe ligado em grande parte a pequenas e médias empresas agrícolas, comerciais e industriais, e às profissões liberais, com o desenvolvimento anômalo das relações de produção capitalista em Portugal, isto é, com a rápida criação dos grandes grupos monopolistas financeiros e industriais, começa na década de 60 a sentir sérias dificuldades em expandir-se. Na verdade, os grupos monopolistas cada vez mais detentores do capital financeiro, dificultavam ao máximo o crédito às Pequenas e Médias Empresas, criando assim as condições para o domínio econômico que impediu que a média burguesia emergisse e se mantivesse como classe autônoma. Há que referir ainda outras franjas, como quadros técnicos médios, que mercê do desenvolvimento acelerado das relações de produção em Portugal, criaram condições de vida idênticas ou semelhantes às da média burguesia. Estes quadros técnicos e profissões liberais, vieram a ser, apesar de tudo, os veiculadores da ideia de progresso social e aumento de bem estar para as classes mais baixas da sociedade: o que uns tinham feito, outros poderiam vir a fazer mercê do seu esforço.

No que se refere à pequena burguesia, classe considerada dominante neste estudo, será objecto duma análise mais aprofundada no capítulo V do presente documento. Nesta introdução iremos apenas fazer referência às subcamadas que incorpo

ram esta classe e à ideologia de projecção que é inerente a toda e qualquer camada baixa da sociedade. Esta ideologia, de projecção vive da ideia de ser possível, mercê de esforços aturados e de trabalho árduo, chegar às alturas onde já não sejam a sobrevivência, a aparência e a imitação, as funções psicológicas colectivas fundamentais, mas antes a segurança que a posse de bens e usufrutos permite. Trata-se portanto duma vasta camada da população nacional extremamente instável em termos políticos, porque essa instabilidade é o reflexo hialino das suas próprias condições de vida: o casaco, a gravata e as mãos limpas são afinal os únicos usufrutos evidentes, e que não se podem perder.

Poderá numa primeira aproximação, subdividir-se esta classe em dois grandes grupos.

- Possidentes
- Não Possidentes

Do primeiro são característicos os pequenos industriais; comerciantes e artífices independentes, mas neles não podemos deixar de incluir, pelo seu comportamento ideológico, os pequenos agricultores e rendeiros, que, pertencendo em rigor e do ponto de vista económico ao campesinato, constituem porém a ligação ou transição entre este e a pequena burguesia.

Na pequena burguesia não possidente, podemos incluíros

funcionários públicos, empregados de escritório e comércio, quadros médios e inferiores das empresas, e, pelas suas características ideológicas, uma larga percentagem da classe operária.

Quanto à classe operária, vimos já anteriormente como ela é recente e não tem tradições: os próprios descendentes dos operários de há 100 anos, são hoje quase seguramente, pequenos burgueses do comércio, da indústria ou dos serviços.

Com efeito, a classe operária da segunda metade do sec. XIX é "uma fase de transição entre os dois planos fundamentais da sociedade portuguesa: camponeses e burgueses". (História Concisa de Portugal, de J.H. Saraiva, pag. 295). Não haverá um operário que deixe de concorrer com o resultado das suas economias para se tornar capitalista", lê-se no nosso primeiro jornal socialista "O Eco dos Operários", fundado em 1850.

"O filho do operário encontrou na cidade um futuro que, nos campos, estava reservado aos filhos da gente remediada: aprendeu a ler, usou gravata, empregou-se numa repartição do Estado, num escritório, na CP, ou foi professor primário, e passou a constituir o último degrau da pirâmide burguesa". (História Concisa de Portugal, Idem).

As vicissitudes da estrutura económica portuguesa não permitiram pois a existência perene dum operariado transitan

do de pais para filhos e uma autonomia e capacidade intelectual diferenciados que lhes outorgasse características doutrinárias próprias. Ser operário em Portugal foi sempre encarado como uma situação transitória.

Os operários actuais, originados como se viu, nos anos 50-60, por falta de um passado ideológico sustentado, aproximam-se e identificam-se acentuadamente com a ideologia da pequena burguesia, mantendo todavia raízes culturais de base rural.

Para terminar a descrição dos factores históricos e sociológicos vamos abordar a classe camponesa.

Ao longo de toda a nossa história, tem sido esta classe a mais sacrificada aos eventos endógenos e exógenos que assolaram o nosso país. A maior parte das vezes, para não se pecar por exagero e afirmar-se todas, a classe camponesa nada beneficiou com o processo histórico do país. Daí que a sua capacidade cognitiva seja quase um paradigma: o medo, a desconfiança face às outras classes, e quiçá em relação ao próprio vizinho de classe, constituem o mundo do conhecimento de outrém que lhe deriva da história.

No entanto, deveríamos ainda adicionar a insegurança sistemática do camponês relativamente ao seu trabalho, isto é: o trabalho depende das condições do tempo, e o valor desse

mesmo trabalho, de factores historicamente incontroláveis, uma vez que a autonomia desta classe nunca foi atingida, e por via disso, ela nunca pôde controlar nem as intempéries nem os preços daquilo que produz.

A capacidade política dos camponeses, salvo em conjun-
turas excepcionais, caracteriza-se por uma grande inseguran-
ça, prudência, reserva, desconfiança e tendência para a mis-
tificação e a ambiguidade. Este fenómeno resulta das condi-
ções históricas em que viveram. Com efeito, não estão habi-
tuados a que outras classes lhes tragam ou ofereçam benefíci-
os, antes pelo contrário. O que de facto tem acontecido é a
desagregação sistemática desta classe e da agricultura. As
infra-humanas condições de vida dos camponeses obriga-os, pa-
ra sobreviverem, a tornarem-se noutra coisa. Tornam-se mi-
grantes, quer para os grandes centros urbanos, quer para o
estrangeiro. Estas enormes massas de emigrantes vão criar um
conflito ideológico nas cidades, porque o estado de sujeição
que aceitam no novo habitat não é compatível com o modo de
vida dos cidadãos. A maior parte das vezes isto resulta nu-
ma radicalização ideológica de uns contra os outros. Se ob-
servarmos o que acabamos de dizer sob outra óptica, verifica-
mos que grande parte dos trabalhadores manuais (classe operá-
ria indiferenciada) tem a sua origem na tríade "campesinato-
-migrante-operário", o que justifica as graves contradições
subjacentes àquilo a que se chama classe operária. Por outro

lado, a outra tríade a apontar, "campesinato-emigrante-operário", está em condições ainda mais anormais (uma vez que se situa no estrangeiro) que agravam o fenómeno de sujeição do camponês, na sua transição para operário, obrigando-o a atingir níveis que só a necessidade de sobrevivência pode eventualmente explicar.

Tendo em vista as duas tríades apresentadas, a influência do migrante e do emigrante camponês na sociedade portuguesa actual é extremamente importante para se chegar, com um mínimo de valimento, a uma definição da capacidade cognitiva das classes sociais. Com efeito, a mentalidade camponesa, por via das grandes assimetrias existentes no nosso país, acaba por ser o pano de fundo da própria ideologia pequeno-burguesa. É segundo este raciocínio que o presente trabalho considerou fundamental perscrutar em profundidade a interacção da mentalidade camponesa com a mentalidade pequeno-burguesa, uma vez que, a nosso ver, a autenticidade ideológica deriva da mentalidade camponesa, passando a ideologia pequeno-burguesa à condição de epifenómeno do quadro mental do camponês.

Factores Demográficos

Os factores demográficos são:

- Distribuição da população
- Estrutura etária
- Migrações e zonas de atracção e repulsão populacional

A análise da capacidade cognitiva da população implica, como é óbvio, o conhecimento da sua distribuição espacial. A importância do estudo da distribuição da população no quadro da análise do conjunto de indicadores articula-se em torno de três ideias forças.

1. As variáveis-objecto de estudo dos restantes indicadores que constituem o presente trabalho remetem em última instância para um terreno onde estão presentes as classes sociais cujos elementos constituintes se distribuam no espaço.

Resulta daqui a necessária sobreposição (não estática, isto é, em relação dialéctica com ...) da distribuição da população com as restantes distribuições em análise.

2. O estudo da distribuição da população possibilita a primeira delimitação do espaço a analisar em termos de trabalho futuro, no sentido de detectar a quantificação e distribuição das próprias classes em presença.
3. Por fim, a população, isto é, os seus segmentos que integram o projecto político que se visa implementar, é simultaneamente o agente dinâmico e o destino do processo de transformação e superação assegurado por

esse projecto.

Por estes motivos poder-se-á afirmar que a distribuição da população constitui o indicador base em virtude da sua importância intrínseca, por ser uma informação fundamental para a compreensão dos outros aspectos da realidade considerados nos diversos trabalhos, e ainda pela sua importância na elaboração dos estudos de implementação do projecto político que se propõe.

A análise da estrutura etária da população portuguesa foi feita tanto no que respeita à sua caracterização tipológica como à distribuição espacial. Este facto reflecte, duma forma directa, a incidência regional dos diversos tipos de estratificações etárias.

É evidente a necessidade de se conhecer onde está a população activa, bem como as restantes classes etárias, cada qual com os seus problemas específicos. Duma forma indirecta surgem as zonas de maior incidência migratória, que correspondem a áreas de maior escassez de população activa.

Este factor ultrapassou o campo clássico da demografia, para constituir um parâmetro definidor dos aspectos inter-sec-

toriais e económicos das populações; permite ainda a análise de outros factores de carácter económico, cultural, ideológico e sociológico.

As zonas de atracção e repulsão foram estudadas tanto do ponto de vista da frequência emigratória interna como da emigração, e relacionadas com os outros factores estudados.

Factores ideológicos

Os factores ideológicos são os resultados eleitorais, e a distribuição dos padres no território.

A alteração da realidade portuguesa, para ser conhecida na sua complexidade, exige não só a análise de indicadores de natureza económica, social e cultural, mas também a análise de indicadores de natureza predominantemente ideológica, cujo significado importa realçar, na medida em que exprime quer as posições dos diferentes projectos políticos quer a projecção destes no magma social do país.

Em sistema de democracia formal, a análise qualitativa e quantitativa dos actos eleitorais constitui um dos processos habitualmente utilizados para tornar objectiváveis esses indicadores de natureza predominantemente ideológica.

O 25 de Abril ao institucionalizar o regime de demo-

cracia formal, veio permitir que a análise dos actos eleitorais desde então realizados pudesse fornecer um contributo de particular relevo para o estudo da realidade portuguesa.

Pode obter-se uma perspectiva dinâmica das posições relativas dos vários projectos políticos e das oscilações da influência destes, relativamente à população portuguesa, através de uma análise que correlacione os resultados eleitorais obtidos em três momentos de relevante significado: Abril de 1975 (Assembleia Constituinte), Abril de 1976 (Assembleia da República) e Dezembro de 1976 (Autarquias Locais).

Por outro lado, a variação das abstenções permite, de certo modo, objectivar a profundidade da inserção dos diferentes parâmetros ideológicos na formação social portuguesa, assim como o grau de confiança da população relativamente ao sistema de democracia representativa parlamentar.

A diferença entre a prática política dos partidos e o conteúdo dos respectivos projectos políticos influi, negativamente, na confiança da população, e a consciência desse desfasamento, por parte dos eleitores, pode, sem dúvida, traduzir-se num aumento significativo de abstenções.

No que se refere às eleições para a Assembleia Constituinte (Abril de 1975) e para a Assembleia da República (Abril de 1976), foram tratados todos os dados disponíveis, mas não se verificou o mesmo no que se refere às eleições para as au-

tarquias locais (Dezembro de 1976). Relativamente a estas, apenas foram tratados os dados referentes às Assembleias Municipais, por nos parecer que seriam mais facilmente comparados com os dados das eleições anteriores, em virtude de exprimirem melhor a presença dos partidos no terreno.

Deste modo não sofreram qualquer tratamento os dados referentes às Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, susceptíveis de fornecer elementos de interesse para o estudo do caciquismo e de outros fenómenos sociais afins. Esses dados podem traduzir, com efeito, o reflexo da presença de personalidades dominantes locais, cuja acção quotidiana e cuja acção política produzem efeitos de arrastamento de cidadãos eleitores. Daí o interesse que há em efectuar o tratamento desses dados, o que não deixará de fazer-se em fase ulterior do trabalho.

Procurar-se-ã, no presente texto, ter em conta certas condicionantes de fundo e certos fenómenos de conjuntura, que não poderão, como é óbvio, ser objecto de tratamento aprofundado nesta fase do trabalho, mas que, apesar de tudo, será útil registar, na medida em que poderão constituir pistas com interesse para ulterior desenvolvimento.

Caracterizaram-se várias famílias ideológico-partidárias e fez-se a análise da implantação espacial dessas famílias

lias, bem como da impregnação partidária no espaço nacional.

Considera-se fundamental por outro lado saber qual a distribuição de padres no território nacional.

A Igreja teve desde sempre uma grande implantação em Portugal, sendo um dos factores mais importantes na formação cultural do Povo e marcando as suas tradições, hábitos e convicções. Esta realidade não pode ser de modo algum escamoteada, havendo por isso a necessidade de estudar as suas áreas de influência mais directas, assim como conhecer o peso que ela ainda apresenta no território Nacional.

Além disso, tem sido a religião o veículo ideológico mais importante em Portugal, o que sublinha a necessidade de considerar este indicador como essencial para o estudo de todo o espaço Português.

Recentemente, o bispo coadjutor de Beja, numa conferência realizada no Porto, afirmava que: "reunidos semanalmente e aos dias santos, cerca de 60 vezes por ano, isto representa uma influência muito grande da parte da igreja sobre uma massa importante da população portuguesa". Disse ainda que "não há nenhum agrupamento, nenhum movimento político que consiga tantos comícios e com tanta gente ao longo do ano".

Esta afirmação parece-nos de grande importância, não só pela clareza com que é posta como pela verdade que contém e pelo significado político implícito na comparação entre a prática religiosa e os comícios políticos.

Procurou-se portanto numa primeira fase recolher os elementos que permitissem conhecer a distribuição por concelho do número de padres relacionando-o com a população existente.

Factores Culturais

Os factores culturais considerados foram:

- Distribuição espacial do número de habitantes por cada aparelho de TV
- Taxa de escolarização no ensino secundário
- Distribuição espacial das associações populares e cooperativas

A densidade de televisões de cada concelho, calculada em percentagem da respectiva população, é um indicador que em si, poderá permitir tirar algumas conclusões de natureza sócio-cultural. No entanto, e no caso presente, importa salientar que os dados colhidos dizem respeito a um período de tempo em que foram canceladas algumas licenças e foram adquiridos aparelhos sem o correspondente registo oficial, o que dará uma visão defeituosa do valor absoluto e da distribuição relativa dos aparelhos, mas pode traduzir um comportamento político.

Postas estas reservas, pretendeu-se determinar a influência deste meio de comunicação social e aferir o interesse cultural das populações, a partir do conceito da acção formativa e informativa directa sobre as grandes massas populacionais que é possível conseguir-se com a disseminação das ideologias por seu intermédio.

Embora de grande importância para averiguar o nível cultural da população, o estudo sobre a taxa de escolarização no ensino secundário só poderá estar completada na fase posterior do nosso trabalho, quando estiver pronto o delineamento de estratêgia para o SSB.

A análise do Associativismo, assume uma importância muito especial na fundamentação, elaboração e implementação de um Projecto Político. Na verdade não se pode independentizar o SSB deste tipo de organização, quer no que diz respeito aos futuros esquemas de organização da produção, quer no que se refere às alterações qualitativas do aparelho de Estado, essenciais para a implementação do referido projecto.

O Associativismo assume dois aspectos fundamentais: um, o Associativismo propriamente dito, outro, o Cooperativismo. Dada a diferente forma institucional e o diferente processo de formação, optou-se pelo desenvolvimento paralelo do estudo dos dois tipos de associativismo considerados, embora a metodologia adoptada tenha sido semelhante.

O trabalho foi desenvolvido com o objectivo fundamental de procurar detectar a importância relativa do associativismo na vida das populações, e as variações espaciais dessa importância, bem como estabelecer a sua caracterização em termos dos sectores de actividade em que se manifesta com mais relevância.

Os dados disponíveis nesta 1.^a fase, apenas permitiram uma abordagem prévia da questão, a qual deve ser encarada com muitas reservas, dadas as evidentes distorções que introduz na perspectiva sobre a situação, importância e distribuição espacial do associativismo no nosso país.

Factores Económicos Fundação Cuidar o Futuro

Fez-se o estudo da distribuição espacial dos seguintes factores económicos:

- Parte do produto agrícola bruto no produto interno bruto
- Percentagem dos activos agrícolas em relação aos activos totais
- Parte do produto industrial no produto interno bruto
- Percentagem dos activos industriais em relação aos activos totais
- Repartição concelhia do produto interno bruto total
- Produtividade global do conjunto de todas as actividades económicas

- Peso das explorações agrícolas com menos de 20 ha.
- Produtividades agrícolas da mão-de-obra e dos solos
- Repartição concelhia do produto agrícola bruto
- Repartição concelhia do produto bruto da construção civil e parte do mesmo no produto interno bruto
- Variação do produto agrícola bruto entre 1960 e 1970
- Repartição concelhia da população total, da população activa total e da população activa agrícola
- Repartição concelhia da área agrícola cultivada
- Correlação entre activos agrícolas assalariados, familiares e isolados e patrões.

Estes factores económicos foram depois correlacionados entre si e numa forma integrada, tendo em vista um Sector Social Base que promova o ordenamento da produção, impulse o desenvolvimento do país numa forma sustentada politicamente pelas populações e seja o ponto de partida para o controlo do capital financeiro por parte dos produtores.

Numa definição preliminar, o SSB é o conjunto de actividades produtivas com menor dependência do exterior e com condições de se desenvolver e impulsionar um aproveitamento racional e social dos recursos internos, mantendo em funcionamento, fora desse âmbito, apenas o que for viável ou ideológica e socialmente impossível de ser extinto.

O SSB fundamentará um novo modelo de desenvolvimento para a sociedade portuguesa e implicará a definição numa es-

tratégia política global da qual se apresentam no presente documento os grandes objectivos e as prioridades a estabelecer.

A concretização do referido modelo de desenvolvimento bem como a elaboração de uma estratégia que o implemente, serão apresentados em trabalho posterior, a elaborar até fins de Abril de 1979.

Desde já porém se chama a atenção para os grandes critérios de escolha do SSB:

- Aumento da produção de bens e serviços socialmente úteis, entendidos como aqueles que poderão vir a assumir uma importância decisiva na melhoria das condições de vida da grande maioria da população
- Obtenção dum ritmo de crescimento económico capaz de assegurar o aumento progressivo do bem estar social e a independência nacional
- Aumento da utilização dos recursos nacionais

A estrutura do consumo correspondente à despesa individual média nacional, pode ser considerada como o ponto de partida para a obtenção no essencial e tendo em vista os critérios apresentados, dum nível de consumo aceitável para o povo português. De facto, de acordo com os elementos estatísticos disponíveis (*), mais de 72% das famílias portugue-

(*) Inquérito às Despesas Familiares, 1963-64

sas apresentam níveis de consumo inferiores à média nacional, o que permite garantir que esta adopção, como meta a atingir, irá contribuir duma maneira decisiva, para a melhoria das condições de vida da grande maioria da população portuguesa.

Na parte II deste documento, tentar-se-á mostrar o impasse económico e político a que se chegou neste momento em Portugal; na parte III mostrar-se-á que a única alternativa para esse impasse é a implementação dum modelo de desenvolvimento baseado no SSB, cujos contornos espaciais e sectoriais, objectivos e prioridades se procurarão igualmente definir.

Estando Portugal ligado a um dos blocos e pretendendo integrar-se na CEE, haverá que envidar esforços susceptíveis de acertar os pontos de desencontro entre a nossa estratégia e as estratégias das forças internacionais. Deve desde já, realçar-se que o SSB e o projecto político dele derivado poderão desenvolver-se taticamente de acordo, por exemplo, com alguns dos mais importantes objectivos preconizados no relatório sobre Portugal do Banco Mundial de 1978.

Com efeito, para o Banco Mundial, não é clara a posição de Portugal, como país da periferia. A divisão em países subdesenvolvidos e desenvolvidos, implica estratégias económicas diferenciadas, mas possíveis de implementação em termos

clássicos. Portugal, porém, não se encontra em nenhuma destas situações, e os peritos internacionais vacilam na concepção de modelos para países da periferia europeia. Nestas circunstâncias, a capacidade de manobra política para o SSB e para o nosso projecto aumenta na razão directa da indefinição económica mundial para os países mal catalogados.

Portugal encontra-se assim entre os países cujo peso político, no contexto de crise estrutural a nível mundial, é suficiente para que uma eventual saída fóra do quadro clássico possa ser considerada como um mal menor pelas grandes potências.

Fundação Cuidar o Futuro

Fundação Cuidar o Futuro

I - O modelo de desenvolvimento que tem estado subjacente à evolução da sociedade portuguesa desde os meados do século passado, tem vindo a assumir ao longo do tempo diferentes formas, as quais são no essencial consequência:

- das diferentes posições ocupadas e funções desempenhadas pela economia portuguesa no processo de formação e desenvolvimento do sistema capitalista mundial aonde desde então se encontra integrada;
- das intervenções desencadeadas pelos diferentes estratos sociais dominantes em ordem a influenciarem a seu favor o processo de integração apontado.

Pode-se considerar que as diferentes formas assumidas pelo modelo de desenvolvimento em causa correspondem no essencial a três fases distintas de evolução da nossa economia, durante as quais foram sendo originados os principais factores responsáveis pela estrutura económica portuguesa actual.

II - O início da primeira fase, datado de meados do século XIX, coincide com a asfixia da nossa incipiente indústria e com a absorção dos nossos mercados pela economia britânica.

Esta fase corresponde por um lado ao afastamento definitivo da possibilidade de Portugal vir a evoluir segundo um modelo de acumulação do tipo daqueles que caracterizará desde então as economias hoje desenvolvidas e por outro lado ao aparecimento dos primeiros elementos constituintes de uma estrutura produtiva nacional que passará a depender, daí para o futuro de uma forma sistemática de efeitos dinamizadores que lhe são quase inteiramente exteriores.

Fundação Cuidar o Futuro

A forte expansão dos mercados europeus durante as três primeiras décadas da segunda metade do século passado veio permitir que esta primeira fase de evolução fosse caracterizada por um acentuado aumento de produção primária, sobretudo agrícola, para exportação.

Será este crescimento de produção originado pelo alargamento dos mercados externos que determinará no essencial o aparecimento dos elementos que caracterizam esta fase e daqueles que desde então não deixarão de influenciar as restantes formas assumidas pelo nosso modelo de acumulação e consequentemente o processo de formação e desenvolvimento da estrutura

econômica nacional.

São as seguintes as consequências mais significativas do crescimento econômico então alcançado:

- acentuado acréscimo de rendimento por parte dos estratos sociais mais directamente beneficiados pela procura externa os quais são fundamentalmente fracções das burguesias rural e comercial;
- difusão e diversificação de novos modelos de consumo de inspiração externa no seio dos estratos sociais beneficiados, processo este que está na base do aparecimento e posterior expansão de um fluxo de importações de bens de consumo não essenciais;
- importância assumida, a partir de então, por tal fluxo de importações que virá a funcionar como elemento auto-sustentador de um crescimento econômico dependente o que terá consequências necessariamente negativas sobre a nossa balança comercial que nos surge já neste período, apesar do volume das exportações, sempre deficitária;
- desapropriação de um número relativamente elevado de camponeses em consequência do tipo de crescimento agrícola então obtido o qual assenta essencialmente na expansão das áreas cultivadas;

- aumento substancial da população urbana, sobretudo em Lisboa e Porto, como consequência quer das características, natureza e aspirações dos estratos sociais então dominantes, quer da forte atracção exercida pela cidade sobre os camponeses desapropriados, processo de urbanização este que está na base de um significativo surto de construção civil e mais tarde de um lento processo de industrialização desde logo caracterizado por uma forte concentração espacial;
- aparecimento de um intenso fluxo emigratório consequência de um processo de crescimento demográfico urbano muito mais rápido que o correspondente processo de criação de novos postos de trabalho, emigração esta que garantirá, como tantas vezes daí para o futuro, através das suas remessas o equilíbrio da nossa balança de pagamentos.

Pode-se, portanto, considerar que já nesta primeira fase começaram a surgir os embriões da grande parte dos factores responsáveis pelo carácter distorcido e dependente da nossa estrutura económica actual.

A forte contracção da economia mundial que se verificará nas duas últimas décadas do século passado vai ter inevitavelmente consequências catastróficas sobre uma economia tão

dependente como já era então a portuguesa. Só a possibilidade surgida de exercermos um controlo monopolístico sobre os mercados das nossas colónias africanas é que nos livrou de uma das mais graves crises da nossa história.

III - Iniciar-se-à então a segunda fase da evolução recente da economia nacional a qual se caracterizará no essencial pela predominância dos mercados externos na orientação da nossa actividade produtiva, predominância esta agora reforçada por um lento e irregular processo de industrialização orientado para o a bastecimento dos mercados coloniais e só marginalmente para os mercados estrangeiros e contrabalançada pelo início de uma industrialização para substituição de importações.

Assistir-se-à em Portugal neste período ao completar do aparecimento dos elementos que caracterizam no essencial o sector tradicional da nossa estrutura produtiva actual, o qual integra as actividades exportadoras originadas na primeira e segunda fases, e as actividades originadas nesta segunda fase e correspondentes ao processo clássico de substituição de importações.

Esta segunda fase vai ser constituída por dois períodos de certo modo distintos.

Um primeiro que vai desde o final do século XIX até cerca de 1930 e que corresponde a um período extremamente agitado do ponto de vista social e político.

Este período vai ser caracterizado essencialmente pela viragem do nosso comércio externo da Europa para a África, viragem esta que se caracterizará:

- por uma quase completa estagnação da produção agrícola para exportação em consequência do menor dinamismo e da estrutura da procura dos mercados coloniais;
- por um lento processo de industrialização assente essencialmente na produção têxtil a qual passará a constituir a partir daí a principal componente quer da nossa indústria exportadora quer do processo de substituição de importações então iniciado.

Será durante este período que se consolidará quase definitivamente o processo de concentração espacial industrial anteriormente iniciado, processo este que daí para o futuro privilegiará sistematicamente os distritos de Lisboa e Setúbal no litoral centro-sul e Porto, Braga e Aveiro no litoral norte.

O segundo período da segunda fase em análise iniciará-se com a implantação das estruturas do Estado Novo e durará

até aos anos 50, período este que coincide, no essencial, com os anos de grande depressão mundial que antecederam a guerra de 1939/45 e com a primeira década de ainda lenta recuperação mundial do pós-guerra.

Trata-se de um período que se caracteriza por um lento mas continuado processo de industrialização orientado para a substituição de importações e durante o qual se assiste à consolidação das actividades industriais que integram o sector tradicional da economia portuguesa actual.

Tal processo de industrialização apresenta as seguintes características:

- é realizada com base em capitais privados nacionais cuja rentabilidade estava assegurada, quer, naturalmente, por via da crise mundial e dos excedentes de mão de obra existentes por não poderem emigrar, quer artificialmente, pelos proteccionismos político-sociais, financeiros e alfandegários criados;
- assente fundamentalmente em pequenas e médias empresas, tecnológicamente simples, trabalho-intensivas e com pequenas economias de escala, cuja criação e manutenção vai ser facilitada pelo empenhamento posto pelo Estado na criação de uma rede de infraestruturas básicas;
- utiliza mão de obra e matérias primas, tornadas arti

ficialmente baratas, e é dirigida essencialmente para a produção de textéis, vestuário, calçado, produtos alimentares, cortumes, mobiliário conservas e indústrias metalúrgicas, metalomecânicas e de materiais não metálicos ligados à produção de utensílios domésticos.

O esforço de industrialização então realizado com a consequente afectação maciça de recursos, veio em conjugação com a imobilidade histórica da estrutura agrária portuguesa criar as condições propícias a uma quase total estagnação do sector agro-alimentar, estagnação esta que não mais deixará de se fazer sentir na posterior evolução da economia portuguesa.

Fundação Cuidar o Futuro

A importância atribuída à acumulação privada de capitais, a política de baixos salários industriais adoptada e a marginalização a que foi votada a agricultura e actividades afins veio originar o agravamento das assimetrias pessoais, funcionais, sectoriais e espaciais na repartição dos rendimentos, agravamento este que terá consequências decisivas nas actuais características da estrutura económica portuguesa.

As limitações introduzidas pelo próprio processo de industrialização ao alargamento do mercado interno foram sem dúvida alguma um dos factores decisivos para o esgotamento das formas assumidas, nesta segunda fase, pelo modelo de desenvolvimento que desde meados do século XIX tem estado subjacente

ã evolução da nossa economia.

IV - O impasse a que estava a chegar durante a década de 50 não chegou, no entanto, a manifestar-se inteiramente em consequência da expansão, a que a partir do início desta década e até 1973/74, se assistiu no âmbito do sistema económico capitalista mundial.

Este processo expansionista não pode deixar de ter repercursões decisivas sobre a evolução da economia portuguesa, podendo afirmar-se que será durante esta terceira fase que irão revelar-se definitivamente os principais factores responsáveis pela estrutura económica actual.

O que caracteriza no essencial esta terceira fase da evolução da economia nacional é um processo de industrialização com as seguintes características e principais consequências:

1) Ao nível da estrutura produtiva verifica-se:

- uma rápida expansão de um sector moderno orientado quer para o mercado externo quer, principalmente, para a produção de bens e serviços de consumo não essenciais destinados aos estratos sociais com maior poder de compra.

- uma aceleração do processo de concentração industrial resultante da consolidação e rápido desenvolvimento de um número restrito de grupos económico-financeiros, processo este que origina um agravamento das assimetrias intra-sectoriais no que se refere à dimensão, evolução tecnológica e grau de competitividade das suas empresas;

- uma orientação no sentido da adopção de tecnologias capital intensivas com importantes economias de escala, do que resulta:

. a criação de uma crise estrutural de desemprego, em consequência do desajustamento, provocado por este tipo de industrialização, entre a oferta e a procura de trabalho, crise esta cuja não manifestação efectiva, durante o período em causa, resulta do imenso surto emigratório então registado;

. a progressiva integração dos grandes grupos económico-financeiros portugueses no processo de internacionalização de capitais em curso em consequência quer da exiguidade dos mercados internos quer da necessidade de se recorrer a capitais e "know-how" externos;

- uma forte expansão dos serviços ligados à satisfação dos novos padrões de consumo adoptados pelas classes de rendimento mais elevado;
- uma profunda estagnação da agricultura e um relativamente fraco crescimento das actividades produtoras de outros bens e serviços essenciais em consequência da sistemática drenagem de recursos, operada pelo modelo de industrialização adoptado em favor dos sectores modernos e isto apesar da importância ainda assumida pelo sector tradicional no âmbito do emprego e da exportação.
- um agravamento das assimetrias espaciais no que respeita à implantação de sectores produtivos, assimetrias estas que resultam, como já se disse, de um longo processo de urbanização e industrialização que conduziu a uma concentração espacial da riqueza e da população com o consequente processo de desertificação da grande maioria do nosso território.

2) Ao nível da estrutura da procura verifica-se:

- uma rápida difusão e diversificação, no âmbito dos estratos sociais dominantes, de modelos de consumo característicos das sociedades mais desenvolvidas, modelos estes que tendem a ser alargados a outras camadas sociais mais directamente beneficiadas pela

expansão do sector moderno;

- uma expansão na procura de bens de consumo alimentares essenciais em consequência dos aumentos de salários e de outras receitas familiares das camadas sociais mais desfavorecidas como resultado do fluxo emigratório verificado, expansão esta de consumo que origina, face à rigidez da oferta de bens essenciais, sobretudo agrícolas, efeitos negativos no âmbito do processo inflacionista e da balança comercial, efeitos estes então atenuados pela situação favorável do mercado agrícola mundial.

3) Ao nível da estrutura da repartição do rendimento verifica-se durante esta fase.

- um aumento da fracção do rendimento nacional que cabe às classes de rendimento mais elevadas em consequência da posição privilegiada por elas ocupada no modelo de industrialização então em curso;
- um alargamento das classes de rendimento mais elevado como resultado do aumento das remunerações e rendimentos de uma média e pequena burguesias urbanas mais directamente beneficiadas pela expansão económica verificada;
- um agravamento da posição relativa dos grupos sociais

pertencentes às classes de rendimento que ocupam uma posição média na escala de receitas, em consequência da relativa marginalização sofrida pelos sectores produtivos, fundamentalmente tradicionais, a que se encontram ligados;

- melhoria relativa da situação das camadas sociais mais desfavorecidas em consequência de um aumento dos níveis de salário e das receitas familiares resultantes da escassez da mão de obra e das remessas do exterior originados pela emigração.

Pode-se considerar que a economia portuguesa no período imediatamente anterior ao 25 de Abril de 1974 se caracterizava no essencial pelos aspectos anteriormente apontados o que dá ideia da importância que esta última fase tem na constituição da estrutura económica nacional quer através da introdução de novos elementos determinantes quer pela acção que desempenha na conservação e adaptação de elementos já previamente originados.

Parece-nos ser lícito afirmar que as formas assumidas pelo modelo de acumulação, que tem estado subjacente à evolução da economia portuguesa, desde meados do século passado, nesta terceira fase da nossa evolução correspondem no essencial a um processo de formação de uma estrutura económica do tipo tecnoburocrático capitalista.

Na realidade, os modelos tecno-burocráticos do tipo capitalista apresentam como características essenciais muitas das tendências manifestadas pela evolução da economia portuguesa no período imediatamente anterior ao 25 de Abril.

Estas características são no essencial as seguintes:

- importância assumida pelas formas de dependência financeira e tecnológica;
- importância assumida pela acumulação de capital no sector moderno, enquanto condição fundamental para um crescimento económico assente na produção interna dos modelos de consumo característicos dos países mais desenvolvidos;
- acentuada marginalização das actividades produtivas, tradicionais, relegadas para funções quer "produtoras" de mão de obra e matérias primas baratas quer "exportadoras" de produtos tradicionais, uma e outra funções desempenhadas em favor da acumulação no sector moderno;
- concentração intensa de rendimentos em grupos sociais minoritários como condição "sine qua non" para a formação de um mercado interno para os bens e serviços não essenciais característicos de modelos de consumo importados.

Fundação Cuidar o Futuro

V - Importa, no entanto, acentuar que o aparecimento das formas de tipo tecno burocrático correspondeu, então, em Portugal à existência de dois condicionalismos fundamentais que se por um lado limitaram o desenvolvimento e consolidação de tais formas, por outro lado exerceram uma função fortemente atenuadora no que respeita à manifestação dos seus principais efeitos negativos de natureza económico e social.

São os seguintes os condicionalismos em causa:

- a situação expansionista da economia mundial;
- as restrições de índole social e económica mantidas num contexto político não democrático.

1. A situação favorável da economia mundial até aos primeiros anos da década de 70 teve efeitos bastante positivos sobre a situação da economia portuguesa de então, uma vez que permitiu que se não manifestassem abertamente ao nível dos equilíbrios macro-económicos fundamentais (equilíbrio externo e interno) as distorções acentuadas que caracterizam a estrutura económica portuguesa. São esses efeitos positivos que procuraremos de seguida resumir:

- por via dos baixos preços praticados no mercado mundial foi possível à nossa economia, de então, manter:

- . um intenso fluxo de importação sem consequências demasiadamente negativas sobre o nosso equilíbrio externo;
 - . um processo inflacionista relativamente moderado através da importância assumida pela oferta externa de produtos com oferta interna mais rígida;
- por via da expansão da procura internacional conseguiu-se:
- . expandir positivamente as nossas exportações apesar do peso ainda nelas ocupado pelos produtos tradicionais;
 - . contar com um montante de receitas de turismo com consequências bastante positivas na cobertura do déficit da balança comercial;
- por via da expansão da capacidade produtiva europeia foi-nos possível desencadear um fluxo emigratório que:
- . absorveu o desemprego estrutural resultante do modelo de industrialização seguido;
 - . desempenhou pelo envio de remessas, um papel decisivo no equilíbrio da balança de pagamentos;
 - . contribuiu de uma forma significativa para

Fundação Cuidar o Futuro

a melhoria relativa do nível de vida dos grupos sociais mais desfavorecidos, directamente pelo envio das suas remessas e indirectamente pela escassez relativa de mão de obra que originou com sua consequente alta de salários.

A emigração constituiu assim uma das consequências da situação expansionista mundial que efeitos mais positivos teve no evitar que se manifestem abertamente os factores de crise que já então estão latentes na estrutura económica portuguesa. Acontece, no entanto, que vai ser precisamente a emigração através das suas consequências um dos factores que mais fortes limitações estabelecerá à consolidação em Portugal de um modelo de tipo tecno-burocrático capitalista.

Na realidade, os aumentos das receitas familiares dos sectores mais desfavorecidos que resultam do fluxo emigratório vão ter, face a uma oferta de bens essenciais, sobretudo alimentares, rígida, um efeito inflacionista que tem inevitavelmente, por via de transferência inter-sectorial de recursos, um efeito negativo sobre a acumulação de capital no sector moderno, factor este primordial ao desenvolvimento de formas tecno-burocráticas.

Nem a redução do número de consumidores por via da emigração nem o recurso à importação como meio de combater a rigidez da oferta interna de alguns bens de consumo essenciais permitiram

combater eficazmente o efeito negativo sobre a acumulação de ca
pital anteriormente apontado.

O primeiro porque não foi acompanhado por uma redução si
gnificativa da procura interna face à sua origem em sectores a-
grícolas de auto-consumo e o segundo porque os efeitos positivos
conseguidos por via da atenuação da inflacção foram contrariados
pelos efeitos de substituição desencadeados ao nível do comércio
externo.

Importa referir ainda no âmbito desta temática que outros
factores houve que se juntaram à emigração na criação de obstácu-
los à consolidação do modelo tecno-burocrático:

Fundação Cuidar o Futuro

As despesas militares realizadas durante a guer-
ra colonial, que impossibilitaram uma participa-
ção mais efectiva do sector público no processo
de acumulação de capital;

- o arcaísmo do aparelho de estado com a sua con-
sequente incapacidade de se adaptar ao exercício
das novas funções que lhe cabem no modelo em cau-
sa.

2. Como anteriormente indicámos um outro condicionalismo fun-
damental ao funcionamento da economia portuguesa no período ime-
diatamente anterior ao 25 de Abril, foi a manutenção dos mecanis-

mos característicos de um regime político não democrático.

Na realidade se é verdade que o carácter não democrático do regime teve as consequências negativas, anteriormente apontadas, sobre o funcionamento da economia portuguesa de então, não é menos verdade que tal carácter determina também efeitos bastante positivos, no que respeita à possibilidade de se atenuarem as consequências negativas da sua estrutura produtiva distorcida sobre os equilíbrios meso económicos. Tais efeitos positivos são fundamentalmente os seguintes:

- conseguir atenuar alguns dos efeitos mais negativos da emigração sobre a acumulação de capital, via inflação, através do controlo exercido pelo aparelho repressivo sobre as tensões reivindicativas que já então se manifestavam;
- esconder, através dos protecctionismos criados, as graves assimetrias e distorções que caracterizavam já então a estrutura produtiva portuguesa.

Importa portanto ressaltar do anteriormente exposto que:

- a estrutura económica nacional se apresentava em Abril de 74 com um carácter distorcido e dependente o qual era consequência dos factores que determinaram o seu processo de formação e desenvolvimento desde meados do século XIX até aos nossos dias;

- os principais desequilíbrios macro-económicos que caracterizam a crise actual se encontravam já implícitos na estrutura económica de então devendo-se a sua não manifestação declarada e virulenta à acção atenuadora exercida pela situação expansionista do mercado mundial e à natureza não democrática do regime político vigente.

VI - O que caracteriza essencialmente o período posterior a 25 de Abril de 1974 vai ser o desaparecimento abrupto dos condicionalismos em causa, do que resulta um rápido agravamento da situação económica nacional, agravamento este cujas causas últimas devem ser, no entanto, procuradas nas distorções estruturais que foram sendo acumuladas durante as diferentes fases de formação e desenvolvimento da estrutura económica portuguesa.

A crise económica mundial latente desde o final da década de 60 e fortemente agravada após 1973 veio influenciar negativamente a evolução da economia portuguesa através fundamentalmente:

- da alta generalizada dos preços mundiais que originaram uma forte deterioração nos termos da troca entre Portugal e o estrangeiro;
- e da recessão económica verificada nos países da OCDE em geral e nos da área europeia em particular.

Também as transformações político-sociais desencadeadas pelo 25 de Abril tiveram consequências muito significativas, sobre a evolução da situação económica nacional através sobretudo:

- do processo de redistribuição que determinou, o qual originou uma alta generalizada do poder de compra dos grupos sociais por ele beneficiados, com o consequente aumento na procura de bens e serviços de consumo;
- dos aumentos de salários e das quedas de produtividade, originadas pelas movimentações reivindicativas, dos quais resultaram parte das dificuldades económico-financeiras actualmente sentidas por um número muito elevado das nossas empresas;
- do aumento populacional e da perda dos mercados das ex-colónias em consequência do processo de descolonização empreendido;
- das fugas de quadros técnicos e de capital e das reduções das receitas do turismo e das remessas de emigrantes resultantes em parte da instabilidade política-social verificada.

Pode-se considerar como sendo estas as razões explicativas do intenso agravamento registado a partir de 1974 no âmbito da economia portuguesa, agravamento este que se reflectiu de forma diversa mas generalizada ao nível do equilíbrio externo e do equi

librio interno.

VII - Os principais factores responsáveis pelo agravamento do nosso deficit externo foram fundamentalmente: a deterioração nos termos de troca, a recessão da economia mundial, as fugas de capital, a perda dos mercados das ex-colónias e a perda de competitividade das nossas exportações, fruto por um lado das deficiências estruturais deste sector produtivo e por outro lado do agravamento dos custos de produção.

Importa sublinhar que o efeito que menos significado tem assumido na deterioração do deficit tem sido o da evolução das importações e isto apesar de ser aquela a que mais importância se tem atribuído. Na realidade as importações têm tido uma evolução em volume bastante favorável, em comparação com 1970-73, em consequência do menor crescimento da procura global e do decréscimo no conteúdo importado de procura interna, devendo-se a evolução negativa em valor à alta dos preços mundiais dos produtos importados. Esta evolução em volume é sobretudo notável se levarmos em consideração os aumentos demográficos registados por via do processo de descolonização e do estancamento do surto emigratório e a evolução negativa da oferta de produtos alimentares.

Importa no entanto sublinhar que a evolução registada, no que respeita ao volume de importações, se deve em grande parte à recessão económica verificada sobretudo em 1975, tendo a reactivação em 76/77 originado aumentos significativos na importação

se bem que em grande medida resultante da formação de "stocks" especulativos. Tal facto resulta essencialmente do modelo de industrialização que caracterizou a formação da estrutura produtiva nacional e aponta para a indispensabilidade da sua modificação se se pretender recorrer no futuro às causas últimas do nosso desequilíbrio externo.

O que influenciará em primeiro lugar a evolução do desequilíbrio interno, no período imediatamente posterior ao 25 de Abril de 1974, vai ser a convergência da alta dos preços mundiais e o processo de redistribuição então desencadeado em consequência de reivindicações de carácter salarial e social.

A aceleração do processo inflacionista nos anos 74 e 75 resulta fundamentalmente da convergência de tais acções com uma oferta interna de bens de consumo essenciais rígida, ficando a dever-se a ambas as acções a quase totalidade das tensões inflacionistas verificadas em 1974 e cabendo quase exclusivamente à segunda a inflacção gerada em 1975.

As consequências de tais acções sobre uma estrutura empresarial habituada a viver em condições de protecção não podiam deixar de ser aquelas que se verificaram, as quais conduziram a grande parte das nossas empresas a situações económico-financeiras bastante difíceis. Tal facto conduziu a uma forte desaceleração da produção interna a qual só não teve resultados catastróficos sobre o emprego porque se começaram a desenvolver acções que permitiram garantir a sobrevivência de empresas em

condições objectivas de falência e que visaram atenuar os efeitos conjugados da alta de custos de produção, de baixa produtividade do trabalho e das acções de condicionamento dos preços.

Poder-se-ã perguntar se não teria sido possível evitar uma deterioração tão intensa da estrutura produtiva nacional, o que implica que se analise até que ponto é que se teria podido contrariar o processo de redistribuição verificado já que a alta dos preços mundiais funcionou fundamentalmente, pelos menos até 76, como uma variável exógena ao sistema.

Somos de opinião que só muito dificilmente se tornaria possível evitar o surto de reivindicações, há tanto tempo latente, desencadeado após a queda do antigo regime, e pensamos que os efeitos negativos daí resultantes (sobre o deficit externo, a inflação, a viabilidade das empresas e o emprego) são em última análise não tanto consequência dos acréscimos de nível de vida obtidos, os quais em quase nada alteraram a nossa posição de cauda da Europa, mas fundamentalmente da natureza distorcida e dependente da nossa estrutura produtiva, para a qual os salários funcionam essencialmente como um custo, já que os seus elementos dinâmicos eram, são e continuarão a ser, enquanto se não proceder a uma sua transformação estrutural profunda, a procura externa e a procura interna originada nos estratos sociais de rendimentos mais elevados.

Tal facto é em grande medida comprovado pela evolução verificada pela nossa economia a partir de 1976.

Na realidade as acções então empreendidas, no sentido de evitar a inviabilização de um maior número de empresas e de combater o deficit externo, originaram uma evolução na produção interna que atingiu já níveis muito aceitáveis de aceleração em 1977.

Esta evolução que foi acompanhada principalmente por aumentos de produtividade, redução nos salários reais, aumentos das remunerações do capital, redução nos consumos privados e públicos não deixou no entanto de provocar fortes agravamentos, especialmente em 1977:

- no deficit externo por via do aumento em volume e em valor das importações de bens intermédios, bens de equipamento e combustíveis e lubrificantes e isto apesar do fraco acréscimo em valor e decréscimo acentuado em volume das importações de bens de consumo;
- na inflacção pelo efeito conjugado da desvalorização do escudo e dos aumentos dos lucros e outros rendimentos e isto apesar do fraco aumento dos preços mundiais e da nítida redução da influência inflaccionista do binómio salários-consumo.

Assim a evolução verificada em 76/77 não contribuiu para a resolução do equilíbrio externo nem das tensões inflacci

onistas internas, não tendo também, apesar dos aumentos de produção alcançados contribuído minimamente para resolução do problema do desemprego. Deste modo assistiu-se neste período a uma deterioração efectiva nas condições de vida dos portugueses, as quais "atingiram" em 1977 os níveis de vida de 1973, sem que tal sacrifício tivesse permitido uma recuperação no âmbito dos equilíbrios macro-económicos fundamentais. Tal facto deve-se a nosso ver fundamentalmente, não à maior ou menor coerência e eficácia das medidas conjunturais adoptadas mas sim e essencialmente à impossibilidade de se operarem, sem pôr em causa a democracia, modificações significativas no âmbito quer do equilíbrio externo quer do interno, a não ser através da introdução simultânea de alterações estruturais profundas.

Fundação Cuidar o Futuro

Os aumentos do desemprego verificados no período que se segue ao 25 de Abril de 1974 sendo no imediato consequência das transformações políticas, sociais e económicas então operadas (independência das ex-colónias, aumentos dos salários, ocupação e intervenção de empresas, redução do investimento, etc) encontram, no entanto, as suas causas profundas no modelo de desenvolvimento que caracterizou a nossa economia.

Na realidade o que caracteriza neste âmbito a estrutura económica nacional é a sua incapacidade para criar, mesmo em condições de acelerado crescimento económico, postos de trabalho a um ritmo minimamente capaz de acompanhar as taxas de

aumento de população activa. Tal facto deve-se, como já anteriormente referimos ao modelo de industrialização seguido ao qual se centrou sobre o crescimento de um sector moderno capital-intensivo orientado quer para a procura externa quer para a produção de bens de consumo não essenciais. Para um modelo deste tipo, criar postos de trabalho significa fundamentalmente aumentar os custos de produção sem uma contrapartida por parte das receitas por via da criação de uma nova procura. Assim, a criação de novos empregos a um ritmo capaz de equilibrar a oferta de trabalho originará necessariamente, nestas condições, um efeito negativo sobre a acumulação de capital no sector moderno em consequência dos aumentos de preços e/ou das importações resultantes da existência de uma oferta interna rígida de bens de consumo essenciais, rigidez esta que é consequência da marginalização provocada pelo próprio modelo em tais sectores produtivos.

Estes factos estão bem comprovados pela evolução da economia portuguesa na década de 60 a qual, apesar do crescimento económico alcançado está na origem do aparecimento de um gravíssimo desemprego estrutural cuja absorção se ficou a dever às oportunidades criadas à emigração pela fase expansionista então atravessada pela economia mundial.

A questão do emprego tem a nosso ver uma importância fundamental não só porque ela constitui um problema irresolúvel, no quadro nacional, dentro da tendência histórica da es-

trutura económica portuguesa como também porque ela está intimamente associada à problemática das condições de vida da maioria da população portuguesa. Isto é, sem resolver o problema do desemprego não será possível, dentro do quadro nacional, contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida da maior parte da população portuguesa, questão esta que tem neste momento uma importância decisiva porque a uma resposta depende em grande medida o futuro da democracia em Portugal e porque a saída clássica para o problema em questão que é a emigração, encontra-se fortemente comprometida pela recessão a que muito provavelmente estarão ainda sujeitos nos anos 80 as economias europeias.

Fundação Cuidar o Futuro

Com a entrada em função do II Governo Constitucional dão-se os primeiros passos no sentido da definição de uma política de estabilização que nas suas linhas de força constitui uma mera antecipação ao conjunto de medidas de carácter deflacionário a que um pouco mais tarde o acordo realizado com o FMI nos condicionou.

Visando a recuperação dos equilíbrios macroeconómicos em geral e do equilíbrio externo em particular, o acordo em questão assente na aplicação de uma política de deflacção generalizada. É meramente aparente, no entanto, a natureza não selectiva das

medidas implementadas, uma vez que a sua aplicação se processa no contexto de uma estrutura económica distorcida e dependente, como é a portuguesa, o que tem inevitavelmente consequências muito desiguais sobre os diferentes sectores produtivos e grupos sociais.

Na realidade, as medidas adoptadas para poderem "recuperar" ao nível das identidades macroeconómicas básicas a situação de "equilíbrio" e de "normalidade" perdida, terão implicações fortemente recessivas do ponto de vista do produto e do emprego e regressivas no que respeita à repartição do rendimento dos sectores económicos e dos grupos sociais que à partida se encontram já em situação de maior degradação. Tais medidas conduzirão mesmo inevitavelmente no actual contexto de crise mundial e de enorme debilidade económica-financeira da maioria das empresas portuguesas a uma situação final que estará do ponto de vista das condições de vida da grande maioria dos portugueses muito aquém dos próprios níveis de vida alcançados entre 1968/73. Os custos sociais poderão ser, assim, extremamente elevados parecendo pertinente pôr em causa a viabilidade da concretização da política de estabilização em curso dentro do quadro democrático, ou pelo menos sem que se corram graves riscos de eclosão de focos de agitação social com consequências imprevisíveis sobre a estabilidade político-social do país.

Importa ainda sublinhar que os sacrifícios que as medi-

das em curso poderão vir a exigir num futuro próximo só muito dificilmente serão conciliáveis com a mobilização social que se pretende vir a desencadear, desde já, no âmbito de uma estratégia de médio-longo prazo que aponte minimamente para uma correcção das principais distorções de que enferma a estrutura económica nacional.

O acelerar, no médio-longo prazo, do crescimento de produção agrícola é um processo que implica, nas condições de estagnação histórica do sector, uma mobilização imediata e maciça de recursos materiais e humanos que não é compatível nem com uma política de redução drástica das despesas públicas nem com situações de confrontação social generalizada.

Fundação Cuidar o Futuro
Nesta perspectiva somos de opinião que a manutenção de uma política de estabilização com a rigidez da actualmente em curso só serve os desígnios daqueles que apostam na degradação do nível de vida dos portugueses, através da redução dos salários reais e do desemprego, como condição indispensável para uma posterior recuperação económica.

Da intensidade da degradação conseguida, a atribuir às perturbações revolucionárias, dependerá o "milagre" económico pós 1980/81. Tal "milagre" que consistirá num arranque económico segundo as tendências do passado, isto é, de acordo com um processo de adaptação "obediente" à evolução do sistema capitalista mundial e às relações de força dos estratos soci-

ais tradicionalmente dominantes, comprometerá quase inevitavelmente, no contexto actual de crise mundial e de descontentamento nacional, o futuro da democracia portuguesa.

É neste contexto que assume particular importância a problemática da evolução, no curto-médio prazo, dos factores que condicionam os níveis de vida da maioria dos portugueses, uma vez que nele se joga, em nossa opinião, a viabilidade de estratégias de desenvolvimento radicalmente opostas.

Fundação Cuidar o Futuro

Fundação Cuidar o Futuro

Parte III - ESTRATÉGIA DO SECTOR SOCIAL BASE

I - Das considerações até este momento apresentadas no âmbito deste documento parece-nos útil, antes de continuarmos, sublinhar os aspectos seguintes:

- que são de natureza fundamentalmente estrutural as diferentes manifestações que a crise económica actualmente apresenta no nosso país;
- que de entre as referidas manifestações assumem especial relevância, dado as características do modelo de acumulação que tem estado subjacente à evolução da economia portuguesa desde meados do século passado, a dependência externa e a problemática das condições de vida dos portugueses em geral e do desemprego em particular;
- que o brusco e recente agravamento das referidas manifestações da crise foram consequência essencialmente da conjugação da crise mundial com as mudanças político sociais originadas pelo 25 de Abril;
- que o carácter generalizado e sistemático das medidas de flaccionárias actualmente em curso, em consequência de acordos com o FMI, não só põem em causa, por via da dete-

rioração das condições de vida da maioria dos portugueses, a criação das bases indispensáveis a uma recuperação adequada no médio-longo prazo, como também põem em risco o futuro da própria democracia.

Pensamos serem estes aspectos pontos de referência indispensáveis ao estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento que sirva de base económica a um projecto político capaz de mobilizar a maior parte da população portuguesa.

Uma estratégia deste tipo deverá ter como objectivos principais:

- (A) - a melhoria gradual mas efectiva e sustentada das condições de vida da maioria dos portugueses;
- (B) - a redução progressiva do grau de dependência externa, de modo a situá-la dentro dos limites considerados, nacional e internacionalmente aceitáveis.

Estes objectivos finais podem ser decompostos nas seguintes componentes principais:

- aumento da disponibilidade e da facilidade de acesso da maioria da população aos bens e serviços socialmente úteis;
- combate ao desemprego;
- controlo eficaz da inflacção;
- diminuição acentuada nas assimetrias da repartição pessoal, sectorial e espacial dos rendimentos;

- redução gradual e sustentada do nosso deficit externo.

Uma estratégia de desenvolvimento que vise a realização dos objectivos enunciados, terá que ser inevitavelmente uma estratégia essencialmente virada para o médio-longo prazo, uma vez que a sua concretização implica uma transformação profunda da economia portuguesa, transformação esta que consistirá essencialmente numa transição gradual de um modelo de desenvolvimento de tipo dependente para um modelo de acumulação auto-sustentado.

Q1 - vs. produção agrícola a todo o necessário industrial p. troca produtos alimentares

Importa, no entanto, realçar que a estratégia que se pretende implementar tem também implicações decisivas no curto-médio prazo as quais se relacionam por um lado, face à necessidade de se implementarem medidas capazes de garantir uma redução efectiva do deficit externo, com a minimização dos efeitos de tais medidas sobre o nível de vida da maioria dos portugueses e por outro lado com a necessidade de se criarem, desde já, as condições indispensáveis à concretização das transformações estruturais de médio-longo prazo.

Trata-se no essencial, face à indispensabilidade de se prosseguir uma política económica capaz de corrigir no imediato os principais desequilíbrios macroeconómicos, de substituir uma deflação cuja selectividade assenta no funcionamento "espontâneo" de uma estrutura económica distorcida por um outro conjunto de medidas cuja selectividade leve fundamentalmente em consideração os estratos sociais, os sectores produtivos e as regiões:

ões:

Q2 - matriz de transformações

- cuja deterioração mais poderá fazer perigar, no curto-médio prazo o futuro da democracia política e/ou viabilizar a implementação de uma estratégia assente na evolução espontânea do sistema;
- que constituirão as áreas de actuação prioritária no âmbito de uma estratégia orientada para a resolução gradual das graves deficiências estruturais de que enferma a estrutura económica nacional.

A escolha dos sectores e regiões que constituirão, no médio-longo prazo as áreas prioritárias de actuação no âmbito da estratégia a implementar, isto é, que integrarão aquilo que designaremos por Sector Social Base (SSB), deverá em nossa opinião processar-se de acordo com a sua capacidade de contribuir para a obtenção de:

- aumentos significativos na produção de bens e serviços socialmente úteis, entendido estes como aqueles que assumem uma importância decisiva na melhoria das condições de vida da grande maioria da população portuguesa. Para se proceder à inventariação dos bens e serviços a considerar como socialmente úteis tornou-se necessário face à definição anteriormente apresentada, escolher uma estrutura de consumo individual que fosse simultaneamente capaz de assegurar a satisfação das necessidades essenciais de um cidadão português e que constituísse um objectivo simultaneamente atractivo e viável do ponto de vis

ta da melhoria das condições de vida da grande maioria da população portuguesa. Numa primeira aproximação en tendeu-se considerar que, nas condições de vida actual, a estrutura de consumo correspondente à despesa individual média nacional respeita no essencial as exigências formuladas. De tal opção resultou a seguinte escolha de bens e serviços socialmente úteis: Alimentos, vestuário e calçado, bens e serviços ligados ao "habitat" (hab bitação, saneamento básico, água, luz, saúde, educação, transportes e ocupação de tempos livres).

- um máximo aproveitamento dos recursos internos, nomeadamente no que respeita aos recursos naturais e humanos disponíveis;
- ritmos de crescimento económico capazes de assegurarem um aumento progressivo do bem-estar social e da independência nacional.

II - A natureza dos objectivos que se pretendem atingir, quer no curto-médio prazo, quer no médio-longo prazo, no âmbito de uma estratégia centrada sobre o Sector Social Base levam-nos a seleccionar as seguintes áreas prioritárias de actuação:

1. o sector agro-alimentar
2. a pequena e média empresa industrial produtora de bens socialmente úteis
3. o sector do "habitat"

|| 4. a indústria exportadora. (vago)

1. O sector agro-alimentar

Por sector agro-alimentar entendemos o conjunto das actividades de produção, transformação e distribuição cuja principal finalidade é a de contribuir para a satisfação das necessidades alimentares da população portuguesa.

Nesta perspectiva o sector em causa pode ser considerado como sendo um conjunto constituído pelos seguintes elementos principais:

Não será já demasiado amplo? e.g. adubos contêm a H_2SO_4 , Fe, etc.

- sub-sector de montante: indústrias transformadoras e serviços de distribuição responsáveis pelo fornecimento dos principais bens de produção utilizados na produção dos produtos agro-alimentares (adubos, sementes, pesticidas, equipamento, rações, etc...)

- sub-sector de produção agrícola propriamente dita: unidades responsáveis pela produção vegetal, animal, vinícola e florestal (a inclusão de silvicultura neste sub-sector resulta do facto de seus produtos serem simultaneamente sucedâneos e complementares das produções vegetal e animal relativamente à utilização da terra).

qual?

- sub-sector de juzante: indústrias agrícolas e alimentares (conservas de carne, peixe e horto-frutícolas, laticínios, indústrias de transformação de cereais, bebidas..)

- sub-sector de distribuição final: fase grossista de circuitos de distribuição alimentar (infraestruturas de armazenamento, conservação e comercialização).

(Para uma análise pormenorizada das componentes de cada sub-sector ver Anexo)

A nossa preferência por uma abordagem da problemática agrícola portuguesa segundo uma óptica agro-alimentar, relativamente a outras ópticas mais habitualmente utilizadas, resulta fundamentalmente da cada vez maior importância assumida pelos sub-sectores de montante e juzante na estruturação e funcionamento do sub-sector agrícola propriamente dito.

Tal facto exprime-se através de um crescente desenvolvimento de estreitas relações de dependência técnica e económica entre as diferentes componentes do sector agro-alimentar, relações estas que apontam inequivocamente para a consideração do sector em causa como uma unidade sectorial de planeamento.

A. As razões que nos levam a considerar o sector agro-alimentar como um sector estratégico são essencialmente as que passaremos a enunciar.

- a) Em primeiro lugar porque se trata de um sector responsável

pela produção dos bens de consumo que constituem cerca de meta-de das despesas de consumo individual correspondente à média nacional anual, proporção esta que ultrapassa os 60% para as despesas das famílias pertencentes às classes de rendimento mais baixas (Quadro I) .

Segundo os últimos elementos apurados relativamente à evolução do consumo em Portugal verifica-se mesmo uma inflexão no sentido do reforço da importância relativa dos bens alimentares no conjunto do consumo privado: 47% para 1975, 51% em 1976 e 52,5% em 1977; evolução esta que é consequência de acréscimos relativos em volume e principalmente em valor.

Importa sublinhar que, de acordo com o Inquérito às Despesas Familiares 1973/74, mais de 70% das famílias portuguesas apresentam estruturas de consumo individual inferiores à média nacional o que torna ainda mais significativa a importância assumida pelos bens alimentares no conjunto dos bens que ocupam uma posição decisiva nas condições de vida da maioria dos portugueses.

A importância e o significado político deste facto torna-se ainda mais concludente quando, a partir da mesma fonte, analisamos a representatividade, de acordo com a categoria socio-profissional do chefe de família, do conjunto constituído pelas famílias com níveis de consumo inferiores à média nacional: 87% do total das famílias de produtores agrícolas (patrões e isolados); 93% das famílias dos trabalhadores rurais; 70% dos traba-

QUADRO - I

Estruturas de consumo individual (%) correspondentes à despesa média anual nacional e às classes de despesas familiares respectivamente inferiores e superiores a essa mesma média.

Bens e Serviços	classes de despesa familiar inferior à média (1000 esc.)					Média Nacional	classes de desp. famil. sup. à média (1000esc)		
	< 18	18-30	30-50	50-60	60-90		90-120	120-180	> 180
Alimentos e Bebidas	67	66	62	59	54	47	48	40	27
Vestuário e Calçado	7	8	9	9	10	9	10	9	7
Bens e Serviços ligados à Habitação	17	15	15	15	16	18	17	18	24
Transportes	1	1	2	3	4	7	6	10	14
Saúde, Educação e ocupação de tempos livres	3	4	5	5	6	7	7	7	9
Outros	5	6	7	9	10	12	12	16	19
Distribuição percentual das famílias	7	11	19	12	23	X	12	10	6

lhadores manuais; 58% das famílias dos patrões e isolados não agrícolas... (Quadro II)

Nesta perspectiva é lícito concluir que o aumento de produção agro-alimentar constitui uma condição indispensável para o aumento das disponibilidades e das facilidades de acesso da maior parte dos portugueses aos bens e serviços socialmente úteis.

b) Em segundo lugar porque o sector agro-alimentar assume uma importância decisiva no âmbito da problemática do emprego em Portugal.

Por um lado porque se trata de um sector que integra ainda uma fracção importante da população activa portuguesa (30-35%) e porque tem constituído, devido às condições de estagnação estrutural a que tem estado sujeito nas últimas décadas, a principal parte de subdesemprego e de emprego potencial cuja absorção se tem devido quase exclusivamente à emigração. Na impossibilidade de se poder vir a contar na próxima década com tal fenómeno para resolver as nossas deficiências estruturais, torna-se imprescindível para a resolução do problema do emprego que se criem as condições indispensáveis à paralização ou, para muitas regiões, à própria inversão das tendências migratórias e emigratórias que têm caracterizado a totalidade das regiões agrícolas do país.

Nesta óptica, só o crescimento da produção do sector agro-alimentar permitirá por via da intensificação produtiva assegurar o objectivo em causa, o que constitui efectivamente uma componen

QUADRO - II

Distribuição percentual das famílias por classes de receita familiar e categoria sócio-econômica do chefe de família, em 1973/74

Escalões de receita categorias sócio-econômicas	- 18	18 a 30	30 a 48	48 a 60	60 a 90	90 a 120	120 a 180	180	Total
	contos	contos	contos	contos	contos	contos	contos	contos	
Produtores agrícolas (patrões e isolados)	14,0	31,2	25,2	14,1	8,6	3,5	2,1	1,3	100
Trabalhadores agrícolas	14,5	28,8	33,4	12,7	7,8	1,6	0,9	0,3	100
Patrões isolados não agrícolas	4,8	10,3	13,9	16,4	20,2	14,5	8,2	11,7	100
Profissões liberais e afins	1,0	1,0	1,9	10,6	11,5	11,5	16,3	46,2	100
Directores e quadros superiores administrativos	--	--	2,9	1,4	5,7	12,9	27,1	50,0	100
Técnicos superiores de empresas não agrícolas	0,3	0,8	4,0	7,0	15,8	15,8	23,2	33,1	100
Empregados públicos e privados	0,9	2,7	11,6	15,4	26,1	18,5	15,6	9,2	100
Trabalhadores manuais	0,8	5,5	24,5	24,5	29,4	9,2	5,1	1,1	100
Pessoal especializado nos serviços	7,7	13,5	25,4	17,5	20,7	9,8	4,7	0,7	100
Forças Armadas e conscritos	--	--	5,8	15,9	24,7	11,6	23,2	18,8	100
Indivíduos activos não especificados	9,2	16,3	20,2	14,4	17,1	7,8	8,1	6,9	100
Indivíduos não activos (1)	24,3	19,4	20,2	10,3	11,0	5,6	4,2	5,0	100
Indivíduos a cargo da família	36,7	20,0	16,3	11,4	10,3	3,1	1,7	0,5	100

Fonte: Inquérito às Despesas Familiares 1973/74 INE

1) Pensionistas, indivíduos que recebem auxílio da Assistência e pessoas com rendimentos próprios

te fundamental do combate ao desemprego no nosso país.

Mas a importância assumida neste âmbito pelo sector agro-alimentar vai muito além da simples capacidade para absorver o seu próprio sub-emprego e desemprego potencial.

Na realidade toda e qualquer política de criação de emprego em países como o nosso, cujos sectores de produção de bens de consumo essenciais em geral e o sector agro-alimentar em particular apresentam ofertas inelásticas, tem como consequência inevitável um sistemático agravamento do seu processo inflacionista e/ou (de acordo com as condições do mercado mundial) do seu deficit externo em geral e do alimentar em especial.

Na realidade criar novos empregos significa aumentar o poder de compra dos indivíduos pertencentes às classes de despesa mais baixas o que origina aumentos na procura fundamentalmente de produtos alimentares e outros bens e serviços de consumo (Quadro III). Tal facto implica necessariamente, face à situação de estagnação de alguns sectores produtores dos bens em causa, por pressão da procura sobre uma oferta inelástica, uma subida nos preços dos produtos e/ou, quando a tal se pode recorrer, um aumento substancial nas importações de bens de consumo essenciais.

Como as subidas de preço destes bens de consumo constituem um processo indirecto de transferência inter-sectorial de capitais e como o agravamento do deficit externo por via da importação de bens de consumo, conduz à redução da capacidade de impor

Acréscimos incrementais das despesas individuais médias anuais para o Continente

classes de despesa familiar anual grupos (1 000 esc.) de produtos	- 30	30-50	50-60	60-90	90-120	120-180	+ 180	Propensões para o consumo * 1968/75
Alimentos e Bebidas	0,61	0,46	0,36	0,27	0,22	0,11	0,07	0,35
Vestuário e Calçado	0,12	0,13	0,13	0,12	0,12	0,08	0,05	0,09
Bens e Serviços liga- dos à Habitação	0,05	0,12	0,16	0,21	0,23	0,24	0,31	0,12
Transportes	0,01	0,07	0,08	0,12	0,13	0,25	0,20	0,18
Saúde, Educação e ocupação de tempos livres	0,10	0,08	0,08	0,10	0,10	0,10	0,11	0,09
Outros bens e serviços	0,11	0,15	0,19	0,18	0,20	0,22	0,23	0,13
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Inquérito às Despesas Familiares 1973/74 - INE

* Evolução das Estruturas de Consumo 1958/75 - D.C.P.
(não existe uma total coincidência quanto ao conteúdo dos grupos de produtos)

tação de bens intermediários e de equipamento, torna-se inevitável que uma política de emprego implementada no contexto de uma economia com um sector agro-alimentar em situação de estagnação entre em conflito com o próprio processo de crescimento económico.

São estes os mecanismos que nos permitem compreender as principais características apresentadas pelas economias que, como a nossa, seguiram modelos centrados sobre o crescimento económico de um sector "moderno" exportador e produtor de bens não essenciais, as quais são essencialmente as seguintes: ^{a)} persistência de elevadas taxas de sub-emprego, ^{b)} desemprego potencial e ^{c)} desemprego real ou de emigração e ^{d)} de inflação e/ou de deficit externo.

Tais mecanismos permitem-nos ainda compreender a importância estratégica que a aceleração de crescimento de produção agro-alimentar assume no contexto de uma estratégia de desenvolvimento orientada para a criação de novos empregos.

Finalmente importa ainda sublinhar uma outra contribuição que o crescimento de produção agro-alimentar poderá vir a dar para a resolução do problema do desemprego em Portugal.

Da aceleração do crescimento de produção do sector agro-alimentar, ao:

- implicar, como mais adiante se justificará, uma reafecção progressiva, em privilégio do sector em causa, dos recursos disponíveis;

- ao originar acréscimos de rendimento das populações que integram o sector a ritmos relativamente superiores, face às tendências do passado, aos dos restantes sectores económicos,

resultará inevitavelmente um processo indirecto de redistribuição de rendimentos cujas consequências ao nível do emprego importa analisar.

Uma análise deste tipo deve centrar-se sobre as relações existentes entre as estruturas de procura dos diferentes grupos pertencentes a classes de despesa desiguais e os níveis de emprego a elas correspondentes, de modo a analisar quais as consequências sobre o emprego resultantes das modificações operadas no peso relativo das diferentes estruturas de consumo originadas por um processo de redistribuição do rendimento.

Se se verificarem diferenças, quanto às necessidades incrementais de trabalho, entre as despesas de consumo unitárias, relativas aos diferentes bens com propensões para o consumo distintas, realizadas pelos individuos pertencentes às diferentes classes de receita, é lícito concluir que são de esperar consequências no âmbito do emprego face a alterações relativas na estrutura de repartição dos rendimentos.

Tais consequências serão positivas, do ponto de vista do emprego, quando as diferenças verificadas resultarem de um maior peso em termos incrementais da componente emprego das despesas individuais correspondentes às famílias com níveis de consumo a

baixo da média nacional relativamente às com níveis de consumo mais elevado.

Da análise do Quadro IV podemos constatar a existência, para o nosso país, de tendências favoráveis no âmbito das relações redistribuição-emprego as quais são consequência, em nossa opinião:

- do peso relativo dos diferentes bens e serviços consumidos pelos indivíduos pertencentes às diferentes classes de despesa familiar (Quadro I);
- da natureza mais "trabalho-intensivo" dos bens e serviços proporcionalmente maioritários nas estruturas de consumo das famílias com rendimentos mais baixos (Quadro V);
- da maior importância assumida pelas pequenas e médias empresas nos sectores produtores dos bens de consumo utilizados maioritariamente pelos indivíduos pertencentes às classes de rendimento menos elevadas (Quadro VI).

Aliás, somos de opinião, que as tendências favoráveis verificadas a partir dos elementos empíricos utilizados poderão ainda ser consideradas como potencialmente mais positivas se se levar em consideração que, quer as estruturas de consumo analisadas quer os multiplicadores parciais utilizados correspondem, como já várias vezes referimos, a uma estrutura económica distorcida e dependente.

QUADRO - IV

classes de despesa média anual (1000 esc)	< 30	30-50	50-60	60-90	90-120	> 120
Δ de despesa média anual (1) (1000 esc.)	--	2,60	1,95	2,95	5,03	17,86
Δ de emprego (2)	--	0,058	0,041	0,061	0,100	0,249
Razão incremental (2)/(1)	--	0,0223	0,0210	0,0207	0,0200	0,0139
Distribuição percentual das despesas familiares totais (%)	10	15	14	20	13	28

Fonte: Inquérito às Despesas Familiares 1973/74 - INE
Multiplicadores Parciais - GEBEI

Dez Sectores Produtivos com multiplicadores de emprego (directo + indirecto) mais elevados de acordo com a matriz das relações inter-industriais de 1970.

Sectores	Número de Ordem	Multiplicadores parciais de Emprego (número de empregos por 1000 contos de Procura Final)
Pecuária	1	39,791
Indústria de Calçado	2	35,793
Agricultura	3	31,207
Indústrias Alimentares	4	19,580
Indústrias de Mobiliário	5	19,349
Construção e Obras Públicas	6	19,116
Indústrias de Madeira e Cortiça	7	19,074
Indústria de Curtumes	8	17,552
Transportes Públicos	9	17,015
Fabrico de Vestuário	10	15,253

Fonte: GEBEI

QUADRO - VI

Distribuição percentual dos estabelecimentos por classe de pessoal ao serviço para alguns sectores da actividade económica em 1976.

Sectores \ classes de pessoal ao serviço	5-10	10-20	20-50	50-100	100-500	500-1000	+ 1000	Total
Indústria Alimentar	29,8	23,1	21,4	10,4	13,3	0,7	0,1	100,0
Indústria de Bebidas	37,2	22,6	19,7	8,0	11,0	0,7	0,7	100,0
Indústria de Calçado	40,9	23,4	21,6	8,0	5,7	0,3	---	100,0
Fabrico de Vestuário	33,6	34,1	17,5	7,9	6,6	0,4	---	100,0
Fabrico de Mobiliário	7,5	46,3	31,8	8,5	4,7	0,5	0,5	100,0
Indústria de Madeira e Cortiça	35,9	29,0	22,8	7,5	4,6	0,2	---	100,0
Construção de Material de Transporte	45,2	27,4	16,0	6,1	4,4	0,5	0,4	100,0
Construção e Obras Públicas	50,4	25,5	15,5	4,8	3,4	0,2	0,1	100,0
Transportes	68,2	26,1	3,0	1,4	1,1	0,1	0,1	100,0

Fonte: Relatório do Banco Mundial sobre a Indústria Exportadora - 1977

Na realidade a eliminação das acções negativas exercidas pela publicidade via "efeito de demonstração" e o apoio e/ou introdução de tecnologias mais "trabalho-intensivas", com rendibilidade assegurada e facilmente adaptáveis ao contexto das pequenas e médias empresas, são linhas de actuação susceptíveis de reforçar, no médio-longo prazo, as tendências positivas constatadas no âmbito da relação redistribuição-emprego.

Nesta perspectiva é lícito concluirmos que da acção conjugada de uma reafectação de recursos favorável ao sector agro-alimentar e de um aumento nos rendimentos da população activa agrícola, uma e outro associados ao processo de crescimento da produção agro-alimentar, resultarão efeitos positivos para a situação do emprego no nosso país.

Fundação Cuidar o Futuro

c) A importância estratégica por nós atribuída ao sector agro-alimentar resulta em terceiro lugar da importância assumida pela evolução dos preços destes bens de consumo no contexto do processo inflacionista nacional.

Na realidade, em 1977 para uma taxa de inflação média anual de 27,4%, as subidas mais acentuadas verificaram-se exactamente para os bens alimentares (mais 31,9%).

Esta situação torna-se ainda mais grave quando se verifica que, dadas as estruturas de consumo dos diferentes grupos sociais, são exactamente aqueles que têm níveis de rendimento mais baixo, os que são principalmente afectados.

Este facto pode verificar-se no Quadro VII onde se pretende analisar as variações médias anuais de preços, relativas a 1977, tomando como base de ponderação não só a média nacional, mas também as estruturas de consumo referentes às classes de despesa familiar acima e abaixo da média.

Se atendermos à importância e à composição das famílias pertencentes às classes de despesa inferiores à média nacional (Quadros I e II), torna-se fácil perceber a influência extremamente positiva de um aumento significativo na produção agro-alimentar. Poderia tê-la através da redução da pressão inflacionista, quer na melhoria das condições de vida da maioria dos portugueses, quer no processo de viabilização de grande parte das nossas pequenas e médias empresas reduzindo a pressão salarial sobre os seus custos de produção.

Fundação Cuidar o Futuro

d) Em quarto lugar, o sector agro-alimentar pode desempenhar um papel extremamente positivo na melhoria dos níveis de vida da maioria dos portugueses, contribuindo assim para uma redução progressiva das assimetrias da repartição pessoal, sectorial e espacial dos rendimentos.

O crescimento da produção agro-alimentar não pode deixar de ter, por via de acréscimos de rendimento dele derivados, um efeito positivo sobre os níveis de rendimento pessoal, sectorial e espacial a ela mais directamente associados, já que:

U - são as populações mais directamente associadas à actividade do sector agro-alimentar aquelas que apresentam ní-

QUADRO - VII

Variação média dos preços no consumidor em 1977 e sua influência sobre os indivíduos pertencentes às diferentes classes de despesa familiar

	Índices médios dos preços 1977	Bases de Ponderação (%)								
		classes de despesa inferior à média (1000 esc.)					Média Nacional	classes de despesa inferior à média (1000 esc.)		
		< 18	18-30	30-50	50-60	60-90		90-120	120-180	> 180
Alimentos e Bebidas	131,6	67	66	62	59	54	47	48	40	27
Vestuário e calçado	118,7	7	8	9	9	10	9	10	9	7
Diversos sem rendas e despesas de habitação	119,6	9	11	14	17	20	26	25	33	42
Taxas de variação anual dos preços p/clás. desp.		29,0	28,9	29,4	29,3	28,9	27,9	28,3	27,8	25,4

Fonte: Inquérito às Despesas Familiares 1973/74 - INE
Índices de Preços no consumidor do INE

N veis de rendimento mais baixos (Quadro VIII);

- o sector agro-alimentar é um dos que apresenta taxas de crescimento de produtividade menores (Quadro IX);
- as regiões predominantemente agrícolas que constituem a maioria do território nacional, são as que apresentam rendimentos e produtividades per capita mais reduzidas (Quadro X).

A este aumento dos rendimentos directos (por melhoria da produtividade dentro e fora do sector) não pode deixar de se associar o acréscimo de rendimentos indirectos obtido por desaceleração do processo inflacionista. Estes vão sobretudo beneficiar os estratos sociais com níveis de consumo mais baixos, e consequentemente pertencentes às famílias, sectores e regiões com menores níveis de rendimento, o que vem reforçar a importância atribuída neste âmbito à dinamização do sector agro-alimentar.

e) Em quinto lugar pela importância actualmente assumida pelo deficit da balança agrícola, no conjunto do nosso deficit comercial (cerca de 22%), e do nosso deficit da balança básica (cerca de 40%), e pelas enormes potencialidades apresentadas pelo sector agro-alimentar, quer no âmbito da substituição de importações, quer no que respeita ao aumento das exportações.

As importações em valor de produtos agrícolas e seus derivados têm vindo a aumentar a um ritmo acelerado desde o prin-

Nível de receita correspondente à mediana da distribuição das famílias por categoria socio-económica, em 1973/74

Categorias socio-económicas	Distribuição das Famílias %	Nível de receita correspondente à mediana	
		Em contos	Em % do nível de receita correspondente à mediana do total das categorias sócio-económicas
Indivíduos a cargo da família	8,2	26,0	52,2%
Patrões e isolados agrícolas	13,4	33,4	67,1%
Trabalhadores agrícolas	9,4	33,6	67,5%
Indivíduos não activos	16,3	35,6	71,5%
<u>Total das categorias sócio-económicas</u>		49,8	100,0%
Pessoal especializado dos Serviços	3,7	50,3	101,0%
Outros activos não especificados	4,8	51,6	103,6%
Trabalhadores manuais	22,4	57,5	115,5%
Patrões e isolados não agrícolas	7,4	66,8	134,1%
Empregados públicos e privados	10,4	82,3	165,3%
Forças Armadas	0,4	97,9	196,6%
Técnicos superiores de empresas não agrícolas	2,5	136,3	273,7%
Profissões liberais e afins	0,7	166,0	333,3%
Directores e quadros superiores administrativos	0,4	180,0	361,5%
Amplitude máxima	100,0	154,0	309,3

Fonte: Inquérito às Despesas Familiares 1973/74 INE

Taxas de crescimento sectorial da produtividade

Sectores	Taxa de crescimento (%) (1968-74)
Agricultura, Pesca e Indústrias Extractivas	2,7
Indústrias Transformadoras	9,2
Electricidade, Gás e Água	9,9
Construção	16,8
Transportes	7
Serviços	6,2
Total	8,4

Fonte: Plano Médio Prazo 1977/80

QUADRO - X

Níveis Regionais de Produtividade

Concelhos *	Número de Concelhos %	PIB/ População Residente (1 000 esc.)	PIB/ Activos Totais (1 000 esc.)	PBI/ Activos Industriais (1 000 esc.)	PAB/ Activos Agrícolas (1 000 esc.)	PAB/ Superfície Cultivada (1 000 esc.)
Predominantemente não agrícolas	17	27	80	100	45	6
De transição	15	13	37	51	35	4
Predominantemente agrícolas	68	12	32	46	26	3
Médias Nacionais	--	20	56	83	29	3,5

Fonte: "Indicadores Económicos: perspectivas de regiões homogéneas (Documento interno)

* Ver mapa S2

cípio da década: 5,7 milhões de contos em 1970, 11,6 milhões de contos em 1973, 21,8 milhões de contos em 1985 e 34,4 milhões de contos em 1977. Prevê-se que, se a situação produtiva não se alterar, as importações poderão ainda triplicar até 1990 (aos preços de 1974).

As exportações de produtos agro-alimentares, apesar da importância que continuam a assumir na estrutura das exportações (em terceiro lugar com 16,5% do total), têm no entanto sofrido uma evolução que não é suficientemente favorável para atenuar os efeitos negativos da componente importada. A situação é tanto mais desfavorável quanto se tem verificado uma deterioração, nos termos de troca, das relações entre Portugal e o estrangeiro e quanto se atravessa, desde 1973/74, uma crise alimentar mundial de extrema gravidade.

Fundação Cuidar o Futuro

O grau de dependência externa em bens alimentares era para o período de 1972/74 extremamente elevado relativamente às principais componentes da estrutura alimentar das famílias com níveis de consumo abaixo da média nacional: para os cereais 44%, dos quais milho 63%; para as leguminosas 56%; para a carne de bovino 30%; para os óleos alimentares 82%. Estes graus de dependência que se têm vindo a agravar nestes últimos anos, na hipótese da continuação de uma situação de estagnação do sector agro-alimentar, tenderão a agravar-se ainda mais até 1980 (Quadro XI).

Neste mesmo quadro pode, no entanto, verificar-se as melhorias que se torna possível alcançar até 1980 se se verificar

Grau de dependência externa em bens alimentares em 1972/74

e 1980

Produtos Alimentares	Saldo da Balança Comercial em 1972/74 a)	Grau de dependência externa em 1972/74	Grau de dependência externa em 1980	
			Hipótese de estagnação do sector agrícola	Hipótese de dinamização do sector agrícola
Cereais	-1 176,6	43,8	50,4	20,2
Trigo	- 226,1	26,7	41,6	31,9
Arroz	- 23,9	12,1	35,2	15,9
Milho	- 849,0	63,0	63,2	30,4
Outros cereais	- 77,6	26,3	33,5	--
Batata	- 46,3	4,0	14,3	1,6
Açúcar	- 244,0	98,0	100,0	100,0
Leguminosas secas	- 81,7	56,0	61,1	46,9
Produtos hortícolas	+ 501,2	--	--	--
Frutas	- 39,6	1,5	3,7	3,2
Carnes	- 42,4	12,6	32,5	9,7
Carne de bovinos	- 32,7	29,1	45,8	36,2
Carne de suínos e derivados	- 9,7	12,7	31,1	--
Carne de ovinos e caprinos	- 0,2	0,9	4,0	5,6
Pescado	- 33,3	9,3	21,6	13,0
Leite	- 50,1	7,8	21,2	--
Óleos alimentares	- 77,9	81,6	88,1	82,7

a) Em 10^3 toneladas excepto bebidas alcoolicas, vinho e cerveja que estão em 10^6 litros

Fonte: José António Girão - Procura, Produção e Comércio externo de bens alimentares em Portugal

uma dinamização do sector agrícola.

Nesta perspectiva, uma aceleração do crescimento da produção agro-alimentar, poderia constituir um elemento de extrema importância, por via da substituição de importações e do acréscimo das exportações para a atenuação do nosso desequilíbrio externo.

f) Finalmente importa referir uma outra razão fundamental pela qual se considera o sector agro-alimentar área prioritária de actuação, no âmbito duma estratégia centrada sobre o Sector Social de Base. Esta razão relaciona-se com a capacidade do sector em causa de contribuir para a obtenção de ritmos de crescimento económico, suficientemente elevados, para que se possa de uma maneira gradual e sustentada, assegurar uma melhoria efectiva das condições de vida da maioria dos portugueses, dentro dos limites considerados aceitáveis de dependência externa.

A problemática em causa poderá ser enunciada do seguinte modo: será ou não possível obter uma aceleração suficiente no crescimento económico global, através de uma estratégia centrada sobre a produção de bens socialmente úteis em geral e agro-alimentares em particular?

A carência de capital é habitualmente apontada como constituindo a principal limitação do crescimento económico. Deste modo, todos os acréscimos de consumo são encarados como estando em conflito com o crescimento e como incapazes de desencadear

efeitos multiplicadores positivos. Nesta perspectiva de análise todas as orientações estratégicas que apontam para o reforço directo (melhoria das condições de produção) e indirecto (aumento de procura) dos sectores e regiões produtores de produtos agro-alimentares, são considerados negativos do ponto de vista do crescimento da economia. Isto na medida em que contribuem para uma reafecção dos recursos disponíveis favoravelmente aos sectores produtores de bens de consumo à custa dos de produção de bens de capital.

Esta perspectiva de análise não pode deixar de ser considerada realista, quando enquadrada no contexto de uma economia nacional caracterizada por uma quase estagnação do sector agro-alimentar. Num tal contexto, todos os aumentos de consumo de bens alimentares originam aumentos de preços, que constituem simples transferências inter-sectoriais de capital. Nestas condições, a obtenção de ritmos de crescimento elevados, implica inevitavelmente taxas reduzidas de emprego e elevadas de importação, as quais só se reproduzem de uma forma minimamente estável e duradoura, em condições politicamente não democráticas e de mercado mundial expansionista.

A criação das condições capazes de assegurar a obtenção de aumentos significativos na produção agro-alimentar, vem introduzir alterações decisivas nas perspectivas de análise das suas relações com a problemática do crescimento económico.

Na realidade, a aceleração de crescimento do sector agro-alimentar vai contribuir, de uma maneira decisiva, para o cresu

cimento económico global quer directamente, através da expansão do produto agrícola bruto, quer indirectamente, através dos efeitos multiplicadores que os acréscimos da produção agrícola alcançados poderão vir a suscitar nos restantes sectores económicos.

Tais efeitos são fundamentalmente os seguintes:

- 1 - No que respeita às actividades de transformação e de distribuição integradas no sector agro-alimentar:
 - os efeitos multiplicadores susceptíveis de serem obtidos a montante da produção agrícola propriamente dita, em resultado dos acréscimos significativos que a aceleração do crescimento agrícola implicará necessariamente no consumo de adubos, pesticidas, equipamentos, infraestruturas básicas (rega, drenagem, redes eléctrica e viária, ...);
 - os efeitos multiplicadores alcançáveis nos sub-sectores a jusante da produção agrícola, face ao aumento das disponibilidades e à melhoria relativa dos preços das matérias primas agrícolas, que constituem em cerca de 80% dos consumos intermédios das indústrias agrícolas e alimentares;
- 2 - No que respeita aos restantes sectores da economia:
 - os efeitos multiplicadores resultantes do aumento dos rendimentos directos (por melhoria da produ-

vidade dentro e fora do sector agro-alimentar) e dos rendimentos indirectos (por desaceleração do processo inflacionista), efeitos esses que se reflectirão muito especialmente, dada a estrutura de procura das famílias mais directamente beneficiadas pelos referidos aumentos (pequenos e médios agricultores, trabalhadores rurais e manuais,...), nos sectores mais directa e/ou indirectamente responsáveis pela produção de outros bens e serviços socialmente úteis;

- os efeitos multiplicadores exercidos indirectamente sobre os restantes sectores económicos:

. através da redução do grau de dependência externa dos principais produtos agro-alimentares;

. através do contributo que um crescimento agrícola acelerado poderá vir a ter na formação bruta do capital, contributo esse que se relaciona com: 1) a natureza "capital saving" da maioria das tecnologias a apoiar no âmbito do sector agro alimentar; 2) a possibilidade de se virem a obter acréscimos de produção com base em investimentos com uma relação incremental capital/produto inferior à unidade o que determinará a obtenção de saldos positivos de capitais favoráveis aos restantes sectores da economia; 3) a possibilidade de se virem a al

cançar aumentos significativos na mobilização de poupanças, quer em função dos acréscimos de rendimento resultantes da expansão de produção agro-alimentar, quer da atracção exercida sobre as remessas dos emigrantes, pelos melhoramentos introduzidos nas suas regiões de origem;

através do processo de descentralização que as novas orientações no âmbito da produção e da procura irá necessariamente desencadear.

De tudo o que acabámos de referir, parece-nos correcto concluir que o sector agro-alimentar poderá constituir, através da aceleração do crescimento agrícola, uma componente fundamental numa estratégia capaz de assegurar um ritmo de crescimento económico global suficientemente acelerado, para contribuir de uma maneira estável e progressiva para a melhoria, efectiva e sustentada, das condições de vida da maioria dos portugueses e para a atenuação progressiva da dependência externa.

B. A aceleração do crescimento de produção agrícola constitui, portanto, uma condição necessária para que o sector agro-alimentar desempenhe as funções estratégicas anteriormente enunciadas. Trata-se no entanto duma condição necessária mas não suficiente.

De facto, somos de opinião que os aumentos de produção agrícola só permitirão contribuir de uma forma decisiva para os objectivos visados, se se verificarem as seguintes condições principais:

1. que os aumentos de produção sejam obtidos fundamentalmente através de acrêscimos na produtividade da terra, o que implica necessariamente uma melhoria muito acentuada nas condições tecnológicas de produção actualmente existentes;
2. que os melhoramentos tecnológicos a introduzir deverão ser:
 - de intensificação da utilização da terra;
 - relativamente mais utilizadores de trabalho do que de capital;
 - relativamente neutros do ponto de vista das economias de escala;
 - capazes de garantirem acrêscimos incrementais para a relação produto/capital inferiores à unidade.
3. que os aumentos de produtividade sejam alcançados naqueles produtos que, não apresentando restrições ecológicas obedecem às seguintes condições:
 - constituírem fracção dominante dos modelos de consumo inferiores à média nacional;
 - contribuir para a melhoria da dieta alimentar por

Fundação; Cuidar o Futuro

tuguesa;

- terem um peso importante no processo inflacionista com origem nos bens alimentares;
- apresentarem graus de dependência externa mais elevados;
- consequências da adesão à CEE.

4. que as melhorias tecnológicas a introduzir, como condição necessária para o crescimento do produto agrícola, beneficiem prioritariamente os pequenos e médios agricultores e as cooperativas de produção agrícola;

5. que as regiões a beneficiar prioritariamente sejam seleccionadas em função dos seguintes parâmetros:

- regiões predominantemente agrícolas, com baixos níveis de rendimento e com sinais recentes de inversão nas tendências migratórias;
- regiões com aptidão para os sistemas culturais considerados prioritários e com possibilidades de obtenção de rápidos acréscimos crescentes de produção;
- regiões em que a pequena e média empresa ou as cooperativas de produção ocupam posição dominante do ponto de vista da área cultivada;
- regiões aonde existam embriões de indústrias agro-alimentares

6. que os acréscimos de rendimentos obtidos em consequência dos aumentos de produtividade não sejam apropriados, por via dos efeitos de dominação, pelos sub-sectores a montante e a juzante (actividades de transformação e distribuição) da produção agrícola propriamente dita, devendo, estes sub-sectores, passar a funcionar fundamentalmente como elementos racionalizadores e dinamizadores da actividade agrícola.

C. Procuraremos agora analisar mais detidamente as diferentes condições apontadas de forma a melhor compreendermos as razões da sua escolha. Estas prendem-se com a natureza das funções estratégicas que se pretende que o sector agro-alimentar venha a desempenhar.

a) A agricultura portuguesa está, desde algumas décadas a esta parte, numa situação de quase total estagnação que, à excepção de algumas e poucas empresas e produtos, é extensiva à quase totalidade das actividades agrícolas nacionais.

Esta estagnação produtiva é consequência, no essencial da situação tecnológica em que se encontra, a qual é resultante do modelo de afectação de recursos adoptado há já algumas décadas no nosso país. Caracterizou-se por uma sistemática marginalização do sector agro-alimentar, quer do ponto de vista dos recursos disponíveis, quer do ponto de vista das condições da procura a ele dirigida.

Desta orientação resultou inevitavelmente uma quase to

tal rigidez da oferta agrícola agregada a qual explica em grande medida os aumentos verificados, sobretudo a partir de meados dos anos 60, no nível de preços dos produtos agrícolas e alimentares face a um aumento de procura, e apesar dos efeitos atenuantes conseguidos através do recurso à importação, em condições extremamente favoráveis do ponto de vista dos preços mundiais.

Na realidade, nas actuais condições de estagnação tecnológica generalizada, não é possível pensar em aumentos sensíveis da produção agrícola através das medidas clássicas de aumentos de preços. Tais medidas pouco resultado garantem, face à natureza das funções de produção tradicionais. Conduzem, para mais em conjugação com outros efeitos inflacionistas, a consequências fortemente negativas no que respeita quer ao crescimento económico global, quer ao emprego, quer aos níveis de rendimento e de consumo e quer ao deficit externo. Os únicos agentes económicos que provavelmente tiram resultados positivos duma política de preços agrícolas altista, no quadro de uma agricultura estagnada, são os grandes empresários agrícolas e, por via dos efeitos de dominação existentes e das condições de especulação criadas, os agentes ligados aos circuitos de distribuição dos sectores agro-alimentares.

Nestas condições a possibilidade de se vir a tornar a oferta agregada de produtos agro-alimentares mais elástica, e deste modo reduzir os efeitos negativos já referidos, passa ou pelo recurso sistemático à importação, o que em condições de deficit externo, como é actualmente a nossa, se torna necessá-

rio a todo o custo evitar, ou à introdução de melhorias tecnológicas capazes de garantirem rápidos e significativos acrêscimos na produtividade da terra.

A obtenção destes acrêscimos é, na opinião generalizada de técnicos nacionais e estrangeiros, alcançável. Pode mesmo considerar-se, face aos diferenciais verificados relativamente aos restantes países europeus (Quadro XII), que eles poderão ser bastante mais elevados do que se supõe.

A natureza, a rapidez e a intensidade dos aumentos a obter, bem como o tipo de objectivos que se pretendem alcançar, implica que os aumentos de produtividade assentem:

- na adopção de sistemas culturais mais ajustados à capacidade de utilização dos nossos solos;
- no rápido e sustentado aperfeiçoamento das tecnologias tradicionais através:
 - . duma utilização mais generalizada e intensiva de sementes seleccionadas e de novas variedades com altos rendimentos unitários;
 - . do emprego de níveis quantitativos e qualitativos mais adequados de fertilizantes e correctivos;
 - . da adopção de rotações mais correctas e equilibradas;
 - . da racionalização das condições de selecção, alimentação e tratamento sanitário dos efectivos pecuários nacionais;

QUADRO - XII

RENDIMENTOS POR HECTARE PARA ALGUNS PAÍSES EUROPEUS						
	RENDIMENTO POR HECTARE (100 Kg/ha)					
	TRIGO	CEVADA	MILHO	ARROZ	BETERRABA	VINHO
FRANÇA	45.0	38.9	45.8	41.5	401	87.3
ITÁLIA	24.8	22.5	53.8	50.8	381	82.6
GRÉCIA	19.8	20.6	35.5	48.5	522	70.9
ESPANHA	12.6	16.0	36.0	62.7	290	41.4
PORTUGAL	13.0	8.6	12.1	43.9	--	41.7

. da eliminação dos principais determinantes do solo através da realização de investimentos em infraestruturas básicas de rega, drenagem, ..., investimentos esses que deverão incidir principalmente sobre a melhoria das infraestruturas, hoje sub-utilizadas, e sobre o lançamento de obras de pequena dimensão, que são as que melhores resultados permitem obter do ponto de vista dos objectivos visados.

Trata-se, portanto, da adopção de melhoramentos tecnológicos que correspondem às características anteriormente apontadas. A sua verificação é indispensável para que os aumentos de produtividade alcançados tenham efeitos mais positivos, quer ao nível de absorção do sub-emprego e do desemprego potencial agrícola, quer ao nível da substituição de importações.

b) Da aplicação dos critérios anteriormente considerados (Quadro XIII) resultou a escolha dos seguintes produtos: cereais, com relevo muito especial para os cereais secundários, oleaginosas, fundamentalmente o girassol, leguminosas para grão, feijão, fava e grão de bico, batata, pastagens e forragens, beterraba, de entre as novas culturas possíveis, carne, principalmente bovinos, ovinos e caprinos e pescado. (*)

Para que o aumento da produção do sector agro-alimentar desempenhe as funções estratégicas anteriormente consideradas,

(*) Dada a especificidade do tema inclui-se em anexo um desenvolvimento sobre este sector.

QUADRO - XIII

Caracterização de alguns produtos agro-alimentares de acordo com as propensões para o consumo, as taxas de crescimento dos preços e o grau de dependência externa

Produtos	Propensões para o consumo 1968/75	Taxas de crescimento dos preços % 1977	Grau de dependência externa % 1972/74
Cereais	0,021	37,6	43,8
Carnes	0,095	21,5	12,6 **
Pescado	0,023	28,3	9,3
Leite, queijo e ovos	0,013	27,4	6,2 **
Óleos Alimentares	0,916		81,6
Batatas	*	- 10,5	4,0
Frutas e legumes	0,004	54,3	1,5

Fontes: Evolução da Estrutura de consumo 1958/75 - DCP
Relatório do Banco de Portugal 1977

Girão, J.A. "Procura, produção e comércio externo de bens alimentares em Portugal".

* elementos não disponíveis

** importa não esquecer a dependência externa indirecta da carne e leite por via dos consumos de concentrados, a qual não está aqui considerada.

relativamente:

- ao emprego, através da criação das condições necessárias a uma paralisação, ou mesmo se possível a uma inversão dos fluxos migratórios;
- à repartição do rendimento, através do acréscimo dos níveis de rendimento da maioria da população activa agrícola;
- ao crescimento económico global, por um lado através da redução do processo inflacionista e por outro lado directamente pelo aumento do Produto Agrícola Bruto e indirectamente através dos efeitos multiplicadores que os acréscimos de rendimento originam, por via da procura sobre os outros sectores produtores de bens e serviços socialmente úteis.

Torna-se indispensável que os melhoramentos tecnológicos que originam tais aumentos de produção, beneficiem prioritariamente os pequenos e médios agricultores e os trabalhadores integrados nas unidades cooperativas de produção.

Na realidade, só nestas condições se poderão esperar resultados positivos, no contexto dos objectivos considerados. Assim se pode verificar pelos elementos contidos nos Quadros XIV, e XV, nos quais se analisam comparativamente as disponibilidades em mão de obra, os níveis de rendimento e as estruturas de consumo e respectivos acréscimos incrementais, relativos às di-

QUADRO - XIV

Elementos relativos às explorações agrícolas do Continente

Classes de Área (ha)	Classes de receita anual dos empresários (1000 esc.) *	Distribuição das explorações agrícolas (%)	Distribuição das Áreas (%)	Distribuição das Explorações Familiares	Distribuição do Pessoal Permanente (Famílias + Assalariados)
- 4	-50	78	15	81	72
4-20	50-120	19	24	17	21
20-50	120-180	2	10	2	3
+50	+180	1	51	0,4	3
Total	--	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente 1968 - INE

Inquérito às Despesas Familiares 1973/74 - INE

* Estimativa grosseira com base nos elementos do Inquérito às Explorações Agrícolas e na distribuição percentual das famílias por classes de receita familiar e categoria sócio económica do chefe de Família - Quadro II

QUADRO - XV

Estrutura e acréscimos incrementais da despesa dos indivíduos pertencentes às famílias dos "patrões e isolados agrícolas" por classe de área * das explorações agrícolas

classe de grupos de produtos Área (ha)	- 1		1 - 4		4 - 20		20 - 50		+ 50	
	Estrutura	Acréscimos								
Alimentos e Bebidas	67,0	0,61	64,0	0,41	54,0	0,27	40,0	0,11	27,0	0,07
Outros bens e serviços socialmente úteis	18,0	0,28	19,0	0,43	36,0	0,54	40,0	0,55	34,0	0,43
Outros bens e serviços	5,0	0,11	7,0	0,16	10,0	0,19	20,0	0,34**	39,0	0,50**
Total	100,0	1,00	100,0	1,0	100,0	1,0	100,0	1,00	100,0	1,00

Fontes: Inquérito às Despesas Familiares 1973/74 - INE

* a relação entre classes de despesa e classes de área assente numa estimativa grosseira estabelecida a partir do Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente e da distribuição percentual das famílias por classes de receita familiar e categoria socio-económica do chefe de família.

** incluem-se algumas das despesas com a habitação e o transporte que devido às características apresentadas para as classes de despesa mais elevadas não podem ser consideradas como correspondendo a bens e serviços socialmente úteis.

ferentes classes de dimensão das explorações agrícolas.

É neste contexto que deve ser equacionada a problemática da reforma agrária, e deve ser encarada não como um fim em si, mas antes como um instrumento de política económica.

Nesta perspectiva, as orientações a assumir no futuro, relativamente ao andamento do processo da reforma agrária, devem estar sujeitas aos objectivos que se pretendam vir a atingir no âmbito do sector agro-alimentar, os quais são basicamente os seguintes:

- aumentos de produção com base em acréscimos na produtividade da terra;
- melhoria efectiva nos níveis de emprego e de repartição dos rendimentos;
- criação de condições de participação dos trabalhadores na direcção das suas unidades de produção.

A consideração destes objectivos tem que estar bem presente na aplicação da lei de Bases, de forma a influenciarem favoravelmente as opções tomadas ao nível empresarial no decorrer dos processos de desapropriação e expropriação.

Assim, relativamente a um número restrito de grandes empresas agrícolas modernas, a funcionar em condições de efectiva rentabilidade, não interessará obviamente proceder à sua desagregação, uma vez que ela pouco adiantaria do ponto de vista dos dois primeiros objectivos visados, interessando assim, somente

encontrar formas indirectas de concretização do terceiro objec
tivo considerado.

A opção por unidades de produção de tipo colectivo com dimensões relativamente grandes, justificar-se-à para um gran-
de número de casos, uma vez que permitirão alcançar melhor os objectivos em causa, do que empresas familiares de média dimensão ou grandes explorações patronais. Tal preferência verifica-se em relação à maior parte da região alentejana pelas seguintes razões:

- a região alentejana apresenta condições ecológicas favoráveis à cerealicultura;
- as culturas cerealíferas são as que apresentam condições mais favoráveis do ponto de vista das economias de escala;
- os cereais devem fazer parte, por razões de natureza ecológica de sistemas culturais em que as culturas forrageiras permanentes e temporárias, ocupam lugar importante;
- o aproveitamento agro-pecuário associado a um pleno aproveitamento de tais sistemas, implica a realização de investimentos elevados.

As unidades colectivas estão assim, em vantagem sobre as médias empresas agrícolas, no que respeita às economias de escala alcançáveis, e sobre as grandes empresas patronais no que respeita à introdução de sistemas culturais ajustados à capacidade de utilização dos solos. Tais sistemas dificilmente maximizarão

nas condições alentejanas, os objectivos visados pelas empresas patronais (taxa de lucro), cabendo pelo contrário perfeitamente na lógica orientadora do funcionamento das unidades coletivas de produção que será basicamente a da maximização do emprego, a níveis de remuneração compatíveis com os das restantes actividades económicas.

Estas comparações poderão, no entanto, alterar-se para condições ecológicas mais favoráveis a uma intensificação da produção como será o caso de alguns tipos de solos e algumas zonas beneficiadas por aproveitamentos hidro-agrícolas.

c) As orientações indicadas no âmbito da definição de regiões de actuação prioritária, têm por objectivo garantir, não só a obtenção de acréscimos de produção em condições de maior rapidez e menor custo, como também contribuir para a redução progressiva das assimetrias espaciais na repartição dos rendimentos e para um processo gradual de "reocupação" do interior do país.

Apesar de já bastante avançado, não se encontra ainda concluído o trabalho de regionalização que permite indicar por menorizadamente as regiões prioritárias.

43 esfermas!

O Mapa S1 e o quadro XVI permitem-nos, no entanto e desde já dar uma indicação genérica sobre as zonas consideradas prioritárias, região C, e simultaneamente apercebermo-nos das grandes potencialidades e enormes dificuldades que uma orientação neste sentido, terá que resolver.

QUADRO - XVI

Regiões	% do número de concelhos	PAB/PIB (%)	Activos Agrícolas Activos Totais (%)	% da População Residente	% do PIB	% do PBI	% do PAB	% da Superfície Cultivada	Solos c/capacidade de Utilização Agrícola (%)	% dos Activos Totais	% dos Activos Industriais	% dos Activos Agrícolas	PIB Activos totais (1000 esc.)	PBI Activos Industriais (1000 escw)	PAB Activos Agrícolas (1000 esc.)	PAB Superfície Cultivada (1000 esc.)	Superfície Cultivada Activos Agrícolas (ha)
A	17	7	13	31	47	46	20	11	15	33	33	14	79	115	41	6.2	7
B	15	10	19	29	27	37	17	7	10	23	49	14	66	62	35	8.5	4
C	68	39	51	40	26	17	63	82	75	44	18	72	33	78	25	2.7	9
Valores Médios para o Continente	16	31											56	83	29	3.5	8

Fonte: "Indicadores Económicos: perspectivas de regiões homogêneas" - (Documento interno)

Nota: Região A - região "predominantemente não agrícola" que integra concelhos dos distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém.
 Região B - região "predominantemente não agrícola" que integra concelhos dos distritos do Porto, Braga e Aveiro.
 Região C - região "predominantemente agrícola" que integra os restantes concelhos do País. (Ver Mapa)

d) Os elementos disponíveis ao nível da matriz das relações intersectoriais, permitem-nos afirmar que, apesar de ainda não se encontrar num estágio idêntico ao dos restantes países europeus, é já muito estreita a interligação técnica-económica entre a agricultura portuguesa e os sub-sectores que lhe estão a montante e a juzante. Tal interligação tem vindo aliás a reforçar-se e constitui, a nosso ver, um elemento de coesão suficientemente forte para nos permitir afirmar que o sector agro-alimentar constitui um agregado com grande homogeneidade interna e elevado grau de autonomia, e do ponto de vista da sua orientação e funcionamento.

Ninguém põe, hoje em dia, em dúvida, o papel fundamental desempenhado pelos sub-sectores de montante e juzante, nas suas relações com o sub-sector agrícola propriamente dito. Com efeito, eles contribuem para a dinamização e racionalização da actividade agrícola, efeitos estes que se traduzem por aumentos na produtividade e pelo aparecimento de efeitos de dominação, sobre a agricultura, por parte dos outros componentes do sector agro-alimentar.

Se se abandona o sector agro-alimentar à livre iniciativa das empresas privadas, no quadro de uma economia de mercado, os efeitos de dominação sobrepõem-se aos acréscimos de produtividade agrícola e a quase totalidade destes são sistematicamente apropriados pela indústria e pelos serviços.

Nestas condições, os aumentos de produção agro-alimentar

não têm qualquer contribuição positiva para a resolução dos problemas da repartição dos rendimentos e portanto da melhoria do nível de vida dos agricultores.

Pelo contrário, a orientação da actividade do sector para a satisfação das necessidades básicas e para a melhoria do nível de vida das populações, poderá permitir uma articulação entre os diferentes sub-sectores que privilegie os aumentos de produtividade e reduza os de dominação. Este é o tipo de orientação que importa alcançar no quadro de uma estratégia centrada sobre o Sector Social Base. Consideramos ser esta, aliás, uma área privilegiada no âmbito da implementação de diferentes formas de propriedade social que associem os produtores agrícolas, às empresas privadas, às autarquias locais e ao Estado.

D. Uma vez melhor compreendidas as condições indispensáveis para que o sector agro-alimentar desempenha as funções estratégicas consideradas, torna-se agora necessário identificar quais as acções a desencadear desde já, para que se concretize, no mais curto espaço de tempo, uma aceleração do crescimento de produção agrícola capaz de ir ao encontro dos objectivos estabelecidos.

Neste contexto importa assegurar o seguinte:

- a existência de grandes disponibilidades e de facilidades de acesso a sementes seleccionadas e melhoradas, fertilizantes, correctivos, ...;

- a realização de investimentos maciços no âmbito do regadio, da drenagem, da florestação, da rede eléctrica, da rede viária e das infraestruturas de armazenamento, conservação e comercialização de produtos agrícolas (silos, armazens, rede de frio, centrais leiteiras, mercados centrais, etc.);
 - um acentuado reforço dos recursos disponíveis para a investigação agronómica, que se deverá orientar prioritariamente para as tarefas de "adaptação de tecnologias" à realidade agrária portuguesa;
 - uma rápida mas segura expansão dos serviços de extensão o que implica uma adequada preparação de técnicos agrícolas;
- ### Fundação Cuidar o Futuro
- o apoio eficaz à expansão das diferentes formas de associativismo agrícola nas áreas de produção, transformação e distribuição;
 - o estabelecimento de orientações claras e consentâneas com os objectivos visados no âmbito:
 - . da reestruturação fundiária;
 - . do crédito;
 - . da transformação, da comercialização e dos preços;

Nesta perspectiva consideram-se como acções prioritárias no curto-médio prazo:

- 0 - Apoio a uma rápida e completa reestruturação do Ministério da Agricultura e Pescas, com incidência especial no âmbito da descentralização, da extensão, da hidráulica agrícola e da investigação, orientada para o alargamento da tutela do Ministério da Agricultura e Pescas às indústrias agrícolas e alimentares e aos circuitos de distribuição;
- 1 - Apoio a uma rápida estruturação do Ensino Agrícola, como condição indispensável para a formação dos técnicos necessários ao reforço da acção do Ministério da Agricultura e Pescas;
- 2 - Intervenção clara e objectiva no âmbito da Reforma Agrária de forma a dar seguimento à aplicação da Lei de Bases dentro de linhas de orientação decorrentes da persecussão dos principais objectivos visados: aumento da produção, melhoria do nível de vida dos agricultores e trabalhadores rurais (nas suas componentes em prego e repartição de rendimentos) e participação na gestão das unidades de produção.
- 3 - Apoio à estruturação do Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, visando sobretudo a criação de condições de acesso privilegiado dos pequenos e médios agricultores e das cooperativas de produção às diferentes formas de crédito;
- 4 - Instalação da Rede Nacional de Frio instrumento indis

pensável a uma adequada política de comercialização dos produtos agrícolas e da pesca;

- Apoio das actividades de identificação, preparação e execução de projectos de investimento no âmbito da hidráulica agrícola, da viação e electrificação rurais, das infraestruturas de armazenamento, conservação, transformação e comercialização de produtos agro-alimentares.

Trata-se portanto, de um conjunto de acções que implicam uma mobilização maciça dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis para a criação das condições indispensáveis à aceleração do crescimento de produção agrícola dentro dos parâmetros estratégicos enunciados. Tal dinamização não se compadece com medidas de carácter meramente marginal, realizáveis no âmbito de uma qualquer estratégia económica de índole "industrialista", antes pelo contrário, ela implica a aceitação de um novo modelo de reafectação de recursos, só compatível com uma estratégia orientada para a satisfação das necessidades essenciais da população portuguesa, ou seja, centrada sobre o Sector Social Base.

Para finalizarmos com esta abordagem do sector agro-alimentar, pretendemos ainda chamar a atenção para as possíveis implicações positivas, no curto-médio prazo, das acções preconizadas que são:

- mobilização de grande parte da população rural, com as

- consequências positivas que daí poderão advir, no que respeita aos seus familiares migrantes e emigrantes;
- acção positiva no âmbito do emprego por via dos investimentos nas infraestruturas básicas.

2. A pequena e média empresa industrial produtora de bens socialmente úteis

Esta segunda área de actuação considerada prioritária no âmbito do Sector Social Base é constituída pelo conjunto das unidades produtivas, com menos de 100 pessoas ao serviço, que integram quer a componente industrial do sector agro-alimentar e do sector "habitat" quer as actividades relacionadas com um outro tipo de bens e serviços socialmente úteis com significativa importância nas estruturas de consumo das famílias com classes de receita abaixo da média nacional: o vestuário e calçado (ver quadro I).

Trata-se de um conjunto de unidades produtivas com uma enorme importância quanto ao número de estabelecimentos industriais em exercício. Esta importância verifica-se também relativamente ao pessoal em serviço e ao valor acrescentado. Este sector assume, assim, uma importância decisiva no curto-médio prazo, uma vez que a sua degradação económico-financeira, resultante das suas deficiências estruturais e dos aumentos nas taxas de juro e limitações de crédito acordadas com o FMI, terá inevitável

mente consequências muito gravosas. Isto no que respeita às condições de vida de uma fracção importante da população portuguesa, fracção esta que corresponde, na quase totalidade, a indivíduos com níveis salariais dos mais baixos do país.

Todos os esforços que se possam vir a fazer no sentido da viabilização deste conjunto de empresas, o que implicará necessariamente orientações selectivas, quanto à aplicação das medidas de estabilização, terão uma importância decisiva na minimização, no curto-médio prazo, dos efeitos recessivos, quanto ao produto e ao emprego, e regressivos, quanto à repartição de rendimentos, que são consequência inevitável dos acordos com o FMI.

Mas a importância desta área de actuação não se limita a aspectos relacionados com o curto-médio prazo. Na realidade, ela tem uma função estratégica decisiva no médio-longo prazo, que é complementar das funções a desempenhar pelo sector agro-alimentar, no que respeita à concretização dos objectivos visados com a implementação de uma estratégia centrada sobre o Sector Social Base, com especial relevo para a resolução do problema do emprego e para a atenuação das assimetrias espaciais na repartição de rendimentos.

A aceleração do crescimento da produção agrícola, no âmbito dos condicionalismos anteriormente analisados, vai ter como consequência uma alteração significativa na estrutura de procura nacional, quer por via dos acréscimos de rendimento da maioria da

população agrícola, quer por via dos efeitos redistributivos indirectos que um novo modelo de afectação de recursos irá originar.

Uma alteração deste tipo na estrutura de procura reflectir-se-á, essencialmente, nos aumentos relativos de consumo de produtos, em grande medida originados no âmbito das unidades produtivas em causa, o que implicará uma sua futura dinamização. Os elementos contidos no Quadro XV permitem-nos verificar os efeitos que os acréscimos de rendimento e conseqüentemente de despesa dos pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais, terão sobre o aumento da procura de produtos de origem não agrícola em geral particularmente dos socialmente úteis. Na realidade, os aumentos de produção agrícola terão conseqüências muito positivas sobre o crescimento dos sectores não agrícolas, por via dos efeitos multiplicadores de procura que desencadeiam.

A importância estratégica das pequenas e médias empresas industriais, insere-se neste contexto. Está relacionada com a sua capacidade para tornar esses efeitos multiplicadores o mais fecundos possíveis, tanto do ponto de vista do emprego, como do ponto de vista da repartição regional dos rendimentos e ainda no que respeita à contribuição para a mobilização de recursos financeiros necessários à implementação de uma estratégia centrada sobre o Sector Social Base e para o crescimento económico global.

A natureza relativamente mais trabalho-intensiva das pequenas e médias empresas industriais, justifica a importância estra-

tégica da sua dinamização, no que respeita ao sucesso de um modelo de desenvolvimento orientado para a resolução da problemática do emprego em Portugal.

Esta influência positiva sobre o emprego de um crescimento industrial apoiado na pequena e média empresa, vem, aliás, reforçar idêntico efeito já anteriormente referido, no que respeita à natureza dos sectores industriais, a implementar no âmbito de uma estratégia virada para a satisfação das necessidades da maioria dos portugueses (ver Quadro V).

A dispersão espacial dos acréscimos de procura originados pelo crescimento do produto agrícola, as infraestruturas viárias e eléctricas tornadas necessárias por tal crescimento e a relativa facilidade de instalação, organização e gestão das pequenas e médias empresas industriais, em regiões não industrializadas, permitirá que estas venham a dar uma contribuição extremamente positiva, em conjugação com os acréscimos de rendimento social agrícola alcançados, na atenuação das enormes assimetrias regionais, que caracterizam actualmente o nosso país, desempenhando, também, uma acção significativa na inversão dos fluxos migratórios regionais, isto é, na "reocupação" do interior do país.

Como já anteriormente referimos, é condição indispensável à implementação de uma nova estratégia de desenvolvimento, com as características da que consideramos ser a única capaz de resolver os graves problemas estruturais que afectam a economia portuguesa, a mobilização maciça de recursos humanos, materiais e financeiros a favor das áreas de actuação prioritárias.

Tal mobilização apresenta problemas delicados, especialmente no que se refere aos recursos financeiros. As orientações preconizadas tenderão a beneficiar os estratos sociais de rendimentos mais baixos e conseqüentemente, com propensão para a poupança mais reduzidas do que os estratos sociais tradicionalmente beneficiados.

A mobilização dos camponeses para tarefas de que directamente beneficiarão, irá certamente suscitar o aparecimento de novas fontes de poupança, com potencialidades muitas vezes insuspeitadas, e grande parte dos novos investimentos, realizados na agricultura, serão fundamentalmente "labour-using". No entanto, o elevado volume de capital que se torna necessário dispor para o conjunto das acções prioritárias, torna indispensável desencadear esforços significativos, também ao nível industrial, no que se refere, quer à redução das necessidades em capital, por unidade de produto, quer à angariação de novas fontes de poupança.

A pequena e média empresa industrial oferecem condições particularmente favoráveis, relativamente a estas duas tarefas, dadas as vantagens comparativas que apresentam, no que respeita a adopção de tecnologias menos capital-intensivas, e dadas as facilidades que oferecem, no que se relaciona com a sua instalação em regiões menos industrializadas. Estes factos terão necessariamente efeitos positivos na mobilização a seu favor de acréscimos de poupança obtidos regionalmente, a partir dos aumentos de produção agrícola e não agrícola.

Podemos assim concluir que as pequenas e médias empresas industriais podem desempenhar, no contexto de uma estratégia centrada sobre a produção de bens e serviços socialmente úteis e o pleno aproveitamento dos recursos internos, uma importante função, quer no que respeita o ritmo de aumento do emprego, quer à redução das assimetrias regionais, quer à mobilização de recursos financeiros, por via da redução das necessidades de capital e do aumento das taxas de poupança e investimento industrial.

O crescimento da produção industrial nos moldes referidos, contribuirá ainda positivamente para o crescimento económico global.

A possibilidade de se levar por diante uma estratégia industrial deste tipo, está no entanto dependente de diversos condicionalismos. Estes relacionam-se, por um lado, com o sucesso do crescimento do sector agro-alimentar, por outro lado, com a criação de apoios efectivos, no âmbito da instalação de infra-estruturas, da disponibilidade de matérias primas a preços acessíveis, de crédito, de meios técnicos, de organização e gestão empresariais, e finalmente, do planeamento das interligações das pequenas-médias empresas com as grandes unidades industriais.

A especificidade, a amplitude e o carácter prioritário das acções referidas apontam para o reforço imediato do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais. Pode mesmo sugerir-se a criação de um Ministério, exclusivamente debruçado sobre os problemas da pequena e média empresa industrial relacionada com

a produção de bens e serviços socialmente úteis.

3. O Sector do "Habitat" (*)

O conceito de "habitat" por nós utilizado ultrapassa francamente o conceito tradicional no qual se identifica "habitat" com habitação ou alojamento.

Na nossa perspectiva, o "habitat" inclui as condições que definem a qualidade de vida das populações, que se pode traduzir pelo seu bem-estar quotidiano, nos seus aspectos socio-culturais. Este conceito identifica-se, por um lado, com a definição de saúde da Organização Mundial de Saúde e, por outro lado, com os princípios estabelecidos pela Conferência das Nações Unidas em Vancouver em 1976, sobre aglomerados urbanos.

Assim, entende-se que para além das próprias construções, as infraestruturas e os equipamentos são parte integrante do "habitat". Nesta perspectiva, a resolução do problema da habitação não pode, de maneira alguma, assentar só na construção de fogos, mas deve basear-se no estudo programado e integrado dos factores socio-culturais e económicos que o circunscrevem.

O sector do "habitat" poderá e deverá desempenhar uma função extremamente importante, quer no médio-longo prazo, quer desde já no curto-médio prazo, no âmbito de uma estratégia centrada

(*) Para uma abordagem mais completa consultar o Anexo.

sobre o Sector Social Base.

Na realidade, o sector do "habitat" é indispensável à concretização de uma estratégia centrada sobre as áreas de actuação prioritárias anteriormente referidas, pela sua contribuição decisiva para a fixação das populações a viver no interior do país e para a criação das condições físicas indispensáveis à inversão das tendências migratórias tradicionais, em ordem, à "reocupação" do interior do país.

A fixação e "reocupação" em causa, são efectivamente condições básicas, para o sucesso de uma estratégia centrada sobre o sector agro-alimentar e sobre as pequenas e médias empresas industriais, produtoras de bens socialmente úteis. A dinamização de tais sectores, em ordem a uma melhoria efectiva das condições de vida da maioria das populações e regiões do país, implica uma disponibilidade de recursos humanos incompatível com o nosso processo histórico de "desertificação" do território.

A criação de condições físicas, favoráveis a uma atracção demográfica, nas diferentes regiões do país, é um processo que determinará, pela natureza das acções a implementar no âmbito do "habitat" efeitos secundários extremamente positivos. Estes dizem respeito à criação de novos empregos e à utilização dos recursos regionais, através da dinamização, não só directamente das empresas de construção civil, como também das indústrias a montante e a jusante daquelas.

Tal dinamização, que importa desde já desencadear em zonas consideradas prioritárias (fundamentalmente zonas do interior, que oferecendo condições propícias ao crescimento da produção agrícola, manifestam simultaneamente tendências demográficas no sentido da "reocupação" do território^(*)), poderá vir a ter, no curto-médio prazo, efeitos muito significativos, no combate à deterioração das condições de vida dos portugueses.

Uma outra função, que uma imediata dinamização do sector "habitat", pode vir a desempenhar, no âmbito da política de estabilização em curso, refere-se à possibilidade de se virem a reduzir os consumos individuais, através do desencadeamento de uma acção decisiva, no âmbito da "habitação própria", acção esta que poderia vir a ser implementada através do apoio às cooperativas de habitação.

Fundação Cuidar o Futuro

A implementação do sector "habitat" de acordo com a delimitação e os objectivos analisados, apresenta no entanto, dificuldades várias, cuja resolução implicará muito provavelmente, a criação de um Ministério responsável pela coordenação, dinamização e aplicação ao nível dos pequenos e médios aglomerados urbanos do interior do país, do conjunto das acções que decorrem do nosso conceito de "habitat".

4. A indústria transformadora orientada para a exportação (**)

Da prefiguração sectorial do Sector Social Base, por nós

(*) Sobre a escolha de possíveis regiões prioritárias neste âmbito ver Anexo.

(**) Para uma análise mais completa ver Anexo.

delineada, tendo em conta a necessária reafecção dos recursos internos do país, em função das necessidades essenciais dos portugueses e o seu máximo aproveitamento, decorre que o sector exportador não pode constituir o seu elemento propulsor. Se o modelo de desenvolvimento, que pode consubstanciar e aglutinar o bloco social de apoio implementador do projecto político, aqui e agora esboçado, visa a crescente interiorização do aparelho produtivo e das relações intersectoriais, então a sua dinâmica de sustentação não pode assentar, fundamentalmente, na procura externa. Significa isto, que o lançamento do Sector Social Base implica, também, o reequacionar do papel da procura externa, no processo de reafecção de recursos internos existentes e potenciais.

A rápida expansão experimentada pelas exportações, especialmente as provenientes da indústria exportadora, no período de 1963-73, que os peritos internacionais tanto consideram, é geralmente extrapolada e apontada como meta a atingir. Ora, a caracterização estrutural da economia portuguesa, no pré-Abril de 74, já sumariada, parece testemunhar bem a incapacidade de tal crescimento rápido para multiplicar e generalizar os seus efeitos, não superando, e até reproduzindo, a desarticulação do padrão de desenvolvimento em que se inseriu.

A dinâmica de crescimento então experimentada pelo sector exportador foi, por outro lado, contemporânea de uma fase marcadamente expansionista do sistema mundial. Reduz assim, manifestamente o alcance projectivo que se pretende atribuir a tal dina

mesmo, face à natureza estrutural da crise mundial actual e às perspectivas limitadas existentes quanto à sua recuperação efectiva, na próxima década.

Aliás, o modo como a estratégia oficial internacional pensa a inserção de Portugal na nova divisão internacional do trabalho e como formula as perspectivas de relançamento das exportações, continua a padecer de uma certa ambiguidade. Por um lado, a situação de crise estrutural, que caracteriza presentemente o capitalismo, torna nebuloso e prematuro qualquer traço rigoroso das linhas essenciais de reorientação da divisão internacional do trabalho, pois a história das relações económicas internacionais, permite concluir que a ultrapassagem de uma crise estrutural significa sempre uma nova configuração dos padrões de especialização internacional, e por outro lado, o dogma das vantagens comparadas continua a dominar a generalidade das propostas e recomendações oficiais.

Ora, a natureza agressiva das relações de competitividade externa e a manutenção histórica dos padrões de especialização internacional, tornam obsoleto o carácter estático atribuído em regra, às vantagens comparadas.

As considerações anteriores permitem-nos concluir que a modificação do processo que conduziu à distorção da estrutura produtiva e ao bloqueio da sua própria reprodução, não pode fundamentar o seu elemento propulsor na procura externa.

Por sua vez, tal conclusão permite-nos definir, mais cla

ramente, os limites das funções estratégicas a desempenhar pela indústria exportadora, no contexto de uma estratégia centrada sobre o Sector Social Base. Consistem estas, essencialmente, em garantir um fluxo suficiente de entrada de divisas para, não provocando situações de insolvência cambial, assegurar uma corrente de importações, capaz de suprir as necessidades insubstituíveis ditadas por limitações objectivas ou superáveis a muito longo prazo, e preparar a criação de intercomplementaridades técnicas internas inerentes ao objectivo de crescente interiorização das linhas de força da afectação de recursos.

Fundação Cuidar o Futuro

Fundação Cuidar o Futuro

Parte V - ALIANÇAS TÁCTICAS E ESTRATÉGICAS

I - AS CLASSES DE APOIO

A apresentação de um novo modelo de desenvolvimento centrado na produção de bens socialmente úteis implica a detecção das classes e fracções de classe capazes de implementarem, apoiarem e desenvolverem as grandes linhas de um projecto político. Nesta óptica propomo-nos nesta parte do presente trabalho definir as classes que mais directamente estarão interessadas em virar a economia e a própria sociedade para a filosofia subjacente ao Sector Social Base.

Após estudos históricos e sociológicos da sociedade portuguesa, chegou-se à conclusão que em grandes linhas a mola real do aparelho classista português é a classe camponesa. No entanto a importância da pequena burguesia para a implementação do nosso projecto é também fundamental. Daí se pensar que são estas duas classes que poderão estar mais interessadas mesmo de forma egocêntrica, no aparecimento de um projecto de sociedade apoiado no Sector Social Base.

Iremos pois começar por analisar a mentalidade camponesa e tentar ensaiar um quadro onde se definam as exigências mais

sentidas por esta classe. Analisaremos também a inter-influência dos camponeses em fracções extremamente importantes da pequena burguesia e do operariado.

A classe camponesa é na estrutura classista da nossa sociedade aquela que ao longo da história, e apesar do seu peso numérico, mais dificuldades e carências tem suportado. Reportar-nos-emos apenas ao período recente da década de 60 até à actualidade, já que não cabe neste estudo a determinação sistemática da evolução histórica desta classe (*). Nesta perspectiva importa colocar os seguintes aspectos:

- o fenómeno das guerras coloniais

- o fenómeno da emigração quer para o estrangeiro, quer para os grandes centros urbanos do país.

Estes dois acontecimentos foram determinantes na manutenção dos campos em situação de atraso e de subdesenvolvimento em relação aos países mais avançados, e implicaram a desesperança generalizada no meio rural. Assim, os camponeses abandonados ao isolamento e à pobreza não tiveram outra alternativa que não fosse a de refugiarem-se nas grandes cidades ou no estrangeiro. Com efeito, era a única maneira de garantirem minimamente a sobrevivência.

(*)

Será oportunamente entregue em separata ao presente ante-projecto um estudo histórico-sociológico centrado sobre as classes sociais.

Vejamos agora quais as implicações sócio-políticas desse êxodo.

A triáde camponês-migrante-operário dirigiu-se para os grandes centros do país oferecendo uma mão-de-obra não qualificada sobretudo nas indústrias ligadas à construção civil, químicas, metalo-mecânicas e indústria pesada. Como já se referiu no ponto I o grande êxodo da década de 60, coincidiu com o desenvolvimento anômalo das relações de produção capitalista em Portugal, e com o desencadear das guerras coloniais. A atracção dos camponeses para as cidades era exagerada em relação ao desenvolvimento industrial da época, uma vez que as indústrias então criadas eram sobretudo de capital intensivo. Muitos dos camponeses tornados operários nas cidades viram perigar os seus postos de trabalho devido por um lado ao sistema político então vigente e por outro, pelo perigo que representava reivindicar regalias. Estes dois factores, a insegurança no emprego e os baixos salários, determinaram que o camponês-migrante-operário da cidade, tendo adquirido minimamente uma capacidade cognitiva camponesa-urbana e impossibilitado de regressar à sua terra, virasse os olhos, ele também, para o estrangeiro. O fenómeno da emigração generaliza-se: ou directamente dos campos para o estrangeiro, ou do trajecto daqueles que chegados aos centros urbanos portugueses, acabariam por emigrar também. A conjugação destas duas formas de emigração representa um fenómeno extremamente rico para uma definição rigorosa da influência dominante da mentalidade camponesa em toda a estrutura da sociedade portuguesa actual.

A tríade camponês-emigrante-operário vai beber no estrangeiro os cruzamentos ideológicos derivados da vivência com os camponeses emigrantes estrangeiros por um lado, (camaradas de estrada deles próprios; casos dos espanhóis, argelinos, gregos, italianos, marroquinos e jugoslavos), e por outro embebedar-se nos pressupostos inatingíveis das sociedades ricas de consumo. Este último aspecto importa salientá-lo, visto que é dele que deriva a necessidade do emigrante traduzir num consumo aparente quando retorna ao seu país, um trem de vida que não se adequa à maneira como vive no país onde trabalha. Este tipo de mentalidade está amplamente divulgado em toda a nossa emigração seja ela do Norte do Centro ou do Sul. Com efeito, ninguém gosta de ser considerado escravo e viver como tal. Importa pois analisar no contexto que se acaba de expor aquilo que tem a ver com o que chamamos a mentalidade pequeno burguesa. Nesta espécie de camponês-emigrante-operário ele adquire grande acuidade e torna-se mais visível por se colocar em termos de luta pela sobrevivência. Na verdade, o que é que estes camponeses operários pretendem? Adquirir meios de subsistência que lhes permita um dado grau de segurança, segurança essa que se consubstancia fundamentalmente no seguinte:

- ter uma casa;
- possuir umas courelas;
- ter pé-de-meia;
- educar os filhos;
- demonstrar prestígio e que venceu na vida.

Se verificarmos as componentes fundamentais da ideologia pequeno burguesa deparamos com um grande paralelismo entre estas e os objectivos dos camponeses.

Poder-se-ia neste momento arriscar algumas hipóteses:

- que uma larga camada da pequena burguesia tem o mesmo tipo de objectivos que o camponês emigrante,

o que pode significar:

- que uma larga camada desta classe estaria a um passo de emigrar caso a ideologia que a envolve lhe permitisse aceitar a vida infra-humana do camponês emigrado. Isto não acontece por via da envolvente ideológica e porque a capacidade de reivindicação política é imensamente superior à do camponês. Todavia, importa ter bem presente a similitude descrita, pois ela é de grande importância para a formação de um grande bloco social de apoio ao Sector Social Base.

Antes porém de falarmos na pequena burguesia propriamente dita e das subcamadas de classe que ela comporta, convém fazer uma abordagem da classe operária (*).

A classe operária é extremamente recente e relativamente pequena quer em termos quantitativos como qualitativos e a sua base ideológica pode dizer-se que é uma mistura da mentalidade

(*) Será oportunamente entregue em separata a este ante-projecto um estudo histórico sobre as origens e desenvolvimento do operariado em Portugal.

pequeno-burguesa com a camponesa. O efeito importante que deriva da classe operária estar intimamente ligada à produção não é um elemento tão significativo como os ideológicos anteriormente expostos. E isto porque a classe operária sendo extremamente jovem, não conseguiu libertar-se dos laços que a ligam às outras componentes ideológicas. O efeito da ideologia pequeno burguesa é como que uma imitação necessária e mitológica para o operário ir suportando as condições objectivas do trabalho na fábrica. O esforço do operário direcciona-se no sentido de dar aos filhos as condições de vida que ele imita mas não vive, ou seja, os colarinhos brancos e as mãos limpas dos pequenos burgueses dos serviços. Esta perspectiva poder-se-á dizer que é o pano de fundo da vida projectiva do operário em relação aos filhos e a si próprio.

Fundação Cuidar o Futuro

As correlações ideológicas até agora apresentadas permitem-nos englobá-las a todas elas na perspectiva de um grande bloco de apoio ao nosso projecto político, visto que:

- as correlações apontam para um grande grau de insegurança em relação quer aos camponeses quer a largas camadas da pequena burguesia quer ainda à classe operária. Por outro lado, toda esta clientela tem a sua raiz na mentalidade camponesa o que nos permite sínteses de classes e uma intelecção das suas inseguranças e apreensões a níveis que se julgam contemplados no Sector Social Base;

e a outro nível:

- poderá correlacionar-se a crise estrutural do mundo Ocidental que se vem arrastando e agudizando desde 1968, não permitindo prever, a curto e médio prazo, recuperações económicas suficientemente fortes para poderem vir a absorver o nosso mercado de emigrantes.

Esta condicionante é extremamente rica de significações para o Sector Social Base, uma vez que a mentalidade do emigrante português se irá confrontar com a crise grave que assola a Europa desenvolvida. Em termos ideológicos este fenómeno pode desempenhar um papel importante na desmistificação da mentalidade do emigrante. A história dos "Eldorados" vendida pela emigração, para espantar os conterrâneos, pode estar a um passo de cair.

Isto irá forçosamente alterar a "imagem" que o emigrante criou de riqueza e bem estar no estrangeiro. E poderá criar condições para uma nova maneira de encarar Portugal.

A pequena burguesia representa a parte mais significativa, em termos de expansão social, das liberdades e igualdades a pregoadas pelas revoluções industriais. Com efeito, esta classe vivendo fundamentalmente dos pressupostos ideológicos criados pela grande e média-burguesias, pensa poder vir a superar-se e a fundir-se com as classes dominantes da sociedade capitalista.

As armas da pequena burguesia para alcançar tal objectivo não são muitas, mas são suficientes para manterem a hipótese em aberto. Essas armas são fundamentalmente de dois tipos:

- educação e cultura;
- capacidade de reivindicação política em sociedade democrática.

Todavia, estes dois tipos de armas não estão generalizados a toda a classe. A pequena burguesia é uma classe muito ampla da sociedade e engloba subcamadas bastante diversificadas. Vejamos as principais:

- pequena burguesia rural, industrial e comercial;
- pequena burguesia dos serviços;
- quadros médios, professores e franjas das profissões liberais menos apoiadas financeiramente;
- empregados do comércio;
- operários especializados (o outro proletariado entra mais na categoria já definida como camponês-migrante-operário);
- estratos da grande e média burguesias que desceram economicamente para esta classe mas continuam ligados por laços familiares e culturais com as suas classes de origem, e são difusores importantes da ideologia burguesa;
- pessoal inferior dos serviços.

Para a criação do bloco social de apoio ao Sector Social Base, importa contar primeiramente com as camadas da pequena burguesia que vivem com rendimentos não superiores à média nacional.

Ora, o nosso projecto político contempla prioritariamente

a produção de bens e serviços socialmente úteis. Por bens e serviços socialmente úteis convencionou-se considerar todos aqueles que poderão vir a assumir uma importância decisiva na melhoria das condições de vida da grande maioria da população portuguesa. Com base no Inquérito às Despesas Familiares 1973/74, foi possível considerar como bens e serviços socialmente úteis por ordem decrescente da sua importância relativa os seguintes:

- . alimentos e bebidas;
- . bens e serviços ligados ao Habitat (habitação, água, energia doméstica, saneamento básico, recheio de habitação);
- . vestuário e calçado;
- . saúde;
- . educação e ocupação dos tempos livres;
- . transportes públicos.

Os bens e serviços apresentados representam mais de 90% das despesas médias anuais da maior parte da população portuguesa.

Este número é susceptível de entusiasmar em demasia se só se tiver presente o aspecto económico. Relativamente à pequena-burguesia, a alguns estratos desta classe, o factor económico pode não ser suficiente perante os factores ideológicos.

II - OS INIMIGOS POTENCIAIS DENTRO DAS PROPRIAS CLASSES DE APOIO

Vejamos quais os estratos da pequena burguesia eventualmente mais vinculados aos factores ideológicos e, portanto, menos interessados num apoio claro ao projecto político:

a) franjas da pequena burguesia:

. pequena burguesia comercial;

. empregados do comércio;

. estratos da grande e média burguesias que perderam poder económico.

No que diz respeito à pequena burguesia comercial o antagonismo ao projecto político derivará não apenas dos factores ideológicos mas também dos económicos.

Com efeito, o Sector Social Base não pode contemplar os interesses de uma larga faixa de comerciantes, sobretudo no que se refere a grossistas e intermediários. Os comerciantes que se dedicam às vendas a retalho não vivem as mesmas condições de base substancialmente especulativas.

Relativamente aos empregados de comércio, também uma larga

faixa destes trabalhadores, vive à sombra da "mimesis" ideológica. Este efeito superficial de imitação incide mais fortemente sobre os trabalhadores femininos, e estes acabam por influenciar poderosamente todo o ramo.

São várias as razões que conduzem os trabalhadores deste ramo de actividade a posições hiper-ideológicas. Já citámos a imitação do mundo exterior (mimēsis) tão característica desta camada de trabalhadores. Com efeito, o contacto com os clientes exerce um efeito projectivo no empregado-vendedor, levando-o ao "sonho".

Esse sonho de superação dos empregados-vendedores tem a ver com os clientes e suas maneiras de comportamento e com as próprias mercadorias que, quotidianamente, acariciam, manuseiam e vendem.

A contradição entre o mundo fantasmático da loja e as condições de vida destes trabalhadores do comércio, não é susceptível de ser comandada pelo real das suas vidas (*). Preferem a revolta no campo da "mimesis". Aliam-se por imitação às classes mais altas da sociedade. A imitação começa no vestuário e prolonga-se na linguagem e nos maneirismos da superficialidade bem educada.

A capacidade de sofrimento (encaixe) deste tipo de traba-

(*) Está em curso um trabalho sobre o ambiente familiar deste tipo de trabalhadores.

lhadores é bastante reduzida, se a compararmos com a dos camponeses ou operários.

A perda do equilíbrio emocional destes trabalhadores é muito rápida, devido ao facto de viverem apoiados fundamentalmente em pressupostos ideológicos em detrimento dos económicos e objectivos. A sua instabilidade é pois o reflexo dessa óptica de encarar a vida.

Trata-se, portanto, duma clientela que, em situações de crise, se poderá virar fácil e rapidamente para posições irracionais e reaccionárias.

A faixa de trabalhadores do comércio que se considera encontrar-se dentro deste espírito, é fundamentalmente constituída por:

- . empregados de balcão das lojas de vestuário (modas e prontos-a-vestir) lojas de electrodomésticos e discos, caixeiros viajantes, vendedores de propriedades e automóveis, empregados de sapataria, lojas de perfumaria e cosméticos, empregados de hotéis, restaurantes, empregados das lojas de mobiliário, etc.

O espírito englobante de toda esta ampla camada de empregados do comércio não deve ser entendido em termos estritamente mecanicistas e gerais. Obviamente que haverá excepções. Todavia, o pano de fundo ideológico dessa clientela, não é à partida, de molde a adequar-se à perspectiva do Sector Social Base,

pese embora a ligação muito directa destes trabalhadores, a sectores contemplados no Sector Social Base. Trata-se portanto de inteligir alianças tácticas com estas faixas de empregados comerciais, à luz de uma óptica de racionalização dos consumos dentro do espírito do Sector Social Base por um lado e das capacidades reais dos próprios consumidores por outro.

Relativamente aos extractos da grande e média burguesias que perderam o poder económico e passaram para a pequena burguesia, dificilmente se poderão contar com esta clientela em termos do Sector Social Base, dada a componente ideológica de carácter "revanchista" subjacente a esta franja de classe. Mesmo o condicionamento político, em termos tácticos, desta clientela, afigura-se extremamente difícil de conseguir. Pode valer na circunstância, o pouco significado numérico desta franja de classe.

No que diz respeito à pequena burguesia dos serviços, algumas dificuldades se poderão apresentar tendo em vista um eventual apoio ao nosso projecto. Essas dificuldades poderão incidir no pessoal afecto às seguintes actividades:

- bancos;
- seguros;
- serviços de contabilidade, secretariado e escrituração.

Relativamente aos sectores bancário e segurador actualmente estatizados os problemas sociais a prever são susceptíveis de

um controlo tático de acordo com as bases do nosso projecto político.

Com efeito, pensamos que o pessoal superior dos Bancos e dos Seguros (gestores) poderá vir a aderir a um projecto político que aponte para um dado modelo de desenvolvimento integrado e que dê resposta aos vícios estruturais da nossa economia.

O pessoal de carteira destes sectores poderá ter, de princípio, uma atitude de medo devido à mudança que normalmente terá lugar numa nova ordem que aponte para a reestruturação destes ramos de actividade. Todavia, parece-nos possível encontrar mecanismos táticos que compensem os riscos de mudança que o Sector Social Base impõe.

Fundação Cuidar o Futuro

Por outro lado, estes ramos de actividade encontram-se numa situação de privilégio em relação a outros serviços. Este aspecto é muito importante uma vez que o Sector Social Base não pode contemplar no imediato, o tipo de reivindicações salariais que é normal estes sectores colocarem. Na verdade, a tendência do Sector Social Base e do nosso projecto político aponta para uma melhor redistribuição dos rendimentos. Obviamente estes Serviços terão de suportar algumas baixas do poder de compra. É aqui que se situa o risco de estes trabalhadores poderem vir a ter um comportamento, a médio prazo, antagónico ao nosso projecto político.

Reportando-nos aos trabalhadores dos serviços de contabi-

lidade, secretariado e escrituração o problema é semelhante ao enunciado para o sector bancário e segurador mas no que se refere aos rendimentos o problema não é tão agudo. De facto, esta camada de trabalhadores é bastante mal remunerada se a compararmos com os bancários. Neste aspecto a situação é de mais fácil resolução táctica para o Sector Social Base. As diferenças tácticas para esta clientela serão mais centradas nos problemas relativos ao Habitat e à Segurança Social.

b) o camponês-emigrante-operário

A tríade camponês-emigrante-operário é também à primeira vista, um inimigo potencial do nosso projecto. E dizemos inimigo potencial porque o Sector Social Base tem de chamar a si as exigências e os estímulos desta grande camada da população portuguesa. Já vimos que esses estímulos e interesses se situam do seguinte modo:

- ter uma casa;
- possuir umas courelas;
- ter pê-de-meia;
- educar os filhos;
- demonstrar prestígio e que venceu na vida.

Se exceptuarmos o pê-de-meia todos os outros pontos encontram-se contemplados no Sector Social Base. Mas o que deve merecer particular realce na tentativa de chamar para o nosso campo o camponês-emigrante-operário, é o desenvolvimento da zona C do nosso território (*). Com efeito, a esmagadora maioria dos emigran

(*) Nos anexos inclui-se um mapa com as zonas A, B e C do país.

tes é oriunda desta zona. Incentivar portanto o desenvolvimento das suas terras de acordo por um lado com as exigências dos emigrantes e por outro com o desenvolvimento estratégico do Sector Social Base, é o objectivo que reputamos de primordial importância para o controlo tático da emigração portuguesa.

Fundação Cuidar o Futuro

- investigações de campo em zonas específicas;
- mapificação da capacidade cognitiva das classes sociais por regiões homogêneas;
- inventariação das empresas privadas de 50 a 100 empregados;
- inventariação das empresas privadas com mais de 100 empregados.

Alguns dos temas apresentados são de extrema importância para se poder avaliar, em termos quantitativos, qualitativos e espaciais, as outras classes antagónicas.

Na actual fase dos trabalhos e na matéria que se pretende tratar relativa às classes sociais portuguesas, estamos apenas em condições de tipificar algumas das componentes gerais que maior influência podem exercer no comportamento das classes antagónicas.

De uma maneira muito ampla podemos considerar a alta média burguesia e a média burguesia como classes antagónicas ao nosso projecto. Mas se apertarmos um pouco mais a malha e reflectirmos em termos de Sector Social Base, só serão frontalmente antagónicas as camadas da alta média e média burguesias que estejam ligadas aos sectores e serviços não considerados úteis quer internamente quer externamente.

Se a análise ao nível interno do que é útil e essencial é fácil, o problema ao nível externo - de exportação - pode não ser

tão claro. Contudo, poder-se-ia avançar dizendo que o sector exportador de bens não contemplados pelo Sector Social Base, terá certamente uma componente importada bastante grande - o que nos traz razões de troca desfavoráveis.

Exceptuando as camadas da alta média e média burguesias que actuam no quadro descrito, parece-nos crível que os restantes estratos destas classes, tenham as suas empresas dentro do campo viável do Sector Social Base.

O problema que se colocará a seguir tem a ver com a capacidade cognitiva destas classes em ordem à percepção extemporânea dos objectivos teleológicos do Sector Social Base. Com efeito, é de extrema importância táctica condicionar a descoberta por estas classes dos objectivos estratégicos do Sector Social Base.

Esta táctica terá certamente de ser adoptada para evitar a todo o custo roturas ideológicas nestas classes, uma vez que no momento actual o peso económico desta clientela é ainda suficientemente forte para poder ocasionar prejuízos irreparáveis.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alianças estratégicas do Sector Social Base têm a ver com as duas classes dominantes em termos quantitativos e de trabalho da sociedade portuguesa: a classe camponesa e a pequena burguesia. Na segunda parte deste documento abordamos algumas das dificuldades que certamente serão postas por algumas camadas da pequena-burguesia. O projecto político terá de ser suficientemente maleável para criar condições de alianças táticas com parte desta clientela.

Fundação Cuidar o Futuro

No que se refere ao camponês-emigrante-operário essa aliança tática terá de dar lugar, com o decorrer do projecto, a uma aliança sólida.

Consideramos esta clientela de grande importância tática na implementação do Sector Social Base:

Ainda no seio da pequena burguesia outras alianças táticas se impõem mormente com os comerciantes retalhistas e com o operariado.

Estas alianças táticas enquadram-se, de uma maneira geral, dentro do espírito do Sector Social Base, uma vez que se

trata de trabalhadores socialmente úteis.

No que se refere ao sector dos serviços terá de se proceder à hierarquização das condições de vida destes trabalhadores em ordem a estimulá-los de acordo com alguns dos seus objectivos mais prementes. Esses objectivos podem ser de vária ordem. Mas pensa-se que os problemas relacionados com o Habitat, saúde, educação e segurança social, são os parâmetros que maior importância podem vir a ter no estímulo destes trabalhadores.

No que diz respeito à alta média e média burguesias, as alianças táticas possíveis não serão obviamente perenes. Se para algumas camadas desta classe é possível e necessário conceber alianças essas só serão possíveis se daí resultarem lucros concretos no imediato. Com efeito, o projecto político mesmo que seja colocado em termos de Salvação Nacional e de melhores condições de vida para o povo, só poderá contar com a alta e média burguesias se o bem para o povo coincidir com o seu próprio bem.

Ora, esta situação de coincidência de interesses não pode ser duradoura. Na verdade, o nosso projecto político prevê apenas alianças táticas com estas classes enquanto elas existirem e forem capazes de continuar a existir.

O Sector Social Base tende para um modelo de desenvolvimento que não contempla este tipo de classes.

Por outro lado, convem vincar claramente que o nosso modeo

lo de desenvolvimento está inscrito dentro do quadro democrático, pluralista e constitucional. As alianças táticas e estratégicas que se afiguram possíveis para o Sector Social Base, colidem directamente com os interesses de todos os partidos políticos.

O Sector Social Base poderá (terá de) ser na fase inicial do projecto político um englobante que se consubstancie no princípio estético da unidade na diversidade de interesses.

A falta amplamente demonstrada de princípios e objectivos pelas forças políticas mais significativas, abre boas perspectivas neste ponto tático.

Fundação Cuidar o Futuro

O projecto político terá forçosamente de dar respostas objectivas precisamente nos campos estratégicos onde a incapacidade político-partidária mais se evidenciou. Esses campos estratégicos do aparato económico e social do país, encontram a sua expressão harmónica de desenvolvimento integrado no Sector Social Base.

Na presente fase de trabalhos foi-nos possível chegar a um mapa que é o ponto de partida para aquilatar a capacidade cognitiva das classes sociais. Esse mapa integra indicadores demográficos, económicos e ideológicos, alguns compostos e que a seguir se descriminam:

- 1 - Dinâmica populacional, englobando a estrutura etária e a evolução da população entre 1970/76;
- 2 - Comportamento Eleitoral em três eleições (Assembleia Constituinte, Assembleia da República e Autarquias Locais);
- 3 - Concelhos agrícolas e não agrícolas, englobando a relação entre o PAB/PIB, e entre População Activa Agrícola/População activa total.
- 4 - Riqueza agrícola, englobando a produtividade do seguinte modo: PAB/Superfície Cultivada e PAB/Activos Agrícolas;
- 5 - Dimensão média da exploração agrícola.

E para além destes cinco grandes grupos de indicadores foi ainda possível adjectivar o mapa com o seguinte:

- número de habitantes por padre;
- repulsão e atracção da população por concelho e comportamento emigratório;
- comportamento eleitoral - abstenções nas três eleições;
- inimigos potenciais de classe do Sector Social Base.

Este mapa poderá estar em condições de nos dar efectivamente resultados muito significativos, na próxima fase do projecto político prevista para Abril/Maio de 1979.

Será então possível determinar com um certo rigor a capa-

cidade cognitiva das classes sociais e definir as alianças táticas e estratégicas do projecto político.

O presente trabalho é apenas o prelúdio desse objectivo complexo e moroso que nos propomos fazer.

Fundação Cuidar o Futuro

Fundação Cuidar o Futuro

ANEXO 1 - ENSAIO DE QUANTIFICAÇÃO MACROECONÓMICA
E DE REPARTIÇÃO ESPACIAL DO SECTOR SO-
CIAL DE BASE

1. Introdução

No documento SECTOR SOCIAL DE BASE - TENTATIVA DE DELIMITAÇÃO enunciam-se os critérios essenciais definidores do Sector Social de Base, no sentido de o visualizar a dois níveis: o das classes sociais e respectivas fracções capazes de o inteligir e implementar no quotidiano e o das incidências sectoriais do aparelho produtivo com ele relacionado. A análise do Inquérito às despesas familiares de 1973-74 permitiu-nos uma primeira aproximação ao conjunto de bens e serviços que satisfazem as necessidades essenciais da população portuguesa, a partir do qual se avançou uma prefiguração sectorial do aparelho produtivo sector social de base.

Consideram-se para o efeito quatro núcleos sectoriais centrais cuja eleição, além de integrar o referido conjunto de bens e serviços, procurou ajustar tal característica com a sua capacidade de aproveitamento dos recursos internos disponíveis ou potenciais:

- Núcleo I - Agricultura, Pecuária, Pesca e Silvicultura
- Núcleo II - Construção Civil e Obras Públicas
- Núcleo III - Vestuário e Calçado
- Núcleo IV - Transportes

No entanto, a incidência sectorial dos sectores componentes dos quatro núcleos centrais não se esgota enquanto tal, já que o seu modo de inserção na rede de relações intersectoriais da economia portuguesa prolonga a montante e a jusante os seus efeitos de arrastamento.

Tomando por base a matriz das relações intersectoriais de 1974, determinaram-se, em função dos fluxos criados a montante e a jusante pelos referidos núcleos centrais, núcleos integrados, cuja composição foi posteriormente corrigida tendo em conta os critérios aferidores do Sector Social de Base. O trabalho "caracterização da estrutura global do sector da Construção Civil e Obras Públicas" na perspectiva do seu modo de inserção no sistema de relações interindustriais da economia portuguesa constitui um exemplo da metodologia utilizada. Ela permite definir os núcleos integrados em termos de sectores-matriz que mantêm, com os núcleos centrais, relações que podem considerar-se representativas. Os núcleos integrados designaram-se por:

- I - Sistema Agro-alimentar
- II - Habitat
- III - Vestuário e Calçado
- IV - Transportes

A composição do sistema agro-alimentar procura integrar, à luz dos critérios definidores do Sector Social de Base, o modo como no quadro actual do aparelho produtivo interno e das relações agricultura indústria, o núcleo central agricultura-pecuária-

-silvicultura-pesca se articula com a indústria transformadora, especialmente as alimentares. A inclusão da silvicultura no núcleo central do sistema agro-alimentar deve-se apenas ao facto de se ter procurado não a isolar dos restantes elementos do primário - agricultura, pecuária e pesca - ainda que a sua função essencial no modelo integrado Sector Social de Base seja a de produzir input para o núcleo Habitat.

Este último, tendo por elemento gerador o sector da Construção Civil e Obras Públicas, inclui a montante os sectores susceptíveis de, significativamente serem arrastados pela expansão da produção do sector gerador e, a jusante, o conjunto de produtos cujo consumo está largamente correlacionado com o incremento da Construção Civil e Obras Públicas, tal como, por exemplo, a produção de mobiliário.

Fundação Cuidar o Futuro

Quanto ao núcleo integrado Vestuário e Calçado o alargamento do seu âmbito foi atingido incorporando os sectores fornecedores de inputs intermédios mais significativos - textéis de lã e algodão e o sector de curtumes e peles.

Por fim, no que respeita ao sector Transportes, a análise matricial permite observar que, além do consumo de combustíveis, cujo tratamento será incorporado numa fase posterior deste trabalho, o sector produtor de material de transportes constitui o seu fornecedor mais representativo, pelo que o núcleo integrado transportes integra o serviço respectivo e a produção de equipamento-material de transporte.

Fundação Cuidar o Futuro

<u>Classe Complementar</u>	<u>Ramos de Actividade</u>	<u>Nº C.A.E.</u>
2. Núcleo Complementar		
A. Carne e lacticínios	Preparação e fabrico de conservas de carne	3 111.2.0.
	Indústria de lacticínios	3 112.0.0.
B. Frutas	Conservação de frutas e produtos hortícolas	3 113.00
C. Peixe	Conservação de peixe e outros produtos da pesca	3 114.10
	Congelamento de peixe e de outros produtos da pesca	3 114.20
	Secagem de peixe e de outros produtos da pesca	3 114.30
D. Cereais	Moagem de farinha	3 116.20
	Descasque de arroz	3 116.30
	Produção de farinhas preparadas	3 116.50
	Panificação	3 117.10
	Fabricação de bolachas e biscoitos	3 117.30
	Fabricação de massas alimentícias	3 117.40
E. Óleos Alimentares	Refinação de azeite e outros óleos alimentares	3 115.23
	Fabricação de margarina	3 115.40

Fundação Cuidar o Futuro

<u>Classes Consideradas</u>	<u>Ramos de Actividade</u>	<u>Nº C.A.E.</u>
F. Alimentos compostos para animais	Produção de alimentos compostos para animais	3 122.00
G. Adubos e Pesticidas	Fabricação de adubos	3 512.10
	Fabricação de pesticidas	3 512.20
H. Máquinas agrícolas	Fabricação de máquinas e equipamento agrícola	3 822.00
I. Máquinas para Indústrias alimentares e conservação pelo frio	Fabricação de máquinas para indústrias da alimentação e bebidas	3 824.10
	Fabricação de Aparelhos de ventilação, refrigeração e frigorigeração	3 829.10

II. Habitat

1. Núcleo Central

A. Construção Civil e Obras Públicas	Construção Civil e Obras Públicas	5 000
--------------------------------------	-----------------------------------	-------

2. Núcleo Complementar	Fabricação de cimento	3 692.10
------------------------	-----------------------	----------

B. Cimento, Minerais não metálicos e tintas	Fabricação de porcelanas, faiança, grés e olaria de barro	3 610.00
---	---	----------

	Fabricação de barro para construção e produtos refractários	3 691.00
--	---	----------

	Fabricação de cal hidráulica	3 692.20
--	------------------------------	----------

	Fabricação de gesso	3 692.30
--	---------------------	----------

	Fabricação de artigos de lousa	3 699.10
--	--------------------------------	----------

<u>Classes Consideradas</u>	<u>Ramos de Actividade</u>	<u>Nº C.A.E.</u>
B. (continuação)	Fabricação de artigos em fibrocimento	3 699.20
	Fabricação de artigos de cimento e mármore	3 699.30
	Fabricação de cantarias e de outros produtos de pedra	3 699.50
	Fabricação de tintas, vernizes e lacas	3 521.00
C. Extracção de minerais não metálicos	Extracção de pedras, argila e areia	2 901.00
	Extracção de sal-gema	2 903.20
	Extracção de outros minerais não metálicos	2 909.00
D. Produtos metálicos e de ferro e aço	Fabricação de ferramentas manuais	3 811.20
	Fabricação de louça metálica	3 819.10
	Fabricação de pregos, parafusos e artigos de arame	3 819.20
	Fabricação de latoaria e embalagens metálicas	3 819.30
	Fabricação de outros produtos metálicos	3 819.90
	Obtenção de laminagem de ferro e aço e fabricação de folha de flandres	3 710.10
	Fabricação de tubos de aço	3 710.70
	Indústrias básicas de ferro e aço	3 710.90

<u>Classes Consideradas</u>	<u>Ramos de Actividade</u>	<u>Nº C.A.E.</u>
E. Madeira	Serração de madeira	3 311.10
	Carpintaria	3 311.20
	Folheados e contraplaca- dos	3 311.30
	Aglomerados de partículas de madeira	3 311.40
F. Máquinas e Equi- pamentos	Fabricação de máquinas pa- ra a indústria da cons- trução civil e outras má- quinas	3 824.49
G. Alcatifas e Tape- tes	Fabricação de alcatifas, tapetes, carpetes e pas- sadeiras	3 214.10
H. Mobiliário e Col- choaria	Fabricação de mobiliário de madeira e operações conexas	3 320.10
	Fabricação de gelosias para portais e janelas	3 320.30
	Fabricação de colchoaria	3 320.40
III. Vestuário e Calçado		
A. Fiação, tecelagem e acabamento	Fiação, tecelagem e aca- bamento de lãs e mistos	3 211.20
	Fiação, tecelagem e acaba- mento de algodão, fibras artificiais, sintéticas e mistas	3 211.30
B. Confeção de artigos de vestuário e cha- pelaria	Fabricação de malhas	3 213.0.0.
	Fabricação de artigos de vestuário em série	3 220.20.
	Fabricação de artigos de chapelaria	3 220.30.

<u>Classes Consideradas</u>	<u>Ramos de Actividade</u>	<u>Nº C.A.E.</u>
C. Cortumes e peles	Indústria dos cortumes e de artigos de pele	3 231.20
	Corte e preparação do pelo	3 219.20
D. Calçado e Malas	Fabricação de malas, pastas, artigos de viagem e de uso pessoal	3 233.10
	Fabricação de calçado, excepto plástico, borracha e madeira	3 240.00
IV. Transportes		
1. Núcleo Central	Transportes	
2. Material de transporte	Fabricação de material de caminho de ferro	3 842.00
	Fabricação e montagem de veículos a motor	3 843.10
	Fabricação de carroçarias e atrelados para veículos a motor	3 843.20
	Fabricação de peças e acessórios para veículos a motor	3 843.30
	Fabricação de motociclos e bicicletas	3 844.00.

O conjunto de 68 ramos de actividade que o nível de desagregação ensaiado permite reter constitui já uma abordagem suficientemente representativa do aparelho produtivo directa e indirectamente articulado com o Sector Social de Base. Outros aperfeiçoa-

mentos são possíveis, se, por exemplo, for considerado integralmente o potencial extractivo do país (do qual, nesta fase, se considerou apenas o ramo mais directamente ligado à Construção Civil e Obras Públicas), ou se for viável aprofundar o conhecimento da cadeia produtiva na qual os sectores considerados se inserem.

3. Ensaio de Quantificação da Incidência Macroeconómica do Aparelho Produtivo Sector Social de Base.

A importância estratégica do Sector Social de Base enquanto dinâmica motora de um novo modelo de desenvolvimento, não deve fazer-nos abdicar da quantificação do peso macroeconómico que a amostra considerada representa do ponto de vista estático. Por outras palavras, importa avaliar qual a margem percentual de contribuição que os referidos sectores apresentam para a formação de variáveis, tais como o valor acrescentado bruto, emprego e défice da balança comercial.

A necessidade de reportar a referida quantificação a um período comum, no sentido de proporcionar análises comparativas, determinou que se abdicasse, nesta fase, de quantificar os núcleos centrais agricultura, pecuária, pesca e silvicultura e transportes (serviços).

3.1. Contribuição para o valor acrescentado bruto

Já que os ramos de actividade componentes da amostra consi

derada se inserem no conjunto formado pela indústria extractiva, indústria transformadora e construção civil e obras públicas, calculou-se o valor acrescentado bruto gerado nesse conjunto de sectores produtivos, no ano de 1976 e, em função de tal valor (118 178 786 contos, a preços correntes), calcularam-se as margens de contribuição percentual do Sector Social de Base e respectivos elementos componentes.

Para a amostra considerada, o Sector Social de Base contribui em 62,6% para o valor acrescentado bruto gerado na referida faixa do aparelho produtivo. No que respeita aos sub conjuntos considerados, o núcleo complementar do sistema agro-alimentar responde por 8,7%, os núcleos integrados habitat e vestuário e calçado, respectivamente por 36,0% e 15,2% e a produção de material de transporte por 2,7%.

Fundação Cuidar o Futuro

Na perspectiva do valor acrescentado bruto gerado apenas na indústria transformadora, a incidência macroeconómica do Sector Social de Base não deixa de ser também relevante. O núcleo complementar do sistema agro-alimentar, as componentes do núcleo complementar do habitat inseridos na indústria transformadora, o núcleo integrado vestuário e calçado e a produção de material de transporte representam, em conjunto, 53,3% do valor acrescentado bruto formado apenas na indústria transformadora (respectivamente, 11,1%; 19,4%; 19,4% e 3,4%).

Uma análise mais pormenorizada do quadro que junto se inclui permitirá obter o mesmo tipo de informação em termos de gru

pos mais restritos de ramos de actividade, destacando por ordem decrescente de importância relativa, o sector da Construção Civil e Obras Públicas propriamente dito, a classe fiação, tecelagem e acabamento, a classe das indústrias alimentares stricto sensu e a fabricação de cimentos, minerais não metálicos e tintas.

3.2. Contribuição para o Nível de Emprego.

O montante de pessoal ao serviço dos diversos ramos de actividade constitui uma aproximação não só a uma distribuição da população activa por ramos de actividade, como indirectamente do peso relativo dos mesmos ramos em matéria de emprego. Constitui aliás a única informação disponível, em 1976, para o nível de desagregação que se pretendia utilizar.

Fundação Cuidar o Futuro

A metodologia seguida é idêntica à do número anterior. Calculou-se o montante total de pessoal ao serviço (independentemente da posição assumida por cada individuo no processo de trabalho) do referido conjunto de sectores produtivos - indústria extractiva e transformadora e construção civil e obras públicas. O Sector Social de Base, na configuração que esta fase de trabalho lhe atribui, absorve 71% desse total, o que lhe confere uma assinalável participação no nível de emprego. Enquanto que os ramos da indústria transformadora pertencentes ao sistema agro-alimentar e a produção de material de transporte apresentam contribuições percentuais semelhantes às que haviam sido calculadas em termos de VAB (8,6% e 2,2%, respectivamente), os

núcleos integrados habitat, vestuário e calçado vêm aumentada a sua importância relativa (40,5% e 19,7%) o que está de acordo com os níveis que a relação capital/trabalho assume, em média em tais sectores.

No que toca à incidência sobre apenas a indústria transformadora, os ramos de actividade nela inseridos que pertencem, por sua vez, aos quatro núcleos componentes do Sector Social de Base absorvem 61,6% do total do pessoal ao serviço daquela, o que confirma as conclusões obtidas no número anterior.

3.3. Contribuição para o Produto Interno Bruto ao Custo de Factores.

No sentido de alargar o grau de conhecimento da incidência macroeconómica do Sector Social de Base procurou medir-se a sua margem de contribuição para o produto interno bruto ao custo de factores. Deve considerar-se, no entanto, a referida informação como meramente indicativa, já que, o valor disponível para o PIB cf constitui uma estimativa do Departamento Central de Planeamento e do Banco de Portugal, certamente realizada utilizando uma metodologia e fontes diversas das que tornaram possível o cálculo do valor acrescentado bruto para os ramos componentes do Sector Social de Base.

Nesses termos, a contribuição de 17,1% para o PIB cf que cabe à configuração ensaiada para o Sector Social de Base deve ser entendida em termos hábeis. Assim, por exemplo, se incluíssemos adicionalmente na amostra o núcleo central agricultura,

pecuária, silvicultura e pescas, os sectores de electricidade, gás e água, transportes e comunicações, educação e saúde aquela percentagem de contribuição atingiria, por certo, valores mais elevados. Resta acrescentar que é razoável admitir que o montante de valor acrescentado bruto calculado para o conjunto de ramos do Sector Social de Base de acordo com as Estatísticas Industriais - Extractivas e Transformadoras e Estatísticas da Construção Civil e Obras Públicas está subavaliado relativamente à estimativa de contribuição para o PIB cf que, relativamente a idênticos ramos de actividade, o Departamento Central de Planeamento e o Banco de Portugal realizam. É pois de considerar como subavaliada a percentagem obtida de 17,1%.

3.4. Contribuição ou capacidade de correcção do défice da Balança comercial.

O lugar que Portugal sistematicamente ocupou no processo de divisão internacional do trabalho e nas diversas instâncias do sistema de economia mundial é um factor essencial para a explicação do carácter distorcido da estrutura produtiva interna e traduz presentemente pela natureza claramente estrutural do défice externo.

Interessava pois avaliar a esse nível a incidência macroeconómica do Sector Social de Base. Tentou-se, nesse sentido, quantificar os fluxos directos de exportações e importações que os ramos integrantes do Sector Social de Base implicaram em 1976, procurando avaliar quais as suas margens de contribuição

ou correcção do défice da balança comercial. Trata-se também, neste caso, de uma análise meramente indicativa já que é desenvolvida sob limitações que convém desde já explicitar.

Em primeiro lugar, os cálculos efectuados contemplam apenas os fluxos directos de exportações e importações, isto é, os que são fornecidos por cada rubrica das Estatísticas do Comércio Externo. Ora, um determinado ramo poder exportar não a apenas o valor acrescentado que é, em si próprio, gerado, mas pos sibilitar que, por seu intermédio, se exporte valor acrescenta do gerado em outros sectores que consigo mantêm relações de intercomplementaridade. Por outro lado, esse mesmo ramo pode utilizar essencialmente inputs de origem nacional, mas que, pa ra serem produzidos internamente, recorram a inputs importados. Daí que só uma análise matricial desenvolvida permite efectivamente apreender o grau de dependência estrutural que eventualmente caracterize alguns dos núcleos do Sector Social de Base. É para esse tipo de análise que a segunda fase de elaboração do projecto político será orientada.

Por último, a desagregação ensaiada para configurar o aparelho produtivo articulado com o Sector Social de Base tem por critério o de ramo de actividade (classificação das actividades económicas) enquanto as Estatísticas do Comércio Externo são organizadas em termos de produto. Impôs-se, por conseguinte, um aturado processo de estabelecimento de correspondências entre a CAE e a CMCE, recorrendo frequentemente a crité-

rios pragmáticos.

Tendo em conta as limitações enunciadas e a natureza indicativa das conclusões que dele decorrem, observa-se que os ramos integrantes do Sector Social de Base respondem por 18,6% do défice da balança comercial verificada em 1976, destancando-se entre eles o núcleo integrado habitat (7,7%) e a produção de material de transporte (11,4%). Dado que, quanto ao núcleo habitat, são essencialmente as classes que integram os ramos produtores de produ^{tos} metálicos e de ferro e aço e de máquinas e equipamento os principais responsáveis pela comparticipação total do núcleo no referido défice, é visível a este nível o carácter distorcido da estrutura produtiva interna.

O peso relativamente mais baixo da contribuição para o défice comercial representado pelo núcleo complementar do sistema agro-alimentar (3,6%) e a circunstância de o núcleo vestuário e calçado apresentar inclusivamente um saldo positivo (corrigindo em cerca de 4% o défice verificado) devem-se ao facto dos referi^{dos} ramos se inserirem nas exportações tradicionais portuguesas.

3.5. Algumas conclusões

Os resultados obtidos com a tentativa de quantificação macroeconómica realizada confirmam o peso que se antevia para o aparelho produtivo identificado com o Sector Social de Base. A contribuição para a formação do valor acrescentado bruto e a sua margem de absorção de emprego permitem concluir tratar-se de um conjunto de ramos de actividade dotado de uma capacidade de dis-

posição e susceptibilidade de encontrar agentes implementadores bastante apreciáveis. A importância significativa que os resultados obtidos estatisticamente ratificam, deverá suceder-se a demonstração da viabilidade em apostar em tais núcleos como elementos motores de um modelo de desenvolvimento, isto é, da sua capacidade em proporcionar ritmos de crescimento compatíveis com as alianças táticas e estratégicas do projecto político, o que constitui, como já foi referido, objectivo fundamental da segunda fase de elaboração do mesmo projecto.

No que respeita às limitações da análise das implicações do Sector Social de Base em matéria de comércio externo, decorrentes de uma eventual subavaliação da componente importada do fluxo de exportação, bem como da componente indirecta das próprias importações, embora a uma análise metodológica necessariamente menos actualizada possa confirmar essa hipótese, pode dizer-se entretanto que, tratando-se no caso presente de núcleos integrados, isto é, incorporando uma estrutura de inputs intermédios, as referidas limitações ainda que reais são minimizadas.

4. Repartição espacial do Sector Social de Base

4.1. Introdução

As assimetrias espaciais geradas e reproduzidas pelo modelo de acumulação a que o Sector Social de Base se contrapõe, determinam que a formulação do modelo alternativo tenha obrigatoriamente em conta a distribuição pelo território dos núcleos produtivos sintonizados com o projecto. A análise da incidência

regional de tais núcleos é fundamental para conhecer os embriões existentes capazes de, sendo impulsionados, fixar população, distribuir rendimento adicional e mobilizar recursos disponíveis e potenciais.

A desagregação por concelhos das principais grandezas macroeconómicas incluídas nas Estatísticas Industriais-Transformadoras 1976 constitui uma excelente base de trabalho para avaliar o grau de importância espacial e concelhia que os quatro núcleos considerados no Sector Social de Base revestem. A publicação do INE - Recenseamento Industrial de 1972 - completará a informação para os sectores integrantes da referida amostra, mas não pertencentes às indústrias transformadoras.

Incluem-se nesta fase inicial do projecto as conclusões decorrentes do estudo da distribuição concelhia do montante de pessoal ao serviço de:

1. Núcleo complementar do sistema agro-alimentar
2. Núcleo integrado Habitat
3. Núcleo integrado Vestuário e Calçado
4. Produção de material de transporte

Ao longo da segunda fase de elaboração do projecto serão analisadas idênticas distribuições em termos de valor acrescentado bruto, bem como distribuições para classes mais desagregadas de tais núcleos e um eventual cruzamento da informação pessoal ao serviço - valor acrescentado bruto. A opção nesta primeira fase em favor da distribuição pessoal ao serviço resulta fun-

damentalmente da urgência em apreender a incidência espacial de focos absorsores de emprego directamente articulados com o Sector Social de Base.

4.2. Distribuição concelhia do pessoal ao serviço dos ramos da indústria transformadora inseridos no sistema agro-alimentar.

O mapa S - 3 visualiza a distribuição acima indicada que, após a análise do correspondente histograma, assentou numa estratificação em cinco classes de concelhos que:

- A - não absorvem qualquer montante de pessoal ao serviço
- B - representam 0 a 0,5% (exclusivê)
- C - representam 0,5 a 1% (idem)
- D - representam 1 a 3,5% (idem)
- E - representam 3,5% ou mais

Embora a distribuição em causa sugira um certo grau de dispersão por todo o território, o que denota que quase em todos os concelhos existem núcleos criando emprego no domínio das agro-alimentares, a sua tónica essencial é ainda o carácter fortemente assimétrico do modo como se reparte no espaço o pessoal ao serviço deste conjunto de ramos da indústria transformadora. Assim, nos concelhos de Lisboa, Loures e Matosinhos situam-se 12 651 pessoas, isto é, cerca de 17,1% do total absorvido pelo sector, o que corresponde no mapa às manchas vermelhas. Por outro lado, se observarmos que os 21 concelhos pertencentes à classe D (manchas laranjas) empregam 27 721 pessoas, isto é, 37,6%

do total, verifica-se, por conseguinte, que apenas em 24 concelhos se radicam 54,7% do total das pessoas que estão ao serviço das agro-alimentares.

A análise do mapa permite ainda verificar que, com excepção de Abrantes, os referidos 24 concelhos se localizam na faixa litoral, acompanhando neste aspecto a assimetria regional da própria indústria transformadora.

A distribuição da classe C, cujo significado e importância se esbatem fortemente, confirma a tendência anteriormente assinalada, embora alguns concelhos pertencentes a esta classe se situem na zona interior do país (Mirandela, Castelo Branco, Aviz, Arraiolos e Évora).

Fundação Cuidar o Futuro

4.3. Distribuição concelhia do pessoal ao serviço do núcleo integrado Habitat

O mapa nº descreve a distribuição acima indicada, recorrendo para tal a uma estratificação em quatro classes de concelhos definidas segundo os seguintes limites de contribuição percentual para o total do pessoal ao serviço:

Classe A - 0%

Classe B - 0% a 1%

Classe C - 1% a 4%

Classe D - 4%

A leitura do mapa torna evidente a disseminação por todo o território da mancha branca correspondentes aos concelhos carac

terizados por uma contribuição entre 0 e 1% para o total da variável em análise. Distribuída por toda essa mancha, está 39,7% da população empregada neste núcleo integrado o que corrobora o carácter "aparente" desta disseminação, alicerçada em pequenos núcleos de raiz eminentemente local.

Nos concelhos de Lisboa e Porto situam-se 64 798 pessoas, o que corresponde a 23,3% do total, facto que oculta, por sua vez, um desequilíbrio extremo entre aqueles concelhos, já que Lisboa participa com 16,7% e o Porto apenas com 6,6%. A assimetria emerge uma vez mais, quando se observa que a classe C, composta por 20 concelhos, abrange 37% do total, o que adicionado à classe D prefaz 60,3% do total situado apenas em 22 municipalidades. Dos 20 concelhos da classe C, 12 situam-se de novo nas áreas dos distritos de Lisboa e Porto, alinhando pelas conclusões anteriores, não existindo qualquer representação significativa no interior do país.

Dada a circunstância do núcleo integrado habitat incluir 31 ramos de actividade económica, o que lhe confere um sensível grau de agregação, a distribuição agora caracterizada requer de composições adicionais com o objectivo de avaliar do significado real que a disseminação da classe B de concelhos por todo o território apresenta.

4.4. Distribuição concelhia do pessoal ao serviço do núcleo integrado vestuário e calçado

A observação do mapa S 5 torna claro que este núcleo integrado apresenta um número elevado de rarefacção na sua distribuição pelo território, ao contrário do que se verificava nas duas distribuições anteriores.

Assim, os concelhos que integram a classe D (participação individual maior ou igual a 5%) - Guimarães, Famalicão, Porto e Santo Tirso - empregam 62 730 pessoas o que equivale a 37,1% do total do pessoal ao serviço do sector. Aliás, a mancha de concelhos que envolve o do Porto, constituída por 18 unidades, emprega 116 161 pessoas, ou seja, 68,8% do total, números que atestam claramente a elevada concentração que se verifica nesta zona. Adicionando a este núcleo geográficamente demarcado, os restantes elementos da classe C, o nível de emprego absorvido aumenta para 141 882, isto é, 84% do total. Pode dizer-se grosseiramente que, no interior do triângulo com vértices em Póvoa de Lanhoso, Lisboa e Castelo Branco, se situam os principais elementos do núcleo integrado vestuário e calçado, confirmando o passado longínquo da sua implantação espacial.

4.5. Distribuição concelhia do pessoal ao serviço do sector produtor de material de transporte.

A distribuição espacial que resulta da estratificação em classes de concelhos apresentada na legenda do mapa S 6 traduz, relativamente às distribuições anteriores, um reforço nítido do seu carácter assimétrico, a que não é alheio o estatuto tecnológico dos ramos seus componentes, em regra designados como ramos

da indústria moderna.

Os cinco concelhos com contribuição individual superior, ou igual a 5% empregam 11 498 pessoas, correspondentes a 62,3% do total (Águeda, Aveiro, Azambuja, Oeiras, Vila Nova de Gaia e Setúbal). Alargando esse núcleo à classe C o nível de emprego é absorvido aumenta para 16 851 pessoas, equivalentes a 91,3% do total.

Mangualde, Guarda e Abrantes constituem os únicos pontos de implantação deste conjunto de ramo no interior, empregando apenas 1 412 pessoas, esbatendo ainda mais nessa zona do território a já reduzida capacidade de absorção deste sector.

4.6. Conclusões

Independente de posteriores análises mais desagregadas, pode dizer-se que a distribuição espacial concelhia dos núcleos do Sector Social de Base considerados reflecte a concentração e assimetrias espaciais decorrentes do modelo de crescimento/desenvolvimento seguido. Embora o conjunto de ramos da indústria transformadora agro-alimentar e o núcleo integrado habitat apresentem uma disseminação pelo território à custa de pequenos núcleos empresariais, o que não invalida a elevada concentração das mesmas na zona do litoral, a presente análise não permite por si só avaliar das potencialidades implementadoras do Sector Social de Base existentes na zona interior do país. A dinâmica populacional mais recente, as potencialidades agrícolas, pecuárias e silvícolas, o potencial do sub-solo e a desagregação da própria

análise agora desenvolvida, constituem factores cujo cruzamento com a informação sistematizada neste trabalho pode enriquecer substancialmente as presentes conclusões.

Fundação Cuidar o Futuro

QUANTIFICAÇÃO MACROECONÓMICA DO SECTOR SOCIAL DE BASE

1976

OBS

SECTORES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PESSOAL AO SERVIÇO	VALOR ACRESCENTADO BRUTO (CONTOS)	EXPORTAÇÕES (CONTOS)	IMPORTAÇÕES (CONTOS)	CONTRIBUIÇÃO % PARA TOTAL DO PES. AO SERV. DA IND. TRANSF. + C. CIVIL E OBRAS PÚB. + IND. EXTRACTIVA	CONTRIBUIÇÃO % PARA V.A.B. DA IND. TRANSF. + C. CIVIL E OB. PÚBLICAS + IND. EXTRACTIVA	CONTRIBUIÇÃO % PARA O PRODUTO INTERNO BRUTO AO CUSTO DE FAZDE.	CONTRIBUIÇÃO % PARA O TOTAL DE EXPORTAÇÕES	CONTRIBUIÇÃO % PARA O TOTAL DE IMPORTAÇÕES	CONTRIBUIÇÃO OU CAPACIDADE DE CORRECÇÃO DO DÉFICE DA BALANCA COMERCIAL (%)
						857 552	118 178 786	432 605 000	55 088 512	130 858 582	-75 770 070
II. HABITAT (CONT.)											
D. PRODUTOS MET.											
E DE FERRO E AÇO	552	35.224	5.297.636	1.356.340	8.038.915	4,5	4,1	1,2	2,5	6,1	
E. MADEIRA	1.815	26.335	2.683.955	1.607.841	122.713	2,3	3,1	0,6	2,9	0,09	
F. MÁQ. E EQUIPAM.	18	1.185	184.693	96.674	1.095.112	0,2	0,1	0,04	0,2	0,8	
G. ALCATIFAS ETAP.	37	3.483	551.945	222.198	17.960	0,5	0,4	0,1	0,4	0,01	
H. MOB. E COLCHOAR	768	16.583	1.716.043	19.232	42.224	1,5	2,0	0,4	0,03	0,03	
III. VEST. E CALÇADO											
A. FIAÇÃO, TECE- LAGEM E ACABAM											
	2.004	168.933	18.011.812	12.273.686	9.117.505	15,2	19,7	4,2	22,3	7,0	4,0
B. CONFECÇÃO DE											
ART. VEST. E CHAPELARI	592	88.346	9.536.177	4.934.534	7.938.789	8,1	10,3	2,2	9,0	6,1	
C. CONFECÇÃO DE											
ART. VEST. E CHAPELARI	853	60.270	6.239.374	5.971.968	543.147	5,3	7,0	1,4	10,8	0,4	
D. CONFECÇÃO DE											
C. CURTUMES E PELES	116	3.163	555.683	163.304	590.416	0,5	0,4	0,1	0,3	0,5	
E. CONFECÇÃO DE											
D. CALÇADO E MALAS	443	17.154	1.680.578	1.203.862	45.153	1,4	2,0	0,4	2,2	0,03	
IV. TRANSPORTES											
A. MAT. TRANSPORTE	134	18.444	3.139.268	501.764	9.118.437	2,7	2,2	0,7	0,9	7,0	11,4
V. TOTAL S.S.B.											
	21.513	608.835	73.944.711	21.943.374	36.009.273	62,6	71,0	17,1	40,0	27,6	18,6

Fundação Cuidar o Futuro

(5)

QUANTIFICAÇÃO MACROECONÓMICA DO SECTOR SOCIAL DE BASE

1976

SECTORES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PESSOAL AO SERVIÇO	VALOR ACRESCENTADO BRUTO (CONTOS)	EXPORTAÇÕES (CONTOS)	IMPORTAÇÕES (CONTOS)	CONTRIBUIÇÃO % PARA TOTAL DO PES. AO SERV. DA IND. TRANSF. + C. CIVIL E OBRAS PÚB. + IND. EXTRACTIVA	CONTRIBUIÇÃO % PARA V.A.B. DA IND. TRANSF. + C. CIVIL E OB. PÚBLICAS + IND. EXTRACTIVA	CONTRIBUIÇÃO % PARA O PRODUTO INTERNO BRUTO AO CUSTO DE FAZED.	CONTRIBUIÇÃO % PARA O TOTAL DE EXPORTAÇÕES	CONTRIBUIÇÃO % PARA O TOTAL DE IMPORTAÇÕES	CONTRIBUIÇÃO OU CAPACIDADE DE CORRECÇÃO DO DÉFICE DA BALANCA COMERCIAL (%)	OBS
						857 552	118 178 786	432 605 000	55 088 512	130 858 582	-75 770 070	
I. AGRO-ALIMENTAR												a)
I.2. NÚCLEO COMP. ^{tax}	3.084	73.812	10.299.962	4.735.164	7.473.714	8,7	8,6	2,4	8,6	5,7	3,6	(D)
A. ALIMENTARES	2.909	63.599	7.472.164	4.078.557	2.826.516	6,3	7,4	1,7	7,4	2,2		
A1. CARNE E LACT.	329	9.561	1.014.241	92.577	397.226	0,8	1,1	0,2	0,2	0,3		
A2. FRUTAS	69	6.681	1.021.031	2.169.763	344.173	0,9	0,8	0,2	3,9	0,3		
A3. PEIXE	133	13.337	1.013.738	1.617.188	1.580.820	0,9	1,6	0,2	2,9	1,2		
A4. CEREAIS	2.349	31.460	3.344.968	21.159	131.002	2,8	3,7	0,8	0,03	0,1		
A5. ÓLEOS ALIM.	29	2.560	1.078.186	177.870	373.295	0,9	0,3	0,2	0,3	0,3		
B. ALIM. P/ ANIMAIS	87	3.544	1.214.070	24.604	689.629	1,0	0,4	0,3	0,04	0,5		
C. ADUBOS E PESTIC.	42	3.809	1.209.057	530.746	401.201	1,0	0,4	0,3	1,0	0,3		
D. MÁQUINAS	46	2.860	404.671	101.257	3.556.368	0,3	0,3	0,1	0,2	2,7		
D1. MÁQ. AGRICOL	28	1.643	236.015	43.551	512.535	0,2	0,2	0,1	0,08	0,4		
D2. MÁQ. P/IND.												
ALIM. E CONS. P/FRIO	18	1.217	168.656	57.706	3.043.833	0,1	0,1	0,04	0,1	2,3		
II. HABITAT	16.291	347.646	42.493.669	4.432.760	10.299.617	36,0	40,5	9,8	8,0	7,9	7,7	(D)
A. CONST. C. E O. PVB	8.054 (b)	210.612	23.404.491	—	—	19,8	24,6	5,4	—	—		
B. FAB. CIMENTO,												
MIN. Ñ MET. E TINTAS	1.049	45.076	7.484.093	804.043	695.418	6,3	5,3	1,7	1,5	0,5		
C. EXTRACÇÃO DE												
MIN. Ñ METÁL.	3.998	9.148	1.170.813	326.432	287.275	1,0	1,1	0,3	0,6	0,2		

Fundação Cuidar o Futuro

Fundação Cuidar o Futuro

O ante projeto: CONSIDERAÇÕES E ALGO MAIS

Tendo o nosso grupo de trabalho atingido a meta do anteprojecto político, importa fazer algumas reflexões, na perspectiva de criar bases sólidas que permitam uma visão mais ampla e homogênea das ideias-força contidas nesse trabalho.

Assim, iremos abordar os aspectos ligados ao social e ao econômico, por serem os problemas que maior número de implicações levantam para a sustentação teórica e prática do S.S.B..

I - Aspectos Sociais Fundação Cuidar o Futuro

A tríade "camponês-migrante-operário" pode dizer-se é o pano de fundo ideológico de uma vastíssima camada da população laboriosa. Na verdade, o mapa das regiões A, B e C permite-nos retirar algumas ideias:

- a) Que as regiões A e B se compõem em larga medida de pessoas oriundas de C;
- b) Que a ideologia de A e B sofre considerável influência de C;
- c) Que as condições de trabalho e de existência em A e B influenciam os oriundos de C e, por via disso, estes influenciam a região C;

- d) Que os oriundos da região C em A e B, conhecem bem a sua região e os seus problemas e adquirem uma mentalidade mista em contacto com as populações de A e B. Mas essa mentalidade mista continua a ter como suporte de comportamento a tríade "campesinato-migrante-operário", sendo a ideologia citadina como que um figurino que se veste e não fica muito bem -, e que se usa e abusa quando se vai à região de origem;
- e) Que a mentalidade de C é a dominante devido ao fluxo constante dos oriundos de C para as regiões urbanas e, do vai-e-vem destes, em época de férias e romarias para a região C;
- f) Que tudo isto pode ser assim devido ao facto das relações de produção capitalistas em Portugal não terem tido suficiente desenvolvimento para propiciarem uma diferenciação ideológica radical e antagónica entre o campesinato e os centros industrializados;
- g) Que os cruzamentos ideológicos do "campesinato-migrante-operário" por um lado e da pequena burguesia por outro, terão de ser objecto de um estudo aprofundado, uma vez que são esses cruzamentos e conjugações as dominantes na sociedade portuguesa actual.

Estes estudos sociais deveriam implicar inquéritos directos na perspectiva de:

- i) Entrevistar cidadãos da pequena burguesia oriundos da região C;

- que estejam há poucos anos em A ou B;
 - que estejam há muitos anos em A e B, e com filhos nascidos nestas regiões;
- ii) Entrevistar cidadãos no quadro da tríade "campesinato-migrante-operário" na perspectiva proposta em g).
- iii) Entrevistar cidadãos pertencentes à tríade "campesinato-emigrante-operário", aproveitando as férias destes em Portugal. A inquirição dos familiares residentes no país deveria também ser efectuada, pois alguns resultados proveitosos seriam possivelmente adquiridos.

Este tipo de inquérito destinar-se-ia a proporcionar informações aos seguintes níveis:

- Do quotidiano
- Do tipo de vida
- Das aspirações mais imediatas
- Das ligações efectivas inter-regiões

E permitir uma posterior aferição das informações obtidas com as grandes linhas do S.S.B..

Pensamos que se torna oportuno e urgente deixar para plano secundário os elementos estatísticos, uma vez que a fase estatística nos moldes em que tem vindo a processar-se já permitiu indicações importantes. Mas essas indicações carecem de uma avaliação no terreno. Isto não quer dizer que não se introduza no mapa-mãe os indicadores (alguns muito significativos) actualmente em curso. Todavia, pensamos que a importância so-

cial, histórica e econômica da tríade "campesinato-migrante-operário", pode proporcionar um salto qualitativo em termos do conhecimento da capacidade cognitiva das classes sociais, o que importa aferir mediante a auscultação directa das populações e das suas organizações. Com efeito, as juntas de freguesia e as Câmaras Municipais podem oferecer-nos informações essenciais susceptíveis de uma melhor intelecção do real social do país.

II - Aspectos Económicos

Com o advento do modo de produção capitalista o sistema de mercado externalizou-se, deixando os mercados internos de representar o papel dominante que de certa maneira tiveram durante a idade Média e Moderna, pese embora o significado mercantil desta última época histórica.

Com efeito, as sociedades autárquicas e as economias de subsistência finaram-se com o desenvolvimento capitalista.

As perspectivas que as revoluções industriais da Europa abriam, aos milhões de camponeses de poderem libertar-se da fome e de um trabalho escravo e sem esperança, criaram condições objectivas para um desenvolvimento industrial rápido apoiado numa mão-de-obra intensiva e barata.

Os imensos capitais acumulados na esfera do comércio marítimo precisavam de ser aplicados. A revolução industrial iniciou-se precisamente com base nesses capitais. As revoltas e greves por vezes vitoriosas do proletariado fabril na luta por

menos horas de trabalho e melhores condições de vida, abriram caminho à ideia de que a nova época era, apesar de tudo, mais aberta e humana, permitindo acertos e melhorias nem sempre fáceis, é certo, mas possíveis.

É este tipo de abertura que irá estar na base da alteração radical dos mercados quer internos quer externos. Se ao nível do mercado interno os antigos camponeses, tornados operários irão adquirir uma nova mentalidade e outro tipo de exigências, e contribuir de algum modo para o alargamento desse mesmo mercado, o desenvolvimento do terciário irá por seu turno, contribuir também para o mesmo objectivo.

Este alargamento resulta de o novo sistema económico precisar de alicerçar as suas próprias estruturas de domínio e não propriamente de criar condições objectivas para o alargamento do mercado. Com efeito, a mola real do desenvolvimento será totalmente centrada no objectivo lucro.

O lucro como mola real do desenvolvimento capitalista irá com o decorrer do tempo, virar-se para a externalidade em termos de mercado.

Com efeito, a revolução social que a sociedade burguesa permitiu, não extinguiu as desigualdades sociais para que a tria de "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" parecia apontar, nem permitiu uma redistribuição dos rendimentos suficientemente eficaz para um alargamento efectivo dos mercados internos.

À medida em que a externalidade dos mercados mais se acentuou (entre povos, países e continentes), a exploração dos

mais pequenos e menos apetrechados tornou-se cada vez mais notória. A exploração de mão-de-obra mais barata e o saque das matérias primas tornaram-se sustentáculos de apoio excepcionais para os países ricos e desenvolvidos poderem manter e alargar a externalidade dos mercados.

Os mercados internos dos países ricos e desenvolvidos foram suficientemente alargados para permitirem a estrutura da externalidade. Mas isto à custa dos povos ditos em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos. Com efeito, estes últimos países viram os seus mercados internos cada vez mais reduzidos, em virtude do fenómeno exploratório representado pela política centrada na acumulação de capital e na externalidade de mercados.

Presentemente, os países poderosos e desenvolvidos começam na actual fase de crise da externalidade, a sentir sérias dificuldades internas, precisamente devido ao facto de não poderem continuar a alargar a ritmos considerados aceitáveis, os seus mercados internos. Aliás, este fenómeno é já em si bastante significativo e pode ajudar a explicar a crise estrutural da externalidade capitalista.

Na verdade, se acrescentarmos ao aspecto atrás focado, as razões dos países explorados (subdesenvolvidos e da periferia), poderemos afirmar que estes países são os grandes responsáveis pela crise da externalidade dos países ricos. As matérias primas e a mão-de-obra tornaram-se mais difíceis e mais caras. Tudo parece indicar que os países explorados poderão vir a ser os algozes do sistema capitalista.

Apesar das contradições, a mudança não será tão rápida e linear. Contudo, pensamos que a tendência histórica aponta para a resolução (revolução) deste tipo de contradições.

Vejamos agora como a política de externalidade, conseguiu apoios muito significativos, mercê dos mitos da sociedade de consumo e de desperdício, adentro dos próprios países explorados.

Para que a política centrada nos mercados externos fosse aceite nos países pobres, era necessário criar a ideia de que a sociedade da abundância e de consumo implicava um grande esforço de industrialização. Para tanto, os países ricos propunham-se ajudar o esforço industrial dos países pobres. Esse desenvolvimento industrial deveria estar virado para a exportação, uma vez que os mercados internos dos países atrasados eram extremamente reduzidos e não suportariam a produção de um sector industrial moderno.

Os sectores industriais modernos foram assim criados nos países atrasados. Deram a ideia de progresso e da possibilidade de se chegar a um desenvolvimento harmónico capaz de igualitarizar as economias, inter-países. Este factor ideológico era extremamente importante para a filosofia da externalidade. Os países pobres viram assim nascer, com o aparecimento do sector industrial moderno, algumas franjas de classe, oriundas sobretudo da pequena burguesia, com padrões de vida semelhantes às classes médias dos países ricos. Este factor era essencial para dar condições de suporte ao sistema de externalidade dentro

dos países explorados.

Para além dos aspectos ideológicos, tornava-se também essencial criar dentro dos países explorados "franjas" sociais de apoio ao sistema de consumo, do desperdício e da externalidade. Camadas sociais essas que não sendo importantes em termos quantitativos, compensavam essa insuficiência através do peso político que detinham e da influência efectiva que criavam na opinião pública.

A crise actual com que se debate o sistema de externalidade, veio clarificar aquilo que o aparente e ideológico não deixava ver bem.

Com efeito, os países pobres estão a verificar que a ideia do progresso e do consumo está em crise. Não em relação a eles próprios, mas em relação aos países desenvolvidos. A realidade emergirá certamente se se reflectir sobre o desenvolvimento atingido nos países pobres, após a trajectória do desenvolvimento apoiado e centrado nos objectivos da externalidade dos mercados.

A regra de ouro do sistema capitalista é: acumular, crescer, acumular para continuar a crescer. Pensamos que esta regra está de acordo com o problema de externalidade.

Mas crescer para acumular não é crescer para criar riqueza útil. Provavelmente isto terá de ser martelado aos ouvidos dos povos explorados. E porquê? Precisamente porque as economias dos países explorados estão totalmente dependentes das razões de desenvolvimento e de troca das economias dominantes.

Como resultado, os países pobres vêm as suas economias incapazes de produzir de acordo com as suas próprias necessidades.

Se a esclerose dos mercados se deve, por um lado, às menores facilidades dos países pobres, por outro deve-se também à impossibilidade do alargamento dos mercados internos destes países, uma vez que os bens produzidos atingem valores incompressíveis. Daqui decorre que para voltar a haver um alargamento de mercados, os bens terão de ser produzidos com base na sua utilidade. Os países melhor colocados para o efeito são precisamente os países explorados. Todavia, o problema do lucro terá de ser repensado, o que implica uma autêntica revolução social. Nesta época de crise poder-se-ia dizer que a sobreprodução dos bens lucrativos é fundamentalmente inútil. E inútil porque, mesmo quando produzindo bens úteis, estes, são de tal maneira caros que se tornam incompressíveis para os rendimentos familiares. A produção dos bens úteis essenciais está totalmente espartilhada pela cadeia económica industrialista ligada à externalidade, - o que obriga a condicionar seriamente os preços dos bens essenciais. Enquanto o desenvolvimento económico for deste tipo, será muito difícil alargar os mercados internos, criar novos empregos e conseguir um desenvolvimento económico sustentado para os países atrasados.

Nestas condições, os países pobres terão de lançar as bases de novos modelos de desenvolvimento que apontem para uma alteração radical da tendência dominante da externalidade. Para tanto, será necessário virar a economia para a internalidade, na perspectiva da produção de bens sociais úteis, sendo a

externalidade deixada viver segundo as suas próprias leis.

Na época de crise em que se vive pensamos que nem sequer é necessário combater frontalmente a externalidade. São as suas próprias leis, por um lado, e as alterações de estrutura que a internalidade implica, por outro, que serão susceptíveis de conduzir a resultados eficazes.

Por outro lado, as políticas imperialistas devem-se em grande parte ao enlaço entre a acumulação capitalista e a externalidade dos mercados. Por via deste enlaço, os países imperialistas têm conseguido esconder até hoje as graves contradições ao nível das suas próprias internalidades, sobretudo à custa do domínio de outros povos. E quando a expansão histórica do imperialismo se choca com outros candidatos a imperialistas, lança-se a mão à guerra, virando povos contra povos, escamoteando pela via ideológico-patriótica as razões profundas das guerras mundiais.

A crise estrutural que hoje se vive quer no campo económico quer no campo ideológico, leva a acreditar que os imperialismos já não têm força nem capacidade para manipularem os povos ideologicamente no sentido de os virarem uns contra os outros.

Se assim for a época histórica das guerras mundiais está á chegar ao fim, e representou o tempo da expansão e da externalidade até ao seu ponto máximo possível. Dizemos ponto máximo possível porque nos parece que as futuras guerras, tendo em atenção a crise que grassa pelo mundo, serão guerras internas, guerras civis. Com efeito, é mais natural prever con-

vulsões internas graves numa Inglaterra, numa França, numa Itália, ou numa Alemanha do que conceber uma aliança destes povos contra a Rússia ou os E.U.A..

O equilíbrio de forças, ao nível da superestrutura política e económica dos E.U. e da Rússia, leva-nos também a crer que o principal problema destes países, tem a ver com as suas próprias internalidades. E que o risco de convulsões internas profundas entre os povos, é a problemática mais viável como resultado da política expansionista generalizada que tem vindo a ser conduzida.

Uma tomada de posição firme dos países pobres contra a política da externalidade poderá ser extremamente importante em ordem a conduzir os povos dos países ricos na direcção das contradições internas do sistema que os envolve.

Na verdade, é preciso acentuar veementemente que o mundo está praticamente esgotado em termos expansionistas e de domínio, e que a política do crescimento centrada na acumulação rápida de capital não conduziu à riqueza dos povos mas à fome, às desigualdades, ao desemprego e à guerra.

Mas para se poder dizer tudo isto com um mínimo de resultados práticos, é preciso conceber toda uma teoria que prefigure um novo modelo de desenvolvimento apoiado nos princípios gerais da internalidade, para os países pobres ou da periferia.

III - A implementação do SSB

O Sector Social de Base que o nosso grupo tem vindo a desenvolver, poderá ser o embrião de toda uma nova filosofia de

desenvolvimento que porã em causa as polítics imperiais, agudizando rapidamente as contradicções entre povos dominados e povos dominadores.

A implementação em Portugal do SSB é urgente apesar das cautelas tãcticas que serã necessãrias nos primeiros tempos. Essas cautelas terã a ver em primeiro lugar com a sociedade democrãtica e em segundo lugar com resultados concretos a obter a curto e mēdio-prazo.

Mas os dois pontos citados terã de ser quase que uma englobante, isto é: o primeiro é fundamental para haver o segundo. Ora, o primeiro pode (pelo menos deve-se ter isso presente) não conduzir ao segundo. Mas sem o primeiro é que, a nosso ver, não haverã segundo ponto. Daqui decorrem as dificuldades tãcticas e estratēgicas do SSB.

Fundação Cuidar o Futuro

Mas voltemos ao primeiro ponto que aborda o problema da sociedade democrãtica:

- Sem democracia formal não teria sido possível chegar ao SSB;
- Com a democracia formal não é possível levar até às últimas consequências o SSB;

Que fazer então?

Trata-se fundamentalmente de alargar o quadro da democracia formal de acordo com o espírito e os objectivos do SSB, o que implica:

- . Combater o parlamentarismo criando um orgão democrãtico que venha a suplantar o primado da representatividade e da delegação dos poderes.

O SSB impõe o sector agro-alimentar como o sector estratégico a desenvolver prioritariamente. Com o apoio dos trabalhadores afectos ao sector agro-alimentar* iniciar-se-ia um movimento que apontasse, numa primeira fase, para a organização dos trabalhadores agrícolas, através da criação de órgãos correspondentes às diversas áreas regionais de desenvolvimento.

Essas áreas regionais seriam encontradas de acordo com as indicações das populações activas desses territórios.

Uma vez auscultadas as indicações das populações determinar-se-iam as áreas regionais a implementar. No entanto, essas indicações deveriam apontar prioritariamente para o seguinte:

- Dimensões das explorações agrícolas
 - Produtividade da terra
- Implorando necessariamente os problemas ligados com os adubos, pesticidas, sementes, rações, financiamentos, auxílio técnico, equipamento e seguros.

O MAP deveria ser o impulsionador dinâmico das áreas regionais e da movimentação dos agricultores nessa direcção.

O alargamento das áreas regionais aos sectores a montante e a jusante do agrícola, seria a conclusão lógica para onde iria apontar a organização dos trabalhadores agrícolas.

Uma vez atingida esta fase, novos problemas se colocariam, às áreas regionais relativamente aos aspectos ligados com a reorientação dos circuitos de distribuição (infraestruturas de armazenamento, conservação e comercialização).

* Ver ante-projecto político. Parte III

A evolução das áreas regionais poderia conduzir, a partir dos objectivos apresentados, ao alargamento da democracia, criando as condições políticas para o aparecimento de uma Câmara Baixa.

Vejamos numa primeira abordagem do problema como poderia surgir e funcionar a Câmara Baixa:

- . As organizações das áreas regionais deveriam ser compostas apenas por elementos da população activa, e os seus membros deveriam ser eleitos democraticamente mas revocados a qualquer momento.
- . As organizações das áreas regionais dariam lugar a um Conselho Nacional onde se debateriam os problemas de cada região e os problemas nacionais gerais, dentro do espírito dos objectivos do sector agro-alimentar.
- . O Conselho Nacional reuniria as vezes que fossem julgadas necessárias e daria conta das suas conclusões ao MAP.
- . Uma vez criado o Conselho Nacional este poderia alargar a sua esfera de acção a outros sectores de actividade na perspectiva de dar a conhecer a filosofia que o rege e os objectivos que persegue.

A Câmara Baixa resultaria do significado e importância sócio-económica do Conselho Nacional e destinar-se-ia a representar primeiramente o seguinte papel:

- . Câmara Consultiva da A. da República e do Executivo, para os aspectos sócio-económicos de desenvolvimento

centrados na produção de bens essenciais úteis e com uma menor componente importada;

- . Proveria no sentido de dar a conhecer ao País os resultados alcançados no esforço de implementação do sector agro-alimentar.
- . Desempenharia o papel de órgão de pressão relativamente à classe política e aos grandes objectivos da recuperação nacional, no sentido de exigir à estrutura política a afectação dos recursos públicos para o projecto de desenvolvimento centrado na produção de bens essencialmente úteis.

Estas as grandes linhas de uma futura Câmara Baixa numa primeira fase de iniciação.

As diferenças existentes entre a Câmara Baixa e o Parlamento são enormes.

O Parlamento pode legislar e a Câmara Baixa não pode. O Parlamento é estritamente um órgão político sustentado no princípio democrático da representatividade e da delegação de poderes e a Câmara Baixa é um órgão democrático descentralizado e baseia a sua acção nos aspectos sócio-económicos, deixando os problemas da democracia política formal para o Parlamento.

A Câmara Baixa é estruturada na base de milhões de trabalhadores activos e o Parlamento é fruto dos jogos políticos partidários de pessoas não pertencentes à população activa, e por via disso, com uma visão distorcida do real social do país.

Toda a arquitectura apresentada desde as áreas regionais,

passando pelo Concelho Nacional e chegando à Câmara Baixa, te
rá de ser fruto, fundamentalmente, da movimentação interessada
e dinâmica dos trabalhadores ligados aos sectores contemplados
na estratégia do SSB.

A direcção muito vincada, à partida, dos órgãos do execu
tivo (MAP), preludiará o fim do próprio movimento que se pre
tenderia incentivar. E isto porque a capacidade política dos
partidos se exerce precisamente no sentido do controle de qual
quer movimento, não deixando que as organizações dos trabalha
dores atinjam proporções que tornem impossível esse mesmo con
trole. A infiltração de elementos affectos aos partidos logo no
arranque do movimento seria, a nosso ver, um perigo extremamen
te grave. Trata-se portanto de evitar esse perigo, começando
por apresentar as ideias-força do sector agrícola e alimentar,
e deixar que as ideias e os interesses que elas representam le
vedem nos trabalhadores em ordem a frutificarem no seu seio.

O instrumento político capaz de apoiar a estratégia apre
sentada deveria situar-se na esfera do MAP. Pensamos que a com
plexidade do movimento por um lado e os sectores estratégicos
englobados por outro, são susceptíveis de colocar o problema
da criação de uma nova Secretaria de Estado no MAP.

Torna-se pois urgente reflectir sobre as propostas agora
apresentadas, e tentar desde logo conceber a estrutura da nova
Secretaria de Estado.

Lisboa, 5 de Março de 1979